



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
CONTEMPORANEIDADE**

**ELIENE RODRIGUES RAMOS**

**A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA:  
formação para o trabalho, cultura e política (1947 a 1963)**

**Salvador  
2024**

**ELIENE RODRIGUES RAMOS**

**A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA:  
formação para o trabalho, cultura e política (1947 a 1963)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Linha de Pesquisa 1, Processos Civilizatórios: educação, memória e pluralidade cultural, Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito

**Salvador**

**2024**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB: 5 /918

R175c Ramos, Eliene Rodrigues

A campanha de educação de adultos na Bahia: formação para o trabalho, cultura e política (1947 a 1963) / Eliene Rodrigues Ramos. – Salvador, 2024. 175 f. : il.

Orientador: Gilmário Moreira Brito.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I. 2024.

Contém referências e apêndices.

1. Educação de adultos – Bahia – História – Séc. XX. 2. Educação para o trabalho – Bahia – História – Séc. XX. 3. Educação e Estado – Bahia – História. 4. Bahia – Política e governo – 1947-1963. 5. Educação de jovens e adultos – Bahia. I. Brito, Gilmário Moreira. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 370.98142

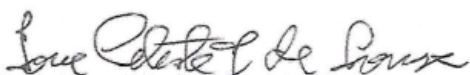
## FOLHA DE APROVAÇÃO


### A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA: FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, CULTURA E POLÍTICA (1947 A 1963)


**ELIENE RODRIGUES RAMOS**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, em 26 de fevereiro de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Gilmaro Moreira Brito  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em História  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil

  
Prof. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Doutorado em História  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

  
Prof. Dra. Sara Martha Dick  
Universidade Federal Bahia - UFBA  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal Bahia, UFBA, Brasil

  
Prof. Dr. Paulo Santos Silva  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em História Social  
Universidade de São Paulo, USP, Brasil

  
Prof. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Antropologia Social e Etnologia  
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França

*“A meu ver, como o processo de construção do conhecimento social, da mesma forma que todos os demais, é histórico o que um pesquisador deve almejar é que seu trabalho seja lido e discutido, favorecendo novas investigações que, inevitavelmente, apontarão suas incorreções e insuficiências, mas também poderão reconhecer suas contribuições. Quem sabe qual é o tamanho da ignorância, podendo ser, prudentemente, humilde e inteligente”.*

*Ângela Castro Gomes (2005, p.11)*

## **AGRADECIMENTOS (e outros relatos)**

Inicialmente preciso agradecer e parafrasear um amigo que na apresentação da sua tese disse: “primeiro quero agradecer a mim por não desistir”, obrigada Eudes da Mata Vidal pela sábia sentença. Por muitas vezes, eu acreditei que não iria conseguir apresentar essa pesquisa. A minha turma do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, aprovada em 2020, passou por um período atípico. Tivemos um encontro presencial e logo após nos deparamos com a epidemia de Covid-19. As aulas, reuniões de grupo de pesquisa e orientações individuais foram realizadas em modo online e a adaptação não foi fácil para ninguém. Foi um momento extremamente desafiador porque vivíamos de forma isolada, enfrentando dificuldades individuais e coletivas, envolvidos pela incerteza da nossa própria sobrevivência.

Estávamos submetidos a governo negacionista que atrasou a compra das vacinas alegando que a epidemia era uma ‘gripezinha’, trocou de ministro da educação cinco vezes, protagonizou diversos escândalos de corrupção, atacou as universidades públicas, cortou recursos de diversas áreas importantes para a população carente, inclusive na educação, o que causou evasão escolar e queda no número de matrículas. Diante desse contexto produzimos nossos estudos. Muitos de nós perdemos amigos, conhecidos, familiares, a renda, os negócios, a saúde mental... Conseguimos dar uma reviravolta e não reelegemos o ‘inominável’, mas ainda estamos contabilizando as sequelas daquela tragédia. Meu segundo agradecimento vai para essa turma de sobreviventes que apesar dessa conjuntura precisaram se manter produtivos.

Quero agradecer à minha família, primeiramente a Amerentino (Painho) e Ana (Mainha), por estarem presentes nessa minha caminhada cheia de obstáculos. Aos meus irmãos Nega, Aninha, Ari, Agnaldo e Armelito pelo orgulho que sentem da irmã caçula e estudiosa. A meu sobrinho Fábio pela parceria e admiração contagiante que ele nutre por essa tia. Em especial a minha irmã Elenice, companheira para todas as horas boas e não tão boas, a minha maior incentivadora e minha mola propulsora, obrigada pelo amor incondicional.

Agradeço à professora Sara Martha Dick, que acompanha a minha formação de um jeito muito acolhedor desde a graduação como minha orientadora da Iniciação Científica, e permitiu a consulta da documentação coletada pelo grupo de pesquisa e de seus livros. Muito obrigada!

Preciso agradecer a Tania Fernandes, que foi minha professora/orientadora, mas se transformou em uma amiga inestimável, que apoia as minhas decisões delirantes e apesar da distância geográfica estamos próximas com nosso sentimento de carinho e cumplicidade.

Muito obrigada aos meus amigos: Deise, André, Irenaldo, Osmar, Iane, Carina, Ana Paula, Junior, Luania, Maisa... esses são os mais próximos, mas quero agradecer a todos pelo incentivo, pela admiração, pelos ouvidos atentos enquanto falei da pesquisa. Nossos encontros étlicos foram importantes para lembrar e para abstrair da escrita. Ao Clube da Luluzinha e minhas amigas de longa data: Micheline, Milena, Cida, Vera, Hosana, Rosinha, obrigada pelo companheirismo.

Meus cumprimentos à Banca. A professora Sara Martha Dick, a Elizabete Conceição Santana e ao professor Paulo Santos Silva pelo acompanhamento durante todo o processo. Um agradecimento especial para o professor Paulo pela leitura atenta e pela grandeza de sua produção intelectual, muitas vezes citadas e problematizadas nesse texto. Muito obrigada a professora Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios e ao professor José Augusto Ramos da Luz pela breve passagem na minha banca de qualificação, mas muito significativa para minha produção. Um agradecimento fraterno para a professora Ione Celeste Jesus de Souza pelo cuidado com a leitura do texto e pelas preciosas considerações.

Agradeço à FAPESB pela bolsa de estudos ofertada. Quero agradecer aos participantes do Grupo GEHCEL: Fábio, Cristina, Verônica, Diego, Kalypsa, Marluse, as Jacquelines, e as Rejanas, obrigada por dividir as alegrias e as angústias. Para finalizar, muito obrigada ao meu orientador Gilmário Moreira Brito, pela paciência, pela atenção com as leituras e releituras do texto, e pelo compartilhamento de novos caminhos de investigação.

Muito obrigada a todxs!!!

## RESUMO

Essa tese tem o objetivo de compreender as concepções educacionais para a formação de trabalhadores e as disputas políticas na Bahia pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947 a 1963. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), foi um plano de ensino supletivo aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde em convênio com os estados e territórios da federação, para instalar classes de ensino supletivo para todo país. A pergunta que norteia a pesquisa é: como as concepções educacionais para a formação de trabalhadores provocaram disputas políticas pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos na Bahia de 1947 a 1963? A análise se pauta em acontecimentos educacionais, culturais e políticos que possibilitam compreender motivações, atitudes e divergências em grupos políticos e intelectuais envolvidos no fenômeno múltiplo e complexo da cultura política no contexto de 1947 a 1963. Trata-se de pesquisa documental cujas abordagem e problematização estão articuladas com as perspectivas de autores engajados com o modo de fazer história da educação que estabelece amplo diálogo com a história cultural, a exemplo de Beisiegel (1974); Berstein (1998); Bomeny (1993); Brito (2001); Carvalho (2014); Faria Filho (2014); Fonseca (2008); Galvão (2008); Gatti Jr. (2002); Gomes (2016); Luz (2009); Magalhães (2015); Paiva (2003); Silva (2011); Veiga (2008). A CEAA foi além das disputas político partidárias e instaurou novas formas de funcionamento com intervenção do Estado no processo de escolarização formal para adolescentes e adultos e inaugurou uma expansão do ensino supletivo tutelada pelo Estado para fortalecer a si próprio a partir da mudança de valores, costumes, crenças e práticas, na tentativa de formar trabalhadores.

**Palavras-chave:** história da educação, campanha de educação de adolescentes adultos, formação para o trabalho, cultura; disputas políticas

## ABSTRACT

This thesis aims to understand the educational concepts for the training of workers and the political disputes in Bahia over the teaching classes of the Adolescent and Adult Education Campaign from 1947 to 1963. The Adolescent and Adult Education Campaign (CEAA), It was a supplementary education plan approved by the Ministry of Education and Health in agreement with the states and territories of the federation, to install supplementary education classes for the entire country. The question that guides the research is: how did educational concepts for training workers provoke political disputes over teaching classes in the Adolescent and Adult Education Campaign in Bahia from 1947 to 1963? The analysis is based on educational, cultural and political events that make it possible to understand motivations, attitudes and divergences in political and intellectual groups involved in the multiple and complex phenomenon of political culture in the context of 1947 to 1963. This is documentary research whose approach and problematization they are articulated with the perspectives of authors engaged with the way of doing history of education that establishes a broad dialogue with cultural history, such as Beisiegel (1974); Bernstein (1998); Bomeny (1993); Brito (2001); Carvalho (2014); Faria Filho (2014); Fonseca (2008); Galvão (2008); Gatti Jr. (2002); Gomes (2016); Luz (2009); Magalhães (2015); Paiva (2003); Silva (2011); Vega (2008). The CEAA went beyond party political disputes and established new forms of operation with State intervention in the formal schooling process for adolescents and adults and inaugurated an expansion of supplementary education supervised by the State to strengthen itself through changes in values, customs, beliefs and practices, in an attempt to train workers.

**Keywords:** history of education, adult adolescent education campaign, job training, culture; political disputes

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender los conceptos educativos para la formación de trabajadores y las disputas políticas en Bahía por la impartición de clases de la Campaña de Educación de Adolescentes y Adultos de 1947 a 1963. La Campaña de Educación de Adolescentes y Adultos (CEAA), fue una educación complementaria Plan aprobado por el Ministerio de Educación y Salud en convenio con los estados y territorios de la federación, para instalar clases de educación complementaria para todo el país. La pregunta que orienta la investigación es: ¿cómo los conceptos educativos para la formación de trabajadores provocaron disputas políticas sobre la impartición de clases en la Campaña de Educación de Adolescentes y Adultos en Bahía, de 1947 a 1963? El análisis se basa en acontecimientos educativos, culturales y políticos que permiten comprender motivaciones, actitudes y divergencias en grupos políticos e intelectuales involucrados en el múltiple y complejo fenómeno de la cultura política en el contexto de 1947 a 1963. Se trata de una investigación documental cuyo enfoque y problematización se articulan con las perspectivas de autores comprometidos con la forma de hacer historia de la educación que establece un amplio diálogo con la historia cultural, como Beisiegel (1974); Bernstein (1998); Bomeny (1993); Brito (2001); Carvalho (2014); Faria Filho (2014); Fonseca (2008); Galvão (2008); Gatti hijo (2002); Gómez (2016); Luz (2009); Magalhães (2015); Paiva (2003); Silva (2011); Vega (2008). La CEAA fue más allá de las disputas políticas partidistas y estableció nuevas formas de funcionamiento con intervención del Estado en el proceso de escolarización formal de adolescentes y adultos e inauguró una ampliación de la educación complementaria supervisada por el Estado para fortalecerse a través de cambios de valores, costumbres, creencias y prácticas. en un intento de formar a los trabajadores.

**Palabras clave:** historia de la educación, campaña de educación de adolescentes adultos, formación laboral, cultura; disputas políticas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Cartaz de Divulgação da Campanha	54
Figura 02	Organograma da Delegacia de Educação de Adultos	56
Figura 03	Mural da Delegacia de Educação de Adultos na Bahia	58
Figura 04	Delegacia Estadual de Educação de Adultos na Bahia	59
Figura 05	Classe da CEAA na Bahia	106
Figura 06	Cartaz didático da Campanha: Quadro I	108
Figura 07	Cartaz didático da Campanha: Quadro II	111
Figura 08	Cartaz didático da Campanha: Quadro III	112
Figura 09	Cartaz didático da Campanha: Quadro IV	113
Figura 10	Texto “O trabalho”	115

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Zona Territorial X Quantidade de classes CEAA	72
------------	---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Produções encontradas na Base de Dados da Capes	35
Quadro 02	Produções selecionadas para o estudo	37
Quadro 03	Estados e Instituições em que foram desenvolvidas as pesquisas	43
Quadro 04	Objetivo geral das produções	44
Quadro 05	Instruções para os professores das classes supletivas	62
Quadro 06	Primeiras classes da CEAA no Estado da Bahia	66
Quadro 07	Municípios com menor número de classes da CEAA na Bahia	72
Quadro 08	Municípios com maior número de classes da CEAA na Bahia	74
Quadro 09	Títulos dos textos das lições finais	114
Quadro 10	Atividade profissionais dos alunos	120
Quadro 11	Faixa de idade dos alunos do ensino supletivo	123

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Fontes utilizadas nas produções	40
Tabela 02	Construção de escolas elementares na Bahia 1946/1949	61
Tabela 03	Total das classes da CEAA na Bahia 1947	70
Tabela 04	Zonas da Bahia X Quantidade de classes da CEAA	71
Tabela 05	Movimentação das classes da CEAA na Bahia - 1947	75
Tabela 06	Quantidade de classes supletivas em 1947, no Brasil	117
Tabela 07	Taxas de analfabetismo 1900 a 1960	123
Tabela 08	Matrícula do ensino supletivo – 1945 a 1959	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAASCI	Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Campanha de Educação de Adultos
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEEA	Delegacia Estadual de Educação de Adultos
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
JOC	Juventude Operária Cristã
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Progressista
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SEA	Serviço de Educação de Adultos
UDN	União Democrática Nacional
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

01	<b>A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO: O OBJETO E AS FONTES</b>	17
02	<b>A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: O ESTADO DO CONHECIMENTO</b>	33
03	<b>A CEAA: AÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS NA BAHIA</b>	51
3.1	Formação e funcionamento das Classes de Ensino Supletivo	51
3.2	Distribuição das Classes Supletivas na Bahia	65
3.3	Política e Educação na Bahia: disputas e diálogos com a Assembleia Legislativa	77
3.4	A CEAA e os intelectuais: tensões e confluências	84
4	<b>A CEAA: EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O TRABALHADOR</b>	99
4.1	Formação do trabalhador e o aumento da produtividade	99
4.2	Os cartazes didáticos: uma estética de apoio pedagógico	105
4.3	Os Resultados da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos	116
05	Considerações Finais	126
	<b>Referências</b>	130
	<b>APÊNDICE A – Municípios x Classes da CEAA na Bahia</b>	141
	<b>APÊNDICE B – Zonas territoriais na Bahia x Classes da CEAA</b>	145
	<b>APÊNDICE C – Tabela de identificação das fontes CPDOC</b>	150
	<b>APÊNDICE D – Tabela de identificação das fontes da EGBA</b>	163

## 1 A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO: O OBJETO E AS FONTES

O objeto desta pesquisa é a execução da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, na Bahia, que funcionou de 1947 a 1963, que consistia em um plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde em convênio com os estados e territórios, para distribuir classes de ensino supletivo em todas as regiões do país.

O interesse na educação de adultos tem uma relação pessoal envolvida. Sou filha caçula de uma família com oito irmãos. Meus pais migraram do interior da Bahia para a capital, na década de 1970, em busca de melhores oportunidades de trabalho, moradia e escolaridade para meus irmãos. Inicialmente minha família morou nas palafitas da Massaranduba, depois meus pais conseguiram comprar um terreno em Brotas e construíram uma casa de alvenaria. Nasci em Salvador, capital da Bahia, no ano de 1977, quando dois dos meus irmãos mais velhos trabalhavam como ajudante de sapateiro e de mecânica para ajudar no sustento da família.

Estava na primeira infância, quando os meus irmãos e irmãs chegaram na adolescência, mas entendo que não foi fácil para meus pais educar tantos filhos. Para Bourdieu (2007), as oportunidades de acesso à escolarização são desiguais sobre os sujeitos de diferentes classes sociais. Há uma espécie de funil e o comum entre as famílias com menos recursos financeiros escolher quais filhos escolarizar. No caso da minha família, assim como em muitas outras, essas escolhas dependeram do nível econômico e cultural. Nessa condição, a escolarização deixou de ser prioridade em favor da luta pela sobrevivência. Desse modo, a maioria dos meus irmãos frequentou pouco a escola, mas eu tive o privilégio de cursar o ensino básico em idade regular e após um intervalo de tempo e algumas tentativas para ingressar no ensino superior fui aprovada no curso de pedagogia na Universidade Federal da Bahia. Dos oito irmãos, somente eu e outra conseguimos ingressar e concluir um curso de graduação.

Na Universidade realizei um estágio de docência nas séries iniciais do ensino fundamental no Serviço Social da Indústria – SESI que despertaram as inquietações sobre as dificuldades dos adolescentes e adultos trabalhadores e sua permanência na escola. Rememorei o quanto auxiliei Mainha com os diversos programas de ensino supletivo, inclusive nas lições dos cadernos do Movimento Brasileiro de Alfabetização

– MOBRAL, ao longo da minha adolescência e na idade adulta, na sua busca pela alfabetização tardia. A partir dessa experiência, desde a graduação em Pedagogia que investigo a educação de adultos, inicialmente com o MEB – Movimento de Educação de Base, um movimento de conscientização popular de educação que teve o objetivo de analisar como a existência de diferentes grupos internos interferiu na direção e redefinições do movimento, no período de 1959 a 1964. Nesse momento com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

A escolha pela CEAA na Bahia como objeto de investigação tem pertinência com o estudo que realizei no mestrado sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) na Bahia. Assim, a pesquisa sobre a CEAA que estou desenvolvendo no doutorado, na Linha 1 do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc é um desdobramento da temática explorada no mestrado. O estudo apresentado no mestrado teve o objetivo de investigar a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER a partir das Missões Rurais implantadas na Bahia e compreender qual o seu projeto de “recuperação” do homem rural no período de 1956 a 1963. Para alcançar esta investigação buscamos compreender o contexto histórico da educação rural na Bahia no período citado; compreender o funcionamento das Missões Rurais da CNER a partir dos seus eixos norteadores: a educação agrícola, a instrução e o saneamento; e analisamos as ações das Missões Rurais da CNER, especificamente na Bahia.

Nesse contexto, a pesquisa sobre a CEAA é de grande relevância porque busca compreender a conjuntura na qual foi concebida e implantada e problematiza sobre as concepções da Campanha como plano público direcionado para combater o analfabetismo de adolescentes e adultos. É importante destacar que após consultar e levantar um considerável número de fontes, até o momento, não identificamos indícios de estudos sobre a CEAA na Bahia. Espera-se com essa pesquisa contribuir para a discussão sobre a Educação de Adolescentes e Adultos na Bahia.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi proposta com esse título para todo o país, penetrou em todos os estados e territórios, e foi a primeira campanha nacional preocupada em elevar a escolarização dos brasileiros, ou segundo Lourenço Filho (1945, p. 170) das “pessoas, que chegaram à idade adulta, sem mesmo haver logrado o domínio das técnicas elementares da cultura – a leitura,

a escrita e os rudimentos do cálculo”. Na Bahia, a primeira meta foi distribuir 1600 classes de ensino supletivo em todo o estado, no período de sete meses (de 15 de abril a 15 de dezembro de 1947). A Campanha foi estabelecida a partir do termo de compromisso celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o estado da Bahia e formalizado em 6 de maio de 1947<sup>1</sup>. O Ministério da Educação e Saúde se responsabilizou por fiscalizar e financiar as ações e atividades realizadas, prestar assistência técnica e fornecer material didático. O estado da Bahia se encarregou de providenciar as instalações, recrutar pessoal, fazer funcionar e fiscalizar as turmas.

No contexto de redemocratização, pós a queda do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, as taxas de alfabetizados no Brasil eram objeto de muitas críticas. Conforme recenseamento de 1940, na região nordeste, apenas 33% da população de 18 anos ou mais haviam concluído o ensino primário. No caso da Bahia, o *Censo Demográfico* de 1940 contabilizou 1.613.337 (um milhão, seiscentos e treze mil e trezentos e trinta e sete) pessoas analfabetas com 15 anos ou mais, isso significava que 71% dos indivíduos desse grupo eram de analfabetos, (Bahia, 1949, p. 91). A preocupação com a redução do analfabetismo era global. Havia um projeto especial para a criação de uma rede mundial de centros regionais de educação fundamental. O documento elaborado por Lourenço Filho, em 1951, após uma viagem para conhecer a educação rural no México<sup>2</sup> pode elucidar o que o idealizador da CEEA entende por uma educação alfabetizadora. O autor menciona a existência de uma pedagogia social para o México que consistia em uma educação geral inclinada a elevar a vida social das populações do campo e esse sistema inicial serviu como um grande ensaio de reforma social para alguns países da América Latina. Lourenço Filho relata também que os fundamentos dessa pedagogia social encontraram apoio em John Dewey e depois foi sistematizado no conceito de educação fundamental, ou educação de base. A educação latino-americana, naquele contexto, estava inserida em um ideal norte-americano de democratização da escola, Dewey (1938),

---

<sup>1</sup> Os termos dos “Acordos Especiais” foram formalizados após a institucionalização da Campanha com o objetivo de assegurar as condições mínimas para a viabilidade dela. A União vinculou a concessão de auxílios aos estados e territórios através de acordos para a realização de ensino supletivo para adolescentes e adultos. Os usos e as experiências com a chegada desses auxílios serão analisados nesse texto, posteriormente.

<sup>2</sup> Em 1921, o Departamento de Educação e Cultura Indígena do México seguiu para o interior do país e realizou seus primeiros movimentos de educação rural com a ideia de educação salvacionista e professores considerados missionários catequistas. Em 1942, o movimento recebeu a denominação de missões culturais e obtiveram uma nova organização, com um currículo novo, aperfeiçoamento de professores, atividades extraescolares, construção de novos prédios e aparelhamento escolar.

apresentou um modelo que marcou o pensamento educacional constituído pela escola ativa como proposta para dar conta de uma nova realidade. O modelo de escola baseava-se em uma perspectiva que se materializa na produção das maneiras de agir e pensar como forma de permitir ao ser humano se relacionar com o meio a fim de transformá-lo ao seu favor.

O fundamento da pedagogia social estruturada no conceito de educação fundamental, ou educação de base, foi estabelecida pela UNESCO e corresponde, de acordo com o “Proyecto especial para la creación de una red mundial de centros regionales de educación fundamental”. Introducción y resumen del plan” ao:

Ao mínimo de educação geral e tem por objeto ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata dos seus direitos e deveres individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem (Of. UNESCO, Doc. 6C/PHG 3/p.3-23-5-52 *apud* Nobrega, 1954, p.185).

Como podemos perceber, a educação de base pretendia realizar uma educação geral que auxiliasse crianças, adolescentes e adultos a conviver em comunidade, entendendo seus direitos individuais e cívicos, contribuindo para o progresso econômico. Lourenço Filho denominou a experiência do México como “evolução do pensamento da reforma social”, e considerou a educação rural como uma contribuição para o desenvolvimento de um vasto plano de educação fundamental propenso a elevar o padrão de vida do povo e o desenvolvimento da produção do país. As reflexões desenvolvidas por Lourenço Filho a partir da experiência de alfabetização rural do México serviram de referência para a elaboração do Plano, das providências e articulações necessárias a operacionalização da CEAA.

O primeiro autor que investigou a CEAA, Beisiegel<sup>3</sup> (1974), entendeu que tratava, em primeiro lugar, de promover a criação do maior número de classe possível, dentro do orçamento previsto para esse fim, e de orientar a implementação dessa nova rede de escolas para tornar o ensino supletivo igualmente acessível a todos. O autor analisa a Campanha a partir da história das ideias e menciona que, naquele momento, havia um clima de mudança social e valorização do progresso que demandava uma mudança no setor educacional e a principal alavanca do avanço

---

<sup>3</sup> Celso de Rui Beisiegel foi o primeiro a analisar a CEAA no nível da Pós-graduação.

brasileiro se encontrava na escolarização do nível primário. Beisiegel (1974) considerava a CEAA como uma política federal responsável pela inauguração do processo educativo de adultos em todas as regiões do Brasil que seria retomada com nova perspectiva e apresentava-se como “condição” do desenvolvimento nacional.

Para além das reflexões de Beisiegel (1974), percebe-se que a preocupação da Campanha não era apenas com o ensino supletivo e seus rudimentos da leitura, escrita e cálculo. Ao tratar dos analfabetos, Lourenço Filho considerou que a CEAA era para:

homens e mulheres [que] não armaram a escola para os encargos sérios da vida e, especialmente, para as exigências do trabalho ou de luta econômica. Não armaram também para que utilizassem a leitura e a escrita na melhoria das condições de saúde, de vida cívica, artística, religiosa, ou de mais larga compreensão humana. Por muitos pontos, encontram-se numerosos indivíduos, que já souberam ler e escrever, e que foram reabsorvidos depois pela incultura ambiente. A simples posse do instrumento não os tornou, portanto, elementos ativos e prestantes à vida social (Lourenço Filho, 1945, p. 172).

Com essa declaração, observa-se que havia uma exigência na instrução de homens e mulheres para utilização da leitura e da escrita não apenas como a realização de técnicas pedagógicas, mas em educar esses indivíduos para as novas demandas do trabalho e para “a melhoria das condições de saúde, da vida cívica, artística, religiosa, ou de mais larga compreensão humana” tornando-os “elementos ativos e prestantes à vida social”. Pode-se dizer que a Campanha pretendia armar a escola para munir os indivíduos para encargos sérios da vida e, especialmente, para as exigências do trabalho ou de luta econômica.

Outra questão merecedora de destaque é a preocupação de Lourenço Filho com os indivíduos adultos que mesmo sabendo ler e escrever ‘foram reabsorvidos pela incultura ambiente’. O intelectual entendia que, no panorama educacional do país, havia um aspecto grave que se tratava justamente do “hiato cultural existente entre os esforços do aparelhamento comum de ensino primário, e a incultura de alta percentagem dos grupos de população adulta”. (RBEP, 1947, p.12). E esse entendimento se manteve durante o andamento da Campanha, uma vez que, no Seminário de Educação de Adultos, em 1958, declarou que educação de adultos “não se tratava apenas dos brios da Nação, tratava-se de medida elementar que permita o

reajustamento de grande massa da população desprovida de um mínimo de cultura que habite as condições atuais do trabalho em fase de industrialização crescente” (Lourenço Filho, 1958, p.37). Dessa forma, podemos interpretar que para Lourenço Filho o nível cultural ideal para a população adulta adentrava pela aprendizagem elementar, mas também deveria formar mão de obra orientada para o trabalho e para atender as demandas do mercado.

Outras duas evidências podem justificar que a preocupação da Campanha não era apenas com o ensino supletivo e seus rudimentos da leitura, escrita e cálculo: O primeiro indicador de que a Campanha não se preocupou apenas em alfabetizar pode ser observado no documento destinado à instrução dos professores quando menciona que “a aquisição da leitura e da escrita era uma premissa necessária para a manutenção da ordem, riqueza e paz” (Brasil, 1947, p. 73). A CEAA previa proporcionar a adolescentes e adultos iletrados a oportunidade de acesso às noções de leitura, escrita e cálculo, além de incluir no conteúdo curricular um conjunto de ensinamentos básicos relacionados ao trabalho, educação sanitária e noções de civilidade. Para a Campanha, educar o adulto significava preparar o indivíduo para trabalhar com eficiência, manter-se saudável, e viver melhor no seu lar. O segundo indicador de que a campanha não estava preocupada apenas com ensinar a ler, escrever e contar, está na iniciativa da Campanha em elaborar um procedimento específico para o ensino de adultos, instruções aos professores e produção de suportes educacionais próprios preparados para educar os adolescentes e adultos para as novas demandas do trabalho e para a melhoria das condições de saúde, da vida cívica, artística, religiosa, ou de mais larga compreensão humana. Uma educação extensa e orientada para a produtividade, sem esquecer dos valores morais e espirituais.

Para instruir e orientar professores e alunos foram elaborados diversos manuais escolares como: O Guia de Leitura – abecedário; O Guia Ler – Primeiro guia de leitura; O Guia Saber – Segundo Guia de Leitura; O Guia de Linguagem; O Guia de Matemática; O Caderno de Aritmética; O Guia de Alimentação; O Alfa-saúde – Alfabeto de Saúde; O Livro de ficção – Duas histórias do Velho Deca; O Guia de Leitura – Deca, o pescador vitorioso; O Livro Maranduba – Narrativas de Histórias do Brasil e O Guia de Puericultura – Cuidemos das crianças. A listagem desse material

didático é para conhecimento do leitor da tese. É necessário esclarecer que pela quantidade, riqueza e complexidade, o exame dos conteúdos e análise dos sentidos e significados de todos os livros e guias extrapolam os objetivos e o problema propostos para esta pesquisa. Nesse estudo selecionamos para análise os cartazes didáticos da Campanha que possuem correspondência com as lições do Guia Ler – Primeiro Guia de Leitura.

O referido guia foi elaborado pelo Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde a partir de um método específico chamado Laubach, possivelmente incorporando a recomendação de Lourenço Filho (1945, p. 172) para que “houvesse, na verdade, uma pedagogia especial para adultos”. O método desenvolvido por Frank Charles Laubach<sup>4</sup>, um missionário americano, objetivava ensinar leitura e escrita simultaneamente aos adultos. De acordo com Bicalho (2014), as habilidades linguísticas da leitura e da escrita, juntamente com a escuta e a fala, são conjuntas porque se relacionam e se comunicam umas com as outras. Nesse sentido, o método de ensino em questão desenvolvia as habilidades linguísticas necessárias para alfabetizar. A estratégia consistia em partir de palavras simples e familiares aos estudantes no processo de alfabetização. A proposta era ensinar o aluno a pronunciar a sílaba e as letras de maneira rápida a partir de palavras-chave<sup>5</sup>.

A preocupação com a produção de instrumentos didáticos para auxiliar uma nova maneira de ensinar o adulto é justificada pelos elaboradores da Campanha que avaliavam que o adulto tem maiores dificuldades de aprender devido ao “desuso da capacidade de aprender”, por esse motivo, consideravam que as cartilhas precisavam ser adaptadas ao vocabulário e ao contexto do adulto. Na avaliação que fez sobre a CEAA em 1974, Beisiegel estima que o conteúdo produzido para o ensino dos adultos se aproximava muito com o do ensino infantil, as lições eram classificadas na ordem

---

<sup>4</sup> Frank Charles Laubach nasceu na cidade de Benton, Pensilvânia - EUA, doutor em Sociologia na Universidade de Princeton e Psicologia na Universidade de Colômbia, respectivamente. Sua proposta metodológica para alfabetizar adultos começou a ser elaborada em 1915 na Ilha de Mindanao, Filipinas. Fonte: <https://www.alvolar.org.br>

<sup>5</sup> Anteriormente ao método Laubach tivemos, no Brasil o Método de Leitura Universal do Barão de Macaúbas. Novo Primeiro Livro de Leitura – Leitura Universal (de 1888), dedicado ao povo brasileiro, foi utilizado para o aprendizado do nível primário, consistia em um método de soletração considerado avançado para o período. Saviani, D. (2012). Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as ideias pedagógicas de Abílio César Borges, barão de Macahubas. Revista História Da Educação, 4(7), 41–58. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30094>.

crecente de dificuldade, apresentando primeiro as vogais, depois as consoantes e cada lição começava com uma palavra-chave e seguia com a proposta de formar novas palavras a partir da decomposição das sílabas. O método de alfabetização Laubach será mais aprofundado na seção de análise dos instrumentos didáticos da Campanha.

O recorte temporal dessa pesquisa está inserido no contexto de Guerra Fria (1947 – 1991), que consistiu na disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), duas potências internacionais que saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial. Com o fortalecimento político da URSS, os EUA temiam um possível enfraquecimento do capitalismo, o que poderia minar a estabilidade social e econômica do país. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 232) “os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo”, nesse sentido, a preocupação com uma possível soberania mundial soviética manteve os EUA em estado de alerta e de confronto com a URSS e uma das justificativas era o combate aos males do comunismo. O advento da Guerra Fria transcorreu por mais de quarenta anos com diversos confrontos, apelo para o desenvolvimento de uma revolução social, e promessa de salvaguardar o mundo. Não se trata de um período hegemônico, mas o conflito foi responsável pela polarização mundial e os dois blocos econômicos que buscavam o expansionismo das áreas de influência enquanto competiam a direção da política internacional.

A CEEA foi instalada no ano de 1947, nessa conjuntura de crises, mudanças e de acontecimentos históricos mundiais importantes como o pós-guerra e a condução da ONU e da UNESCO como instituições encarregadas de promover a orientação para uma educação universal. O Brasil se aliou aos EUA na busca pelo desenvolvimento econômico e defesa de sua hegemonia e sofreu influência da ação internacional articulada pela UNESCO desde no fomento e promoção de programas de educação de adultos analfabetos na América Latina. Contudo, as influências norte-americanas no Brasil não estiveram relacionadas somente à educação formal. Havia um plano ambicioso que almejava promover o desenvolvimento do país e elaborar uma política de industrialização. Para dar encaminhamento ao referido plano, o

governo brasileiro em cooperação internacional com os Estados Unidos articulou um primeiro plano diagnóstico global da realidade socioeconômica brasileira.

No Brasil, o Presidente Dutra, após a sua posse, deu início a elaboração de um plano de desenvolvimento, o Plano Salte, que visava interferir nas condições de saúde, alimentação, transporte e energia do país. Uma comissão intrapartidária, composta pelos partidos de maior representatividade (PSD, UDN e PR), foi montada para elaborar o plano juntamente com uma comissão de técnicos do Governo Federal, tratava-se de uma articulação entre os poderes Executivo e Legislativo. Durante a elaboração do plano, estudos mostraram deficiência nos transportes e no setor energético e graves problemas como a fome, mortalidade infantil, mortalidade precoce dos adultos e precariedade dos recursos médicos. O Plano Salte visava elevar o nível sanitário da população e combater as endemias e moléstias que acometia, principalmente a população rural, objetivo que estava em consonância com a CEAA. Nesse sentido, identificamos que a Campanha foi formulada a partir desse contexto de redemocratização do Brasil, no qual ganhava impulso as concepções do nacional desenvolvimentismo que contribuiram para a formação de um novo modo de pensar a educação, incutindo mudanças de hábitos e comportamentos na população.

No caso da Bahia, Anísio Teixeira afirmou, em 1949, que:

[...] o programa de educação vem colocar a Bahia entre os grandes centros educacionais civilizados, cujo programa está dentro das intenções do governo Dr. Octávio Mangabeira, que é o de ajustar o estado baiano no ritmo do progresso do mundo atual. (Bahia, 1949, p. 95).

Em consonância com as ambições internacionais e com o Governo Dutra, o desafio do Governador Octávio Mangabeira, para o estado da Bahia, era reestruturar o programa de educação de modo a satisfazer uma orientação nacional desenvolvimentista, que reivindicava o ordenamento de estados prósperos e civilizados. Tecendo conexões sobre questões relativas à modernização da industrialização e ampliação da escolarização para adultos na Bahia, o aumento da oferta de vagas para a educação elementar de adultos coincide com o desenvolvimento das indústrias na Bahia a partir do final da década de 1940 (Ramos; Brito, 2018, p.51).

O período delineado para desse estudo – 1947 a 1963 – perpassa por uma diversidade de acontecimentos no Brasil e não podemos ter uma visão simples, tampouco homogeneizar o período. Para Ângela Castro Gomes:

Esse contexto foi de grandes e importantes movimentos sociais na história republicana do país: a campanha petróleo é nosso, greves sindicais, formação de associações de trabalhadores rurais, entre outros. Esse foi um tempo em que se expandiu a representação e também a participação política da população das cidades e do campo, guardadas suas especificidades. Durante o período de 1945 a 1964 houve quatro eleições presidenciais, e seis para o congresso nacional, além das eleições estaduais e municipais. Todos evidenciaram um alto grau de correção e competitividade (Gomes, 2013, p.37).

O ano de 1945 tornou-se simbólico, o Brasil tinha saído de um governo ditatorial e voltava a se estabelecer como um Estado de Direito. Eurico Gaspar Dutra foi o primeiro presidente eleito, desse novo momento brasileiro que se convencionou chamar de Terceira República, em seguida tivemos quatro eleições presidenciais: a volta de Getúlio Vargas (1951-1954); Juscelino Kubitschek (1956-1961); Jânio Quadros (1961- renunciou ao mandato); João Goulart (1961-1964). Trata-se de um período de grande circulação político-cultural, de procedimentos liberal-democrático, de busca pela modernidade política, ao mesmo tempo, em que o analfabeto era impossibilitado de votar. Levando em consideração essas especificidades, podemos relacionar a urgência da instalação de uma grandiosa campanha de alfabetização de adultos com as demandas dessa remodelagem republicana.

Apesar dos esforços da oferta de vagas para adolescentes e adultos no Brasil, em 1948, uma reportagem no Jornal Frente Operária (1948) exibiu representantes da Juventude Operária Católica (JOC) de todos os estados, reunidos em um Congresso em São Paulo que, dentre outras exigências, reivindicavam mais escolas primárias e profissionais eficientes, isso demonstra que para além da realização da Campanha pelo governo, cujo objetivo era a ampliação das classes de alfabetização, havia um processo de lutas pela ampliação e melhoria da qualidade de escolas, já que, provavelmente, a proposta da CEAA não supria as necessidades.

Para dar conta de compreender os sujeitos envolvidos com o objeto da pesquisa, foi necessário ampliar os diálogos com atores envolvidos no processo de construção, organização e desenvolvimento desse novo plano de educação para

adolescentes e adultos, visto que, no período de estudo, temos, dois importantes personagens da Bahia, Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde e Anísio Spínola Teixeira, secretário da Educação e Saúde do estado da Bahia, além de Lourenço Filho o idealizador da Campanha.

A pesquisa está ancorada na seguinte pergunta: como as concepções educacionais para a formação de trabalhadores provocaram disputas políticas na Bahia pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947 a 1963?

A partir dos exercícios realizados em conformidade com o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, o objetivo geral dessa pesquisa é: compreender as concepções educacionais para a formação de trabalhadores e as disputas políticas na Bahia pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947 a 1963. Os seguintes objetivos específicos são: 1) Compreender o contexto político, social, educacional e cultural no qual a CEAA estava envolvida; 2) Identificar os interesses político-partidários do estado da Bahia na proposição da Campanha de Educação de Adultos no contexto de 1947 a 1963; 3) Compreender a relevância da CEAA para a formação do trabalhador a partir dos Cartazes Didáticos da Campanha e do Guia de Leitura Ler.

Esse estudo é impulsionado pelas tendências de pesquisa em história da educação que estabeleceram amplos diálogos com a História Cultural que, a partir da década de 1980, estimulou um processo de redimensionamento teórico-metodológico na pesquisa em história da educação no Brasil. De acordo com Hunt (2001), as relações econômicas e sociais (por que não incluir as relações políticas), não antecedem às culturais e tampouco as determinam, todas elas são campos da prática e da produção cultural. Isso significa que as práticas econômicas, sociais e políticas são culturalmente condicionadas. Por outro lado, percebe-se o distanciamento da historiografia tradicional ao apresentar a preocupação com uma história cuja narrativa parte de problemas, contextos para examinar novas fontes e objetos em determinada abordagem.

Desse modo, esse estudo incorpora a problematização sobre a dinâmica da política pública que institucionalizou a CEAA e atravessa a produção do currículo e os

atores envolvidos. A abordagem e problematização estão articuladas com as perspectivas de autores engajados com a perspectiva do modo de fazer história da educação em diálogo com a história cultural, a exemplo de: Brito (2001); Bomeny (1993); Beisiegel (1974); Berstein (1998); Carvalho (2014); Chartier (2001); Faria Filho (2014); Fonseca (2008); Veiga (2008); Galvão (2008); Gatti Jr. (2002); Gomes (2016); Hunt (2001); Luz (2009); Magalhães (2015); Paiva (2003); Silva (2011). Dessa forma, a CEAA é entendida como uma política pública educacional, concebida como uma política de educação para adolescentes e adultos, planejado e implementado pelo Estado para ser utilizado como recurso para o desenvolvimento do país. A partir dessa perspectiva, é importante considerar que:

Tem sido possível problematizar a educação em diferentes tempos históricos, em espaços escolares ou não, baseando-se em diferentes temas (o corpo, o aluno, a leitura, as disciplinas escolares, a cidade, instituições, métodos de ensino, estatística, ofícios, materiais escolares, saberes...), em diferentes sujeitos (a criança, a mulher, o negro, o indígena, o aluno, o professor, os dirigentes escolares...) de diferentes fontes documentais (imprensa, periódicos, relatórios oficiais, correspondências, manuais escolares, inventários, livros de leitura, imagens...) e em diferentes abordagens teórico-conceituais (Veiga e Fonseca, 2008, p. 8).

O argumento apontado pelas autoras acima contribui para a proposta deste estudo porque possibilitam estabelecer diálogos com a história cultural que tem contribuído para a renovação da historiografia da educação com diversas formas de apropriação de seus pressupostos metodológicos e da abordagem da cultura política que desponta como objeto para reflexão com novas perspectivas de análise. Para Veiga (2008, p.19) “é preciso refletir, particularmente no Brasil, sobre o futuro de uma história que se inscreve desconsiderando as maneiras como as pessoas se educaram”. A autora propõe a problematização dos estudos sobre educação e escolarização a partir dos referenciais da política e da cultura, visto que, as possibilidades e desdobramentos de pesquisa estão coladas com o movimento da História Cultural. Por esse motivo, devemos situar o lugar político e da política no desenvolvimento da educação de adolescentes e adultos a partir da CEAA. Ao refletir sobre os acontecimentos culturais e políticos compreendemos as motivações, as atitudes e as divergências em um mesmo grupo, uma vez que, a cultura política não é a chave para responder todas as perguntas, “mas um fenômeno de múltiplos

parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (Berstein, 1998, p.350).

Trata-se de uma pesquisa documental e para responder o problema de pesquisa dessa investigação realizei um amplo levantamento de documentos. Na busca *online*, consultei o banco de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas onde foi possível identificar a existência e coletar um número significativo de fontes, pertinentes à CEAA relacionadas: ao planejamento, aos documentos iniciais, fotografias, correspondências pessoais e textos relacionados a congressos, doze livros didáticos (guias de leitura, de aritmética e de leituras variadas), o folheto para a instrução de professores regentes das classes da CEAA, aos seminários de educação de adultos e movimentação do Serviço de Educação de Adultos e ao ensino supletivo no Brasil e, especificamente, da Campanha. Além destas, realizei a coleta de outros documentos, leis, decretos e portarias referentes ao Estado da Bahia sobre a instrução primária do período delimitado para o estudo, os relatórios localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia do secretário da educação e saúde Anísio Spínola Teixeira.

Em 2021<sup>6</sup> foi possível acessar presencialmente o arquivo da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, e explorar os Diários Oficiais do Estado da Bahia e os Diários da Assembleia Legislativa. A coleta foi muito produtiva e consegui encontrar, dentre outros documentos, as portarias de designação, substituição, permuta e dispensa dos professores das classes supletivas, a portaria que baixou as instruções para as classes de educação de adultos, o termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde com o estado da Bahia e as discussões sobre a Campanha nos diários da Assembleia Legislativa da Bahia.

Quanto a problematização e interpretação dos dados e documentos coletados foram realizadas durante toda a escrita da tese, articulando o material coletado com as questões de pesquisa e a fundamentação teórica, ou seja, ao longo de toda redação do texto escrito no processo da pesquisa e não apenas em uma parte ou seção. No processo de problematização e análise dos documentos selecionados que

---

<sup>6</sup> Ainda sobre a coleta de documentos, durante o ano de 2020 foi complicado explorar arquivos físicos por causa da pandemia da Covid-19 e foi difícil encontrar documentação específica da CEAA na Bahia.

compõem as evidências, as manifestações dos sujeitos da pesquisa e suas experiências foi necessário ficar atenta para compreender o contexto, as relações, os campos de força e disputas envolvidas. Nesse sentido, realizei análise crítica dos documentos, das manifestações dos idealizadores da Campanha e lideranças políticas que formularam e buscaram implementar a CEAA, examinando os procedimentos de ensino contidos nos livros e outros instrumentos didáticos utilizados como suporte de abordagem metodológica para orientação de professores, adultos e adolescentes contemplados pela ação da Campanha.

Assim, após a triagem da documentação no CPDOC foram encontrados 144 verbetes pertinentes à pesquisa. No processo de sistematização elaborei uma tabela de identificação<sup>7</sup> contendo, descrição do documento, referência e algumas observações sobre a natureza, o tipo, ano, número de páginas, dentre outros. Para a documentação encontrada na EGBA elaborei outra tabela<sup>8</sup> com a descrição do documento, data, número e páginas do Diário Oficial. Esse procedimento auxiliou na leitura dos documentos disponíveis e na construção de fichas para analisar os descritores que permitem categorizar e identificar melhor o documento. Os principais identificadores da documentação possíveis de observar são, título, autor, tamanho do arquivo, porém, tão importante quanto identificar as características materiais do documento é buscar compreender: O que foi produzido? Quais os agentes envolvidos no processo de produção? Em qual contexto foi produzido? Para quem foi produzido? Essas perguntas ajudaram a fazer as inferências acerca do objeto de pesquisa que, por conseguinte, auxiliar na interpretação da documentação.

Concomitante à construção das fichas de análise dos documentos, a leitura dos referenciais teóricos auxiliou na identificação de algumas das categorias de análise como: educação de adolescentes e adultos; trabalho; política e intelectuais. A trilha percorrida para análise dos dados coletados está em consonância com os modos de fazer da pesquisa histórica que permite categorizar, inferir, descrever e interpretar. A leitura da documentação selecionada, disponível no portal do CPDOC<sup>9</sup> e na EGBA se

---

<sup>7</sup> A tabela de identificação dos documentos encontrados no CPDOC apêndice C.

<sup>8</sup> A tabela de identificação dos documentos encontrados no EGBA apêndice D.

<sup>9</sup> Foram selecionados 144 documentos no portal do CPDOC, no entanto, nem todos estão disponíveis para visualização on-line. Para acessar a cópias ou algum tipo de reprodução, é possível remeter automaticamente uma relação ao CPDOC, bastando apenas que concorde com o Termo de Compromisso que lhe será apresentado. O usuário será informado, via e-mail, sobre as possibilidades de reprodução, as condições para o uso, mas essa remessa dos pedidos tem um custo monetário.

processou durante toda a produção do texto no intuito de identificar qual o melhor caminho a ser percorrido em direção aos objetivos e perguntas formuladas nesta investigação.

No processo de interpretação das fontes descobrimos a existência de duzentas e trinta e duas portarias (232) da Delegacia Estadual de Educação de Adultos - DEAA destinadas à designação, substituição, transferência e permuta de professores das classes supletivas, disponível no Diário Oficial do Estado da Bahia. Após o inventário das portarias contabilizamos um total de mil e seiscentas (1600) classes de ensino supletivo para adultos e adolescentes na Bahia. Essa documentação foi analisada, enriquecida e confrontada com os dados do IBGE e gerou diversas tabelas a partir das quais é possível visualizar a quantidade de municípios baianos e suas respectivas quantidades de habitantes, a quantidade de zonas territoriais e seus municípios, a quantidade de classes de ensino supletivo por zona territorial, e a quantidade de classes por município baiano, no ano de 1947. Esse levantamento permitiu uma análise fecunda dos dados da CEAA.

Todo o material encontrado para a pesquisa, tanto no CPDOC/FGV, quanto nos Diários da Assembleia Legislativa e Diários Oficiais do Estado da Bahia receberam um tratamento de análise cuidadoso a partir da elaboração de quadros e tabelas produzidos com os dados cotejados, com o propósito de facilitar a leitura do pesquisador e dos leitores. Os quadros e tabelas estão dispostos no apêndice e essas produções foram importantes porque permitiu a análise da CEAA para esse estudo e pode auxiliar em novas pesquisas. Acreditamos que todo texto produzido está sujeito a reformulações e reinterpretações a partir das possibilidades de construção de novos questionamentos e novas abordagens.

A tese contém uma segunda parte intitulada “A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos: o estado do conhecimento”. Após a coleta e identificação dos documentos, julgamos pertinente realizar um balanço das produções sobre a CEAA no Catálogo de Teses e Dissertações. A análise desses estudos ajudou a compreender o que foi elaborado sobre a Campanha, o que falta ser investigado sobre esse objeto de pesquisa, as possibilidades de dialogar e discutir criticamente com os autores, listar alguns aspectos que não foram explorados pelos autores nas produções

investigadas, bem como, demarcar possibilidades de aprofundamentos em perspectivas de pesquisas pouco exploradas nas produções sobre a mesma.

O objetivo da terceira parte é analisar a Campanha a partir da criação, das ações e das disputas políticas a partir da seguinte pergunta: qual o interesse do estado da Bahia em investir os recursos da campanha de adultos e adolescentes no contexto dos anos de 1947 a 1963? Nessa seção examino a CEAA, em quatro circunstâncias: inicialmente, analiso o planejamento da Campanha e identifico as orientações para a formação das primeiras classes de ensino supletivo, o Termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o estado da Bahia para implementação e execução da Campanha; em seguida avalio a expansão das classes de ensino supletivo na Bahia e a divulgação da Campanha a partir de 232 portarias expedidas pela Delegacia de Educação de Adultos da Bahia; continuamente busco compreender as políticas de educação e os diálogos da Assembleia Legislativa sobre os rumos da distribuição das classes de ensino supletivo na Bahia; e para complementar busco compreender como as tensões e confluências entre os intelectuais - especialmente Lourenço Filho, e os baianos Anísio Teixeira, Clemente Mariani - contribuíram para a implantação da CEAA.

Na quarta parte, o objetivo é compreender a importância da Campanha para a formação do trabalhador a partir do seguinte questionamento: quais as ações da instalação da CEAA para a formação de trabalhadores na Bahia? A análise é embasada nos cartazes didáticos; no Primeiro Guia de Leitura – LER, no manual de instruções aos professores de ensino supletivo, e no texto publicado por Lourenço Filho intitulado: “Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise”. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, out/dez 1965, p.250-272.” que contém alguns resultados da CEAA. Nessa seção investigo a CEAA, em três especificidades: a tentativa da campanha em formar o aluno trabalhador; os cartazes didáticos como uma nova proposta de apoio pedagógico; e para finalizar busquei mapear os resultados da Campanha.

## 2 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: O ESTADO DO CONHECIMENTO

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA – foi uma iniciativa do governo federal lançada em 1947. No contexto da década de 1940, o Brasil almejava promover o crescimento econômico e garantir a democratização política do país recém-saído da ditadura do Estado Novo. Para alcançar tais objetivos, alguns intelectuais compreendiam que era necessário realizar a superação do analfabetismo de adolescentes e adultos para a ampliação do número de potenciais eleitores e a qualificação da força de trabalho. Para assegurar a efetividade de tais objetivos tornou-se necessária a expansão a escolarização de adolescentes e adultos. Nesse sentido, o Ministério da Educação por meio da CEAA distribuiu 10.000 classes de ensino supletivo para todos os estados da federação, mais os territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco<sup>10</sup>. Uma distribuição de classes supletiva bastante significativa que requer investigação.

A educação de adultos no Brasil, ainda que apresente trabalhos relevantes, tem ocupado, de acordo com Xavier (2019, p. 02) “um lugar marginal na pesquisa, nas obras de história da educação e nos eventos científicos”, isso significa, que precisamos avançar nas investigações sobre a história de educação de adultos principalmente no que se refere às campanhas de alfabetização. A CEAA representa um marco inicial na educação de adultos, com uma ampliação significativa das classes de ensino supletivo e atuação da União no financiamento dessa modalidade de educação.

O objetivo dessa seção é analisar a produção acadêmica sobre a CEAA no banco de dissertações e teses da Capes considerando as seguintes categorias inerentes a Campanha: recorte temporal, fontes utilizadas, instituições produtoras, ano de defesa, níveis de ensino (mestrado ou doutorado), *lócus* de pesquisa e objetivo geral, abordagens teóricas e metodológicas e considerações finais. Para auxiliar na compreensão do objeto desta pesquisa foi necessário, primeiramente, realizar um balanço sistemático da produção acadêmica para buscar entender as seguintes

---

<sup>10</sup> Unidades da Federação com instalação da CEAA, no ano de 1947: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Fernando de Noronha, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, mais os territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco.

questões: O que foi produzido ao nível de mestrado e doutorado sobre a CEAA? Quais os caminhos de pesquisa percorridos pelos autores? Que abordagens e metodologias foram usadas? Que conclusões alcançaram? Em que medida as análises das produções possibilitam a elaboração de novas questões e problemas para nova investigação sobre a CEAA?

Inventariar um objeto de pesquisa consiste em desafio e implica muita responsabilidade, pois, a partir da leitura proposta pelo pesquisador que se organiza, classifica e agrupa as produções em um formato único e haverá tantas interpretações quantas forem possíveis realizar, baseado nas várias ambiguidades e singularidades do inventariante. Como aponta Magda Soares, a partir de pesquisas desse tipo:

É que podemos conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência [...] (Soares, 1989, p.3).

Nesse sentido, examinar o estado do conhecimento sobre um tema consiste em um exercício introdutório imprescindível a qualquer trabalho de pesquisa. A coleta, para esse inventário da produção sobre a CEAA foi realizada no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que tornou disponível, para todos os interessados, um Banco de Teses e Dissertações<sup>11</sup> com o objetivo de facilitar o acesso das produções defendidas nos programas de pós-graduação, abrangendo todo o território nacional. A consulta no banco de dados pode ser realizada mediante uma busca simples informando o nome do autor, título e/ou palavras-chave. Para esse estudo foi utilizada a sentença, “campanha de educação de adolescentes e adultos”, entre aspas e foram encontradas, no mês de abril do ano 2021, as seguintes produções, conforme o quadro 01:

---

<sup>11</sup> O Banco de dados da Capes foi criado em 2002, sendo que não reúne produções anteriores ao ano de 1987. As produções posteriores a 1988 e anteriores a 2002 podem ser identificadas, sem acessar os detalhes, a exemplo do resumo.

**Quadro 01 - Produções encontradas na Base de Dados da Capes**

	<b>ANO</b>	<b>AUTORAS</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NÍVEL</b>
01	1992	TERRA, Neuza Salles	Concepções de Alfabetização de Adultos no Brasil no Período de 1946 a 1964	Mestrado
02	2000	KLEIN, Rejane	Os Discursos da Alfabetização de Adultos e as Representações do Sujeito Analfabeto	Mestrado
03	2007	SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de	Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990	Mestrado
04	2012	COSTA, Deane Monteiro Vieira	A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador	Doutorado
05	2014	FORNACIARI, Gabriela Maria	Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: São Carlos, SP (1930 a 1950).	Mestrado
06	2015	SILVA, Carla Cristina Jacinto da	História da Educação de Adolescentes e Adultos: as Campanhas e as Instituições de Ensino Noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Seis resultados foram localizados, cinco produções ao nível de mestrado e uma ao nível de doutorado, contudo, duas delas foram desconsideradas para o desenvolvimento dessa análise: a primeira produção apontada no quadro 01, de autoria de Neuza Salles Terra (1992) investiga a concepção de alfabetização de adultos no Brasil num período de redemocratização (1946 a 1964), época em que a alfabetização de adultos contou com uma expansão significativa, mas esse texto não foi encontrado; a segunda produção, a autora Rejane Klein (2000), analisa os discursos da alfabetização de adultos no oeste do Paraná, a partir das concepções de Michel Foucault, em suas relações com os modos de objetivação do sujeito analfabeto com destaque para os momentos mais fortes das campanhas contra o analfabetismo e constata várias imagens sobre o sujeito analfabeto caracterizando-o como incapaz, inculto, alienado, necessitado. Os dois trabalhos suprimidos focam em um período histórico importante em que as campanhas contra o analfabetismo estão inseridas, inclusive na CEAA, contudo, a primeira produção não foi encontrada e a segunda possui um recorte temporal que inicia na década de 1940, perpassa pelo Mobral, as campanhas da década de 1990 e termina na Conferência de Hamburgo (1997), portanto, não dá ênfase a CEAA.

Das quatro produções selecionadas para o estudo, percebe-se que apenas duas possui no título a sentença “campanha de educação de adolescentes e adultos”, as outras duas produções possuem no título as palavras que compõem a sentença, mas de forma dispersa, o que gerou o seguinte questionamento: pode haver outras produções sobre a CEAA que não contemplam a denominação “campanha de educação de adolescentes e adultos” no título? Diante dessa incerteza, outro critério estabelecido para identificar possíveis produções sobre a CEAA foi buscar informações no interior das produções coletadas na Base de Dados da Capes. Foram encontrados dois estudos precursores sobre a Campanha. O primeiro estudo do autor, Celso Rui de Beisiegel intitulado, “Educação de Adultos no Estado de São Paulo”, ao nível de doutorado e defendido no ano de 1972. O segundo estudo, denominado “Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas”, tese de doutoramento, do autor Leôncio José Gome Soares e defendida no ano de 1995.

O trabalho pioneiro realizado por Celso de Rui Beisiegel é uma tese de doutorado intitulada “Educação de Adultos Analfabetos no Estado de São Paulo”, sob orientação de Florestan Fernandes e Luís Pereira<sup>12</sup>. A tese foi publicada, em 1974, com o título “Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos”. Segundo Beisiegel (1974), o título foi modificado porque os assuntos abordados no estudo ultrapassavam os limites sugeridos pelo título e justificam as incursões pelas histórias das ideias e das práticas da educação comum. Posteriormente, em 1995, Leôncio José Gomes Soares defendeu a tese de doutorado, sob orientação do professor Celso de Rui Beisiegel e analisou o desenvolvimento da CEAA no estado de Minas Gerais.

Ao reunir as quatro produções selecionadas para o estudo, conforme o quadro 01, com mais duas produções encontradas no interior destas, totaliza seis produções, ao nível de mestrado e doutorado que contemplam a CEAA de forma significativa e serão analisadas neste estudo. As produções estão dispostas no quadro 02,

---

<sup>12</sup> Em entrevista o Celso de Rui Beisiegel relata: “o meu orientador era o Florestan Fernandes que já tinha me orientado no mestrado; só que o Florestan tinha saído do país e o meu doutorado foi assumido pelo Luiz Pereira – era meu amigo e meu compadre – um pouco mais velho que eu. Um tipo notável que me ajudou na minha formação”. Fonte: BEISIEGEL, Celso de Rui. Entrevista concedida a Fernanda Santos Paulo: São Paulo: Pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS, áudio e vídeo. Entrevista concedida em 14 de julho de 2016.

apresentadas em ordem crescente a partir do ano da defesa. O estudo mais recente foi produzido em 2015<sup>13</sup>.

### Quadro 02 - Produções selecionadas para o estudo

	ANO	AUTORES/AS	TÍTULO	NÍVEL	PERÍODO
01	1972	BEISIEGEL, Celso de Rui.	Educação de Adultos no Estado de São Paulo.	Doutorado	Não informa no título
02	1995	SOARES, Leôncio José Gomes	Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas.	Doutorado	Não informa no título
03	2007	SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de	Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990	Mestrado	1947 a 1990
04	2012	COSTA, Deane Monteiro Vieira	A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador	Doutorado	1947 a 1963
05	2014	FORNACIARI, Gabriela Maria	Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: São Carlos, SP (1930 a 1950).	Mestrado	Décadas de 1930 a 1950
06	2015	SILVA, Carla Cristina Jacinto da	História da Educação de Adolescentes e Adultos: as Campanhas e as Instituições de Ensino Noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)	Mestrado	1947 a 1963

Fonte: Elaborado pela autora com base na produção do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

A primeira estratégia utilizada para identificar nas produções encontradas as categorias de análise propostas para esse estudo foi a leitura dos resumos elaborados pelos próprios autores. No entanto, as duas primeiras produções não possuem resumos. Na primeira produção acadêmica sobre a CEEA (Beisiegel, 1972), a versão encontrada está em formato de livro e não possui resumo. Na segunda produção (Soares, 1995), o resumo não estava incorporado à série de procedimentos e normas para a escrita acadêmica, como, por exemplo, capa, contracapa e sumário. Paraphrasing Ferreira (2002), questiona-se o quanto é possível traçar um estado do conhecimento utilizando apenas os resumos. Para a autora:

Há sempre a sensação de que sua leitura a partir apenas dos resumos não lhe dá a ideia do todo, a ideia do que “verdadeiramente” trata a pesquisa. Há também a ideia de que o inventariante possa estar

<sup>13</sup> Investigação realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes em 2022.

fazendo uma leitura descuidada do resumo, o que significará uma classificação equivocada do trabalho em um determinado agrupamento (...) (Ferreira, 2002, p. 265).

Nesse sentido, partindo do pressuposto que os resumos não contemplam todas as informações necessárias para a análise das produções, muitas vezes são mal elaborados e sucintos, estes foram acessados em um primeiro momento. Posteriormente, as produções foram analisadas nos formatos originais, na íntegra, com o intuito de ampliar as informações relevantes para a realização desse levantamento.

O quadro 02, exibe o recorte cronológico das produções sobre a CEAA. As duas primeiras produções dispostas na tabela não informam a periodização no título e foi necessário buscar essa informação no interior das teses. A identificação do recorte temporal da primeira tese só foi possível após a verificar o sumário e observar que o autor começa a investigação no início da década de 1940, período em que os movimentos em favor da educação começaram a se articular. O autor finaliza a tese em um momento pós CEAA quando menciona, outras iniciativas de movimentos educacionais para adolescentes, na década de 1960 (a exemplo dos movimentos sociais de educação que utilizavam o método Paulo Freire de alfabetização de adultos), com desfecho para o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização que iniciou suas atividades em 1970.

Na produção intitulada “Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas”, foi possível identificar o recorte na introdução da tese. Segundo o autor, o marco temporal se relaciona com “dois períodos distintos em Minas Gerais. O primeiro deles foi a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. O segundo foi a implantação do ensino supletivo em Minas Gerais após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 5692/71, em pleno regime militar” (Soares, 1995, p.08), que reformou a educação, pela primeira vez concedeu um capítulo ao ensino supletivo e integrou o ensino médio ao ensino profissionalizante tornando obrigatória a aquisição do estudante a uma profissão. Apesar de declarar como final do marco cronológico a Lei 5692/71, o autor estende por vinte anos e revela a ampliação do atendimento do ensino supletivo em Minas Gerais, que resultou na Resolução 386/91, e mostra os resultados apresentados pelos exames supletivos de 1º grau realizados no estado, no início da década de 1990.

O estudo, “Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990”, possui a periodização mais extensa do que os outros, foram quarenta e três anos destinados ao marco cronológico compreendido entre a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos até a extinção da Fundação Educar, entidade implementada para substituir o MOBREAL. A dissertação de mestrado da autora Gabriela Maria Fornaciari possui um recorte temporal que se refere às décadas 1930 a 1950, compreendendo os anos que antecederam a criação das instituições selecionadas para a pesquisa, que são: “os grupos escolares noturnos Eudóxia Coelho e Perpétua Genofre de São Carlos”. Duas das produções adotaram como marco temporal os anos de 1947 a 1963, considerando o período descrito pelos documentos oficiais como o de funcionamento da CEAA, mas é válido salientar que todas as produções analisadas perpassam pelo período de execução da Campanha.

Uma dificuldade percebida para compor esse levantamento foi a identificação das fontes utilizadas pelos autores das produções investigadas. O critério empregado foi identificar nos resumos e na seção introdutória das produções quais fontes foram utilizadas pelos autores. Ao consultar o texto interna e integralmente, não foi difícil encontrar em todas as produções, a utilização de fontes que não foram anunciadas pelos autores, a exemplo das correspondências e das fotografias. É interessante notar que as fotografias, entre outras linguagens iconográficas, podem ser tratadas como fontes históricas. As imagens permitem informar ícones, símbolos e indícios da cultura escolar quando percebemos que além do registro imagético que define um instante e um determinado lugar, as fotografias podem ser problematizadas. Todavia, os autores, elencados no quadro acima, usaram as imagens apenas como figuras ilustrativas.

A tabela 01 contém o registro das fontes mencionadas pelos autores das dissertações e teses que constam nos resumos e parte introdutória das produções. A legislação educacional é a principal fonte utilizada em todos os trabalhos sem exceção, esse indício nos leva a constatar que é uma fonte usada de forma recorrente. No entanto, as fontes mais citadas pelos autores são: legislação, fontes orais e jornal, mencionadas em três das produções; anais de congresso, diário oficial, documentos

escolares, mensagens dos governadores e relatórios são anunciados em duas pesquisas e as revistas são citadas em apenas uma obra.

A perspectiva da escrita da Nova História Cultural, ancorada na formulação do problema para a pesquisa e na compreensão que o documento não fala por si, permite formular diálogos variados com múltiplas fontes. De acordo com Nunes (1992, p.158), “o que dá inteligibilidade ao texto histórico são as perguntas que o orientam”, desse modo, a pergunta também irá nortear a escolha das fontes. Ainda de acordo a mesma autora, a ampliação das fontes dificulta a análise, já que a construção do entendimento exige estabelecer nexos e relações com vários tipos de documentos. No exame das produções é possível perceber o trabalho com múltiplas fontes e o cruzamento entre elas, favorecendo a interpretação e enriquecendo a investigação.

**Tabela 01 - Fontes utilizadas nas produções**

<b>FONTES</b>	<b>TOTAL DE PRODUÇÕES</b>
Anais de congresso	02
Diário oficial	02
Documentos escolares	02
Fontes orais	03
Jornais	03
Legislação	03
Mensagens dos governadores	02
Relatórios	02
Revistas	01

Fonte: Elaborado pela autora com base na produção encontrada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

As produções de Soares (1995) e Costa (2012), não informam no resumo e na parte introdutória as fontes, mas as teses possuem uma seção igualmente intitulada “Fontes da pesquisa - documentos e entrevistas”. O autor e a autora escolheram um mesmo grupo de fontes para nortear suas pesquisas: legislação, jornais, diário oficial, documentos da campanha e entrevistas. É importante ressaltar que Costa (2012) explorou de forma significativa alguns dos volumes da Coleção Educar – uma série de material didático produzido exclusivamente para a CEEA. No entanto, analisando os textos na íntegra, percebe-se que os autores utilizaram outros tipos de fontes que não foram destacadas, mas que aparecem em algum momento do texto, tais como, dados censitários e anais de congressos.

Nesse sentido, documentos oficiais, legislação, mensagens dos governadores e diários oficiais foram tão utilizadas e problematizadas quanto outras fontes para contar a história da CEAA, da mesma maneira que “novas fontes” foram utilizadas. Para dar um exemplo disso, podemos visualizar na tabela 01 que os autores exploraram fontes não tradicionais como os impressos (jornais e revistas), bem como o uso das fontes orais estão presentes nas produções.

Os autores das produções levantadas, de forma geral, utilizaram os jornais que circulavam no período, inclusive dedicando seções para a análise desses periódicos. De acordo com Faria Filho (2002, p.134), “o jornal pode ser visto como uma estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes”, dessa forma, ao fazer uma correspondência com a CEAA evidencia-se que os periódicos podem auxiliar para compreender como a concepção de educação formal foi sendo atrelada à construção de um ideário civilizatório. A imprensa pode ser definida tanto como um meio de informação que se encarregou de realizar importante propaganda da CEAA, quanto suporte de relações, valores e concepções civilizatórias que gostaria de ver sendo estendida para toda a sociedade.

Apesar das diversas possibilidades de problematização e discussão, os jornais foram utilizados nas produções, na maior parte dos casos, para informar sobre o desenvolvimento da Campanha e convocação alunos, professores e voluntários de maneira mais narrativa do que analítica. Na produção intitulada “Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: São Carlos-SP (1930 a 1950), a autora utiliza os jornais de forma considerável com três seções destinadas à discussão com os impressos: uma primeira seção teórica na qual informa sobre “a mudança na forma de pensar e perceber o discurso da imprensa como objeto de estudo de história e a utilização desta como fonte que ocorreu a partir da Escola dos Annales e posteriormente da Nova História” (Fornaciari, 2014, p.32). A autora afirma que o jornal foi escolhido como fonte porque apresenta discursos relevantes sobre o analfabetismo e auxiliou na interpretação do contexto ao “verificar os acontecimentos que estavam ganhando destaque no período”. Nesse sentido, a autora dá prosseguimento ao texto com a proposta de “verificar os acontecimentos” e continua narrando os eventos em mais duas seções denominadas, “O município de São Carlos pelo olhar da imprensa” e “Sociedade e urbanização nas páginas dos

jornais. Os jornais utilizados para esse estudo em noticiavam o cotidiano da cidade e permitiu uma riqueza de detalhes, com exaltação para a educação, visto que no período de estudo houve uma enxurrada de notícias sobre o contexto escolar e merecia uma interpretação mais aprofundada.

A fonte oral foi utilizada em três das produções investigadas. Ao acionar a história oral, o pesquisador tem a possibilidade de construir as próprias fontes, documentos e recuperar informações e memórias a respeito de episódios que não foram narrados em outros tipos de fontes. Segundo Delgado:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (Delgado, 2010, p. 15).

As versões narradas podem revelar diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos com a aplicação de diversos estímulos para ativar a memória. Na reconstituição de uma narrativa os depoentes podem revelar diferentes interpretações sobre um mesmo episódio, isso significa que, concepções particulares podem apresentar novas versões do ocorrido.

Quanto aos procedimentos metodológicos, os depoimentos realizados nas produções acima identificadas revelam que foram realizadas entrevistas temáticas que, de acordo com Delgado (2010, p. 22), “se referem a experiências ou processos vividos, ou testemunhados pelos entrevistados”. Os autores realizaram entrevistas individuais, estruturadas e semiestruturadas, com indivíduos que estiveram envolvidos no processo de educação de adultos nos estados pesquisados. O objetivo da utilização da fonte oral, segundo os autores, foi explorar o tema a partir das trajetórias percorridas pelos entrevistados visando estabelecer conexões e correlações para auxiliar na investigação.

Outro elemento analisado sobre as produções foi a ligação dos autores com as instituições e os programas de pós-graduação. Verificar esse vínculo é importante para compreender de onde se faz a pesquisa, mas também para apreender em que abordagem esses textos foram produzidos. No que se refere às instituições de ensino, o estado de São Paulo produziu três trabalhos, duas teses na Universidade de São Paulo e uma dissertação na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, e as

universidades federais de Mato Grosso, Espírito Santo, Uberlândia-MG, uma dissertação de mestrado cada, conforme o quadro 03:

**Quadro 03** - Estados e Instituições em que foram desenvolvidas as pesquisas

	<b>AUTORES/AS</b>	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>LÓCUS DE PESQUISA</b>
01	BEISIEGEL, Celso de R.	Universidade de São Paulo (USP)	Doutorado em Sociologia Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH-USP	São Paulo
02	SOARES, Leônicio José Gomes	Universidade de São Paulo (USP)	Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação	Minas Gerais
03	SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação	Mato Grosso
04	COSTA, Deane Monteiro Vieira	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação	Espírito Santo
05	FORNACIARI, Gabriela Maria	Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho/Araraquara (UNESP)	Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras	São Paulo
06	SILVA, Carla Cristina Jacinto da	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Pós-Graduação em Educação	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

O estado de São Paulo acolheu o maior número de produções, mas não necessariamente investigou a CEAA no estado, das três produções uma corresponde ao estado de Minas Gerais. Nesse sentido, no que se refere aos lócus de pesquisa, São Paulo sediou (2) produções, Minas Gerais (2), Espírito Santo (1) e Mato Grosso (1). Grande parte das investigações estão concentradas em programas de pós-graduação em educação, com exceção de uma produção elaborada com os fundamentos de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP).

A ancoragem do programa de pós-graduação interfere na perspectiva e nos modos de fazer da investigação, dessa forma, cada trabalho apresenta peculiaridades quanto aos seus objetivos e essas singularidades são importantes para interrogarmos quais os caminhos perseguidos pelos autores. O objetivo geral deve apresentar a ideia central do estudo. De acordo com Metring (2009, p.57), “o objetivo geral é o problema

colocado de forma generalizada, indicando a grande ação da pesquisa proposta: a onde se pretende chegar, o que se pretende atingir com a investigação”, ou seja, pode-se dizer que o objetivo geral é um leme que conduz a investigação e norteia o recorte do tema, a problematização, a periodização, a escolha das fontes e os resultados da pesquisa. Abaixo, o quadro 04, aponta os objetivos estabelecidos pelos autores no resumo ou na introdução do texto *ipsis litteris*, ou seja, exatamente como estava escrito. Ao observar cuidadosamente os objetivos gerais das produções selecionadas pretende-se identificar os trajetos percorridos e os resultados encontrados.

**Quadro 04 - Objetivo geral das produções**

	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>
01	BEISIEGEL, Celso de R.	Educação de Adultos no Estado de São Paulo.	Não informa claramente o objetivo.
02	SOARES, Leôncio José Gomes	Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas.	“Procura Resgatar o que foi e como se deu, há quase cinquenta anos atrás, em Minas o desenvolvimento dessa campanha contribuiu para entender melhor as origens da educação de adultos no Estado” (P.09).
03	SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de	Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990	“Objetivou analisar como foram desenvolvidas as Campanhas Oficiais de Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso” (Resumo).
04	COSTA, Deane Monteiro Vieira	A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador	“[...] Compreender, numa perspectiva histórica, discursos e práticas que, situados entre as décadas de 1940 e meados de 1960, se inserem na experiência educativa da CEEA, pensada pelo Ministério da Educação e Saúde como meio possível para solucionar uma das principais “chagas” do País – o analfabetismo” (p.17).
05	FORNACIARI, Gabriela Maria	Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: São Carlos, SP (1930 a 1950).	Tem como objetivo principal reconstituir a história dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos, SP (Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho), no contexto da educação de adultos dos anos 1930 a 1950 (p.14).
06	SILVA, Carla Cristina Jacinto da	História da Educação de Adolescentes e Adultos: as Campanhas e as Instituições de Ensino Noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)	O objetivo geral dessa pesquisa consiste em investigar a história da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia no período de 1947 a 1963 (p.03).

Fonte: Elaborado pela autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

A tese de doutorado, *Educação de Adultos no Estado de São Paulo*, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, de autoria de Celso Rui Beisiegel e publicada posteriormente, como livro, com o título pela “Estado e Educação Popular” talvez, por se destinar a um público leitor mais amplo não apresenta de forma explícita e clara o objetivo geral do estudo.

Ao verificar a apresentação do livro percebem-se indícios dos objetivos quando o autor informa que o trabalho resulta dos ensaios de encaminhamentos de respostas para perguntas que giravam em torno de questões centrais não esclarecidas pela precária bibliografia disponível sobre a educação de adultos. No entanto, Beisiegel (1974, s.n.), na apresentação do livro, julgou “necessário situar as origens e as vicissitudes das ideias, das leis e das práticas da educação de adultos no âmbito de outros processos ideológicos e jurídicos-políticos mais abrangentes”. Nesse sentido, percebe-se que o autor investiga a educação de adultos em São Paulo mediante ao estudo das diretrizes de uma campanha federal, a CEAA, responsável pela instituição da educação de adultos em todo o país. O autor registra no texto que a documentação obtida para o desenvolvimento do trabalho, com o intuito de elaborar um “roteiro” introdutório de informações para futuras pesquisas sobre o assunto. Um ato de generosidade, considerando que sua investigação foi pioneira e que forneceu subsídios para as pesquisas posteriores sobre a Campanha.

Leôncio J. G. Soares (1995, p.08), em sua investigação “procura resgatar o que foi e como se deu, há quase cinquenta anos atrás em Minas o desenvolvimento dessa campanha contribuiu para entender melhor as origens da educação de adultos no estado”. A pesquisa foi realizada em meados da década de 1990, não possui recorte temporal e o autor não explica a motivação, mas começa a investigação com um capítulo que descreve a escolarização de educação de adultos perpassando pelo Império, Período Republicano e Estado Novo. Quanto à justificativa para o estudo, percebeu que uma parcela significativa da população não desfrutava dos direitos à educação e na busca pelo entendimento sobre como se deu o movimento em favor da educação de adultos pesquisou dois objetos, instituições e períodos distintos: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e os Centros de Ensino Supletivo criados a partir da implantação da Lei 5692/71.

Apesar de se limitar à Lei 5692/71, (Lei de diretrizes e bases que inseriu pela primeira vez na história um capítulo destinado ao ensino supletivo), como marco final, o estudo prossegue por mais vinte anos e analisa a Resolução 386/91<sup>14</sup>, que promove alterações para o ensino supletivo e estabelece um novo perfil de cursos de iniciativa pública e privada implantados no estado de Minas Gerais, o que aumentou o leque de atendimento. O autor, ao analisar o percurso do ensino supletivo em Minas Gerais verificou que a estrutura e os recursos destinados tanto a CEAA, quanto aos Centros de Ensino Supletivo foram financiados pelo governo Federal, após o longo período de investigação, conclui que a história é caracterizada por continuidades e rupturas. Leôncio Soares deixa em aberto a finalização do estudo, propõe novos questionamentos e anuncia que novas respostas serão dadas em investigações futuras.

O estudo de Anelisa P. Veloso de Souza objetivou analisar como foram desenvolvidas as Campanhas Oficiais de Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso. O objetivo pode ser considerado muito amplo, entretanto, no desenvolvimento da pesquisa a autora afirma que a análise partiu de duas grandes campanhas oficiais de alfabetização de adultos: a CEAA e o MOBREAL. Uma periodização de 40 anos com a justificativa de realizar um estudo de visão mais panorâmica. De acordo Souza (2007, p. 152) as duas campanhas tinham interesse “em pensar a educação como um investimento capaz de produzir mão-de-obra qualificada ao mercado de trabalho e por consequência impulsionar o desenvolvimento do país”. Para finalizar, a autora afirma que o percurso dessas campanhas de alfabetização foi marcado por momentos de entusiasmo, descaso, descontinuidades e deficiências administrativas.

A produção intitulada – A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador –, procurou compreender, numa perspectiva histórica, discursos e práticas que, situados entre as décadas de 1940 e meados de 1960, se inserem na experiência educativa da CEAA, pensada pelo Ministério da Educação e Saúde como meio possível para solucionar uma das principais “chagas” do País – o analfabetismo. A autora recorre ao conceito de processo civilizador de Norbert Elias para apreender a ligação entre educação,

---

<sup>14</sup> Resolução 386/91, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que ampliou o atendimento à educação de jovens e adultos no Estado.

civilização e saúde guiados pela Campanha. A pesquisa tem como ponto central a CEAA e a Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro – CAASCI, uma entidade criada pela professora Zilma Coelho Pinto, que recebeu apoio pedagógico e financeiro do Ministério da Educação e Saúde por intermédio da CEAA. Durante o desenvolvimento do texto, a autora mostra que os manuais pedagógicos e os documentos oficiais produzidos pela CEAA incorporaram apelidos pejorativos e conceberam os não alfabetizados como “improdutivos, degenerados, servís, viciados e incapazes” (Costa, 2012, p.202), o que reforçou o estigma de incivilizado do morador rural. Os discursos e práticas analisados pela autora lhe permitiram compreender que a alfabetização proposta pela Campanha foi parte integrante de um processo civilizatório em curso. A partir dessa afirmação concluiu que o problema nacional do analfabetismo serviu de justificativa para os problemas sociais da nação e a CEAA foi pensada como uma intervenção “salvacionista”.

A dissertação de mestrado denominada – Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: São Carlos-SP (1930 a 1950) tem como objetivo principal “reconstituir a história dos dois grupos escolares noturnos de São Carlos-SP (Perpétua Genofre e Eudóxia Coelho), no contexto da educação de adultos dos anos 1930 a 1950” (Fornaciari, 2014, p.14). A autora afirma que, os grupos escolares em questão foram inaugurados em 1948, pioneiros no atendimento da educação de adultos no município, e nasceram ligados à CEAA com uma relação de colaboração e de extensão. Ao iniciar as considerações finais, retoma as perguntas de partida e informa que conseguiu narrar parte da reconstrução da história dos grupos escolares noturnos. Na intenção de reconstruir a história, a autora perpassa pelo histórico nacional, pelas políticas públicas educacionais direcionadas para o público adulto e pelos conceitos de analfabetismo. Para finalizar, afirma que a principal conclusão do estudo é que a criação dos grupos escolares noturnos de São Carlos não foi uma iniciativa estadual isolada e esteve relacionada a um projeto nacional do período que almejava a expansão da educação de adultos, com um movimento concreto na sociedade que explicava a necessidade de expansão da escola pública. As considerações finais desse estudo contribuíram, em grande medida, para pensar nos conceitos de analfabetismo, mas também de outras concepções de educação de adolescentes e de adultos pertinentes à Campanha.

Carla Cristina Jacinto da Silva investigou as Campanhas e as Instituições de Ensino Noturnas de Uberlândia-MG e o objetivo geral dessa pesquisa consistiu em investigar a história da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia no período de 1947 a 1963. Para analisar o papel da imprensa no município de Uberlândia na divulgação e colaboração com a Campanha, a autora utilizou o jornal, em que buscou informações como: grupo a quem pertencia, colaboradores, leitores, periodicidade e forma de organização do conteúdo. O formato como foi redigida as considerações finais dessa obra merece um destaque. A autora utilizou as epígrafes<sup>15</sup> que apontou no início dos capítulos para ilustrar as conclusões de cada seção do texto. A utilização da literatura como fonte de pesquisa é conhecida e debatida nos trabalhos historiográficos, e, nessa dissertação, a autora aproveitou a obra literária de forma bastante criativa. Sobre a CEAA considerou que apesar dos problemas apontados no seu desenvolvimento, a campanha promoveu visibilidade à educação de adolescentes e adultos em âmbito nacional e abriu novos caminhos para pensar a educação nesse campo.

Parafraseando Magda Soares (2006, p.400) “não vou fazer essa análise tomando como critério a qualidade das pesquisas”. Não se trata de fazer um julgamento sobre a qualidade das produções, e sim analisá-las a partir de um critério estabelecido e de um olhar individual. Seis obras de grande significado histórico foram analisadas nesse balanço sobre a CEAA e algumas nuances que não foram abordadas e podem ser revistas e aprimoradas posteriormente. As principais impressões identificadas a partir da análise das produções são as seguintes:

- 1) As produções utilizaram como fonte os trabalhos pioneiros elaborados por Celso de Rui Beisiegel (1972) e Leôncio José Gomes Soares (1995);
- 2) As produções mais antigas não contem, de forma explícita, a periodização, o problema de pesquisa e objetivos bem definidos, visto que, foram defendidas em 1972 e 1995, período em que os programas de pós-graduação estavam tomando forma.

---

<sup>15</sup> As epígrafes foram retiradas do livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Apesar de não contar a história de instituições noturnas de ensino ou da CEAA, a autora considera que a obra em questão dialoga com seu texto por que os personagens se assemelham com os sujeitos adultos investigados na pesquisa – “pessoas simples que sonhavam em ter uma vida melhor para si e principalmente para seus filhos” (SILVA, 2015, p.109).

- 3) Cinco das produções investigaram a CEAA em estados do Sudeste: duas em São Paulo, duas em Minas Gerais e uma Espírito Santo; e uma produção na região Centro-oeste, mais precisamente no estado do Mato Grosso. Ao considerar que a campanha atuou em todo o país, percebe-se um vasto campo de investigação, inclusive na região Nordeste;
- 4) Na apreciação das fontes pode-se argumentar que os autores utilizaram um conjunto muito variado, no entanto, em alguns episódios, os autores as utilizaram de maneira mais narrativa do que analítica.
- 5) Os trabalhos apresentam múltiplos objetos, instituições, abordagens e periodicidades, mas o período de funcionamento da CEAA está circunscrito em todas as produções. A importância da CEAA nos referidos trabalhos está circunscrita na historiografia da educação de adolescentes e adultos, de modo que, a Campanha é considerada um marco inicial no investimento do governo federal para o ensino supletivo em todo o território brasileiro;
- 6) Determinados objetivos dos estudos apresentam propostas de resgate, reconstituição e compreensão da história e do desenvolvimento da educação de adultos. A utilização dos verbos resgatar, reconstituir e compreender para demarcar uma intenção de pesquisa historiográfica pode incorrer na possibilidade de limitar e reduzir o estudo a simplesmente recuperar os fatos e acontecimentos. Um estudo historiográfico deve levar em consideração a problematização, interpretação e análise dos eventos.
- 7) As produções, de modo geral, caracterizam a Campanha como ação do Estado concebida para eliminar o analfabetismo entre adolescentes e adultos, fator apontado como o principal agente responsável pelo atraso do desenvolvimento do Brasil.

É oportuno observar que essa análise das produções sobre a CEAA, possibilitou apreciar o que foi produzido ao nível de mestrado e doutorado sobre o objeto e quais os caminhos percorridos pelos autores. No entanto, cabe retomar ao seguinte questionamento: em que medida a leitura, as sistematizações e interpretações das referidas produções acadêmicas ajudam a compreender o processo de elaboração e desenvolvimento da CEAA no contexto de 1947 a 1963,

considerando as concepções dos propositores envolvidos no processo de construção e organização da Campanha e a proposta didática? No empenho de responder a essa questão percebe-se um panorama que permite listar alguns aspectos que não foram explorados pelos autores nas produções acima citadas, para ampliar algumas análises produzidas e demarcar novas possibilidades de pesquisa sobre a CEAA, a exemplo de:

1. Identificar o interesse do estado da Bahia na participação da Campanha de Educação de Adultos no contexto de 1947 a 1963, tendo como base os Diários da Assembleia Legislativa do Estado.
2. Analisar as concepções de educação que Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Clemente Mariani tinham sobre a Campanha.
3. Analisar os cartazes didáticos de divulgação na imprensa da Campanha como um recurso audiovisual para criar uma imagem e orientar a educação para o trabalho.
4. Trazer as questões formuladas no Projeto da Campanha para pensarmos a pertinência dele e compreender a proposta didática como referências pedagógica e metodológica de ensino/aprendizagem de professores, adolescentes e adultos.

As proposições descritas acima são possibilidades de investigação, a pesquisa sobre a CEAA na Bahia está em constante movimento e esse balanço consiste no prelúdio para a compreender esse objeto, avançar para além do já conhecido e ampliar o interesse, na busca de novas perspectivas de investigação que permitam novas perguntas.

### **3 A CEAA: AÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS NA BAHIA**

O objetivo dessa parte é analisar a Campanha a partir da criação, das ações e das disputas políticas em busca de responder o seguinte questionamento: qual o interesse do estado da Bahia em investir os recursos da campanha de adultos e adolescentes no contexto dos anos de 1947 a 1963? Nessa seção examino a CEAA, em quatro circunstâncias: inicialmente, analiso o planejamento da Campanha buscando identificar as orientações para a formação das primeiras classes de ensino supletivo, inseridas no Termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o estado da Bahia que impôs atribuições para a execução do plano e a implantação das primeiras classes de educação de adultos no estado da Bahia; em seguida avalio a expansão das classes de ensino supletivo na Bahia e a divulgação da Campanha; continuamente busco compreender as políticas de educação e os diálogos da Assembleia Legislativa sobre os rumos da distribuição das classes de ensino supletivo na Bahia; e para complementar a subseção destinada aos intelectuais - especialmente Lourenço Filho, e os baianos Anísio Teixeira, Clemente Mariani, - tem o objetivo de compreender as tensões, confluências e distanciamentos que permearam os intelectuais envolvidos na Campanha.

#### **3.1 FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CLASSES DE ENSINO SUPLETIVO**

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi lançada em 15 de janeiro de 1947 e financiada com 25% do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP, com o plano de instalar, no primeiro ano de funcionamento, dez mil classes de educação de adolescentes e adultos em todo o território nacional. A quantidade de classes almejada para a Campanha e a intenção de abranger cidades, vilas e povoados exigiu um planejamento grandioso, para tanto, o Departamento Nacional de Educação criou o Serviço de Educação de Adultos – SEA, e reuniu dois delegados de todos os estados e territórios do país, para examinar e colocar em funcionamento o Plano da Campanha aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde.

O Serviço de Educação de Adultos dispôs de três setores: planejamento e controle; organização pedagógica; e relação com o público, que:

Com base na distribuição demográfica apurada pelo recenseamento de 1940, cuidou esse mesmo órgão da localização teórica das dez mil classes, que iriam funcionar nas cidades, vilas e povoados de maior importância, em todos os municípios do país; reunia uma comissão para elaboração de material de leitura, a ser impresso e distribuído por essas classes; e fazia ainda divulgar os objetivos e os processos gerais da Campanha. Quanto a este último ponto, desde logo deve ser destacada a cooperação dos órgãos da imprensa e das estações rádio difusoras do país, os quais tomaram a si a tarefa de esclarecer a opinião para a grande obra a ser empreendida (RBEP, 1947, p. 06).

Quanto a cooperação dos órgãos de imprensa, na Bahia, o Jornal a Tarde publicou uma nota, no dia 15 de abril de 1947, intitulada – O golpe de morte contra o analfabetismo – para divulgar a instalação da Campanha de Educação de Adultos. A nota mostrou entusiasmo quando informou: “entra hoje, na sua faze de execução, a Campanha de Educação de Adultos (...), que visando alfabetizar cerca de 15 milhões de brasileiros que (...) encontram ainda tolhidos pela cegueira da ignorância” (Jornal a Tarde, 1947, p.02). Podemos problematizar o título da nota e interpretar a sentença do ‘golpe de morte’ como uma metáfora, uma manobra da comunicação como forma de alertar ao público sobre o Estado Novo e dar ênfase a rememoração que ele esteve sob um regime político ditatorial, antidemocrático, com agressões e restrições sociais, culturais e políticas. O ‘golpe de morte’ mudou naquele contexto, para dar ênfase ao combate ao analfabetismo.

De acordo com Galvão (2022), as publicações veiculadas na imprensa, desde o século XIX, associavam o indivíduo analfabeto a ignorância, a incapacidade, e a cegueira, e esse sujeito, excluído da marcha da civilização, deveria ser transformado em elementos úteis e integrado à cidadania. A nota do Jornal a Tarde utilizou dessa estratégia de aversão ao informar que os brasileiros analfabetos se “encontram ainda tolhidos pela cegueira da ignorância”. Em diálogo com Silva (1998), Galvão expõe que as palavras analfabeto e analfabetismo apareceram no dicionário de língua portuguesa em 1813 e 1899, respectivamente. Conforme a autora, “são palavras compostas por um prefixo de negação - “an” -, ou seja, os sujeitos que a portam ou o fenômeno a que se referem são caracterizados pelo não saber o alfabeto como está em seu significado, mas também não saber muitas outras coisas” (Galvão, 2022, p.08 apud Mariza Silva, 1998).

Nos sentidos propostos pelas autoras pode-se depreender que o conceito analfabeto é uma construção social a partir da qual pretende-se negar do sujeito que

não sabe decodificar o alfabeto escrito e por esse motivo busca-se estender a não aquisição desta linguagem às outras formas de conhecimento. Trata-se de uma tentativa de classificar os sujeitos como habilitados ou desabilitados para ingressar em uma sociedade que busca ser moderna, civilizada e almeja conquistar o progresso: para tanto exige que o trabalhador seja portador de exíguo letramento. Nesse sentido, a CEAA foi criada para ajudar a inserir o Brasil na marcha do progresso e da civilização. A nota do Jornal a Tarde informou também que o governo do estado da Bahia tomou providências para facilitar o fornecimento de luz nas escolas noturnas, viabilizando a extensão de cabos nos lugares que não existia instalação elétrica e lâmpadas à gasolina para as localidades impossibilitadas de levar os cabos elétricos.

De acordo com o plano do ensino supletivo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1947), no mês de março a comissão de planejamento e controle deveria determinar a localização definitiva das classes, bem como a designação dos seus docentes que deveriam ministrar as aulas. No mesmo mês, a comissão responsável pela organização pedagógica deveria entregar o material de leitura, o I Guia de Leitura, cartilha inicial, com 500 mil exemplares impressos. Quanto ao grupo de relação com o público coube divulgar a Campanha, pois a previsão de matrícula seria de 01 a 14 de abril.

O plano do ensino supletivo previa o início das aulas das classes de ensino supletivo para 15 de abril de 1947, e conseguiu atingir essa finalidade em muitas localidades. Com o lançamento em 15 de janeiro, o SEA dispunha de três meses apenas para toda a organização. Tal urgência pode aparentar uma precipitação, mas ao confrontar alguns registros não oficiais percebemos que esse formato para a educação de adultos foi montado com antecedência. Em uma missiva de Clemente Mariani intitulada “O professor Lourenço Filho e a educação de adolescentes e adultos”, o Ministro expôs que:

Ao aceitar o convite para o Departamento de Educação, Lourenço Filho trazia a Campanha no pensamento. Chego a imaginar que teria sido a oportunidade de realiza-la um dos motivos que mais influenciou na sua aceitação. Com poucos dias me apresentava o plano completo, elaborado com presteza, simplicidade e condições de eficiência das obras maduramente (Mariani, 1950, p. 05).

O relato de Mariani indica que Lourenço Filho não elaborou a CEEA repentinamente e encontrou, no convite para comandar o Departamento de Educação, uma oportunidade de implementar um plano de ensino supletivo que foi prontamente apresentado porque certamente havia sido construído ao longo de sua carreira como educador. A propósito, no decurso de sua carreira o idealizador da Campanha se envolveu ativamente das campanhas da Liga Nacionalista de São Paulo que em 1917 lançou uma Carta Circular pedindo soluções para o combater o analfabetismo do Estado e “superar o panorama caracterizado pela incultura das massas populares (Monarcha, 2010, p.24).

Com relação à comunicação entre a Campanha e os alunos foi confeccionado um cartaz de divulgação da Campanha, figura 01, que contém como ilustração dois personagens do sexo masculino, e percebemos que um deles, supostamente o professor, está conduzindo o outro, o aluno, para um caminho onde o destino final é um prédio escolar. Com o título, “UM BOM CONSELHO não custa nada!”, o cartaz faz uma referência antagônica ao provérbio popular “se conselho fosse bom, ninguém daria”. A ilustração exibe um perfil apelativo, característico da Campanha e busca despertar uma sensação de pertencimento orientando cada mestre a “cooperar para a felicidade coletiva, a ordem, a riqueza e a paz” (RBEP, 1947, p. 73).

**Figura 01** – Cartaz de divulgação da CEEA



Fonte: CPDOC

O cartaz circulou por todo o território nacional, nesse sentido, o apelo emocional serviu para auxiliar na conscientização, no engajamento e no direcionamento tanto de professores quanto de alunos, que foram o público alvo destinado a participar da Campanha. O cenário da ilustração também demonstra uma situação ideal em que os personagens caminham para uma construção escolar, mas a documentação revela que a maioria das classes de ensino supletivo da CEAA foram ministradas em salas improvisadas em locais cedidos, a exemplo das casas dos professores, igrejas, associações e clubes recreativos.

A execução do plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos foi orientada pelo Termo de Acordo Especial assinado pelo Ministério da Educação e Saúde e as Unidades da Federação com atribuições diferentes para um e outro. Desse modo, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani e o Secretário da Educação e Saúde da Bahia, Anísio Teixeira, assinaram o Acordo Especial no dia 06 de maio de 1947. As atribuições de ambos estão descritas nas primeiras cláusulas do contrato:

Parágrafo primeiro – Ao Ministério da Educação e Saúde caberá o planejamento geral, a orientação técnica e o controle geral dos serviços, bem como a prestação de auxílio financeiro e o fornecimento de textos de leitura.

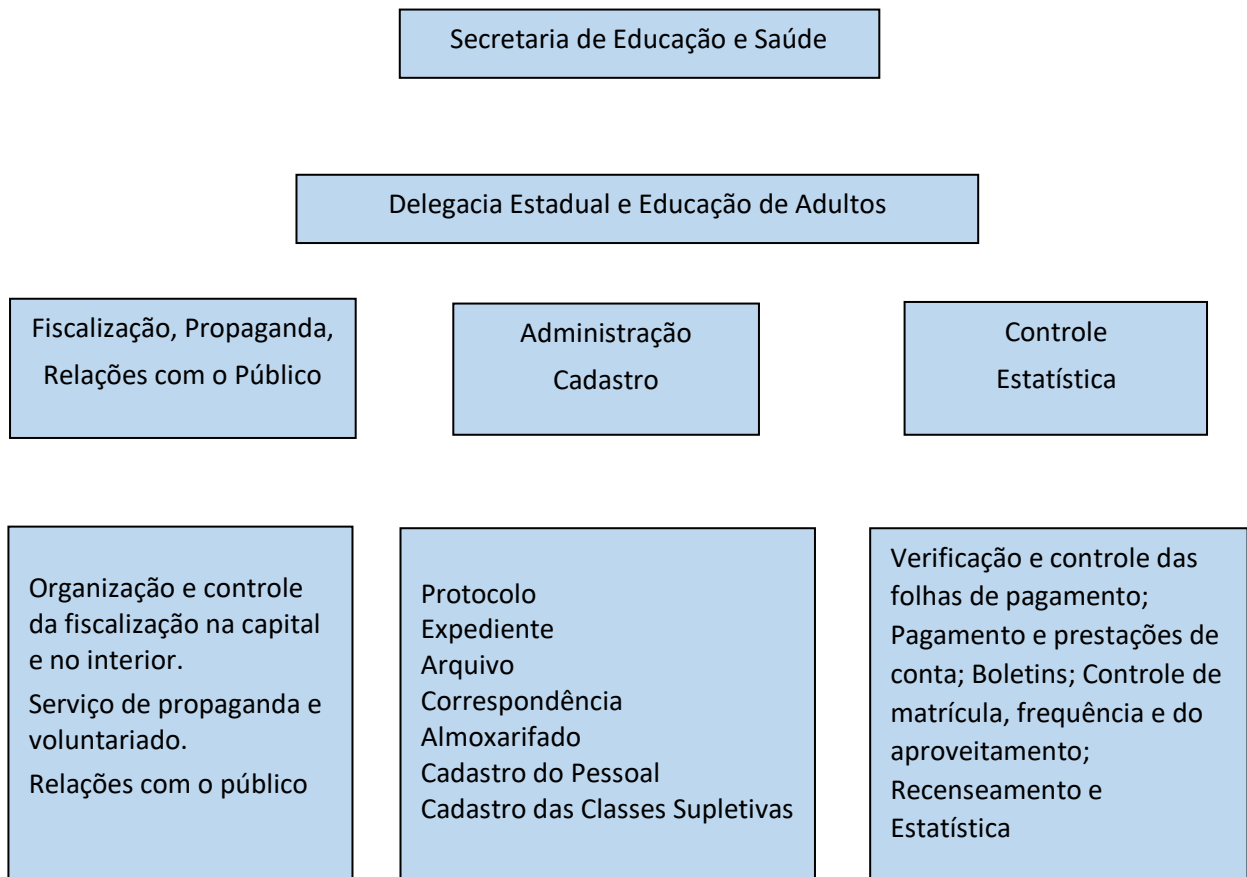
Parágrafo segundo – Ao Estado da Bahia caberá a instalação das classes de ensino, o recrutamento do pessoal e a administração dos serviços, inclusive os de fiscalização imediata.

Parágrafo terceiro – A ambas as partes caberão atividades de difusão dos objetivos da campanha de educação de adolescentes e adultos e a coordenação das atividades de entidades de direito privado que desejem colaborar nessa campanha, bem como o estímulo a ação de voluntários individuais (Bahia, 1947, p.3236).

O documento descrito acima, possui nove cláusulas e especifica as atribuições de cada parte responsável. No caso do Ministério da Educação e Saúde, o acordo designa três alíneas e descreve o valor do auxílio para pagamento dos docentes; declara que os livros fornecidos para aprendizagem de leitura forneceriam conteúdo de educação e saúde, educação cívica, econômica, além de outros materiais desde que possível; e se compromete a prestar assistência técnica para a boa execução do plano. Para o estado, o acordo descreve dez alíneas, portanto, possui mais atribuições que o Ministério da Educação e Saúde. Na primeira alínea, a cláusula terceira do acordo prevê instalar e fazer funcionar um serviço ou comissão com a incumbência

de superintender as atividades de execução do plano. Desse modo, tanto a Bahia quanto os outros estados da federação foram obrigadas a montar uma Delegacia Estadual de Educação de Adultos – DEEA, subordinada à Secretaria de Educação e Saúde, que possuía o seguinte organograma:

**Figura 02** - Organograma da Delegacia de Estadual de Educação de Adultos



Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 24 de dezembro de 1947, nº1.504, p. 825.

Como podemos observar no organograma, estático e obrigatório para todos os estados, a Delegacia Estadual de Educação de Adultos possuía um alargamento das funções se comparado com a Secretaria de Educação de Adultos, de cunho nacional, que reunia apenas três atribuições: planejamento e controle; organização pedagógica e relações com o público. Nesse sentido, o extenso organograma da Delegacia Estadual de Educação de Adultos está relacionado com o tamanho da responsabilidade dos estados com a CEAA.

No entanto, a instalação da DEEA significou o início do cumprimento das obrigações com a Campanha que previa instalar, distribuir e fazer funcionar as classes de educação de adultos; realizar os pagamentos dos docentes; suprir as classes com material escolar; manter a fiscalização direta e permanente dos serviços; incentivar a matrícula; facilitar e observar a assistência técnica; remeter os dados estatísticos ao SEA, mensalmente; comunicar ao SEA a instalação inicial das classes e as alterações sofridas; e comprovar as despesas (Bahia, 1947).

A instituição de uma delegacia pressupõe autoridade para fiscalizar e cobrar o cumprimento das obrigações aos colaboradores, visto que, o não cumprimento das cláusulas do termo acordado pelo Ministério da Educação e Saúde e a Secretaria de Educação da Bahia, acarretaria punição. A delegacia possuía caráter administrativo, disciplinar, e organizacional, com poder para expedir portarias destinadas a ordenar os serviços executados pelos professores e demais colaboradores da CEAA. A sétima cláusula do Termo de Responsabilidade assinado entre o Governo Federal e o estado da Bahia anunciava que, no caso da quantidade de classes previstas no planejamento não iniciasse o funcionamento no prazo estipulado, ou de alguma forma, os trabalhos houvesse suspensão do trabalho antes do prazo, o auxílio financeiro seria diminuído da quota correspondente ao prazo de retardamento da instalação da classe.

A Delegacia Estadual de Educação de Adultos possuía sede na capital do estado e na documentação coletada encontramos uma fotografia do mural da DEEA (figura 03) em que podemos visualizar os cartazes didáticos da Campanha, cartilhas, gráficos sobre estatística da Campanha na Bahia, ilustrações, um jornal intitulado “Jornal de Todos”, e outros documentos. A partir da fotografia percebemos que a DEEA era bem equipada, com cadeiras, mesas, máquinas de datilografar e murais. A CEAA produziu, através da DEEA, muitas fontes tanto visuais quanto escritas. As fontes visuais correspondem aos mapas, ilustrações, cartazes e fotografias.

No que se refere às fontes escritas visualizamos na figura 03 um jornal intitulado “Jornal de Todos”. Quanto a esse periódico, a Revista do Ministério da Educação e Cultura (1957, p.59) informa que foi um “instrumento didático a serviço do magistério com noticiário variado e bem dosado, abrangendo informações, recreação e cultura”. Não encontramos o periódico para análise, no entanto, na abordagem da História Cultural é possível fazer inferências e expandir as chances de compreensão do

periódico em questão. De acordo com Chartier (2001) a compreensão de um texto é um processo de negociação de sentidos. Portanto, a partir dos elementos que nós temos sobre o “Jornal de Todos” somos capazes de ampliar o entendimento e deduzir que o periódico foi destinado aos professores e serviram de material didático para auxiliar e manter um padrão na execução das aulas. Podemos perceber que o jornal atuava para informar e entreter as docentes, de modo que publicou noticiário, recreação e cultura. Também arriscamos confirmar a sua circulação nacional, com base nas fotografias dos murais nas delegacias de outros estados brasileiros e concluir que seu conteúdo poderia ser tanto nacional quanto regional.

**Figura 03** - Mural da Delegacia de Educação de Adultos na Bahia



Fonte: CPDOC/FGV – Classificação: LF foto 141

A DEEA possuía uma instalação ampla, organizada e com um grande investimento em material de escritório e pessoal. A figura 04 exhibe o Delegado Álvaro Augusto da Silva e suas assistentes. Conforme mencionado acima, a Delegacia possuía três setores relacionados à fiscalização, administração, controle e precisava de espaço físico e de pessoal para encarregar-se das demandas de todas as 1600 classes de ensino supletivo espalhadas pelo estado da Bahia.

**Figura 04** - Delegacia Estadual de Educação de Adultos na Bahia



Fonte: CPDOC/FGV – Classificação: LF foto 141

A existência de uma delegacia para fiscalizar e controlar os trabalhos da CEEA não lhe garantiu o pleno funcionamento das atividades. De acordo com Clemente Mariani, não houve cumprimento do prazo para todos os estados brasileiros, pois as aulas deveriam começar no dia 15 de abril e em “30 de abril, cerca de 7 mil classes funcionavam; a 30 de maio, mais de 8 mil; a 30 de junho, 9520; em 15 de julho, o número total das classes previstas no plano governamental tinha sido completado” (RBEP, 1947, p.07). Não foi encontrado, até o momento, documentos sobre a realização das atividades da DEEA na Bahia, mas é possível anunciar que essa base administrativa buscou assegurar um mínimo necessário para o andamento dos trabalhos.

No mesmo dia em que Clemente Mariani e Anísio Teixeira assinaram o Termo de Acordo para Execução de Plano de Ensino Supletivo para adolescentes e adultos analfabetos na Bahia, em 06 de maio de 1947, foi celebrado outro termo de acordo sob regime de cooperação para a execução de obras. A verba do governo federal foi destinada para a construção de escolas e hospitais. Esse recurso financeiro foi oriundo de um convênio de cooperação financeira dos estados com a União para aplicar os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário.

Conforme o termo em questão, o estado da Bahia cumpria a atender às orientações recomendadas pelos órgãos do Ministério da Educação e Saúde, aos quais deveria prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados para efetivar a utilização dos recursos concedidos. Ao estado da Bahia também ficou destinado executar os projetos pela forma que lhe parecer mais conveniente, obedecidos nos casos de concorrência ou coletas de preço as normas em vigor e fornecendo ao Ministério da Educação e Saúde todos os informes sobre o andamento das construções. Após a construção, a responsabilidade pelo funcionamento e manutenção dos estabelecimentos era do estado da Bahia. Nesse mesmo ano, o então secretário da educação aprovou um plano de arquitetura para a construção de três tipos de prédios escolares para o ensino elementar.

O primeiro tipo, de prédio mais simples, consistia em uma escola chamada de provisória destinada para pequenos povoados que conforme Teixeira (1949, s. p.) era “um simples galpão, admitindo-se qualquer cobertura” ou um prédio mínimo com pelo menos três salas de aula contendo, uma para trabalhos manuais, uma biblioteca e uma sala de administração. O segundo tipo de prédio escolar, intitulada escola “semi-provisória”, destinada aos distritos, com prédios nucleares de material duradouro, prevendo a possibilidade de extensão e no mínimo de seis salas de aula, biblioteca, auditório e as dependências administrativas. O terceiro tipo correspondia à escola permanente, chamada de compreensiva, que obedecia ao critério de instalação para as sedes dos municípios, ou em localidades com no mínimo cinco mil habitantes. Para esses prédios, o plano era construir doze salas de aula, auditório, biblioteca, capacidade para atender cursos de adultos, sala de professores, administração, e recurso para educação física e jogos.

De acordo com Bencostta (2005, p.97) “em regra geral a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano”. Havia um projeto republicano de nação para a expansão de prédios escolares, além disso, estávamos em um momento de recente aprovação da Lei orgânica do Ensino Primário e ensino normal<sup>16</sup> que obrigou os estados estabelecer seus planos arquitetônicos para a construção de novas escolas que variavam conforme os recursos técnicos e

---

<sup>16</sup> A Lei Orgânica do Ensino Primário e Ensino Normal, instituída em 1946, previa três tipos de estabelecimentos de ensino: as Escolas Isoladas, as Escolas Reunidas e os Grupos Escolares.

financeiros de cada localidade. No caso da Bahia, o plano de edificações escolares foi localizado na Revista Quatro Séculos de História da Bahia (1949; p.125-131) e compreendia em quatro tipos prédios: 1) os de escola mínima (um teto para cada escola e pode estender-se em até quatorze salas dependendo da necessidade da localidade); 2) a escola nuclear (a expansão da escola mínima, com mais de três salas de aula, diretoria, biblioteca, residência para o zelador e uma área para o recreio); 3) o grupo escolar médio (seis salas de aula, biblioteca, sala de professores, administração, auditório, cantina, ginásio e área coberta); 4) o grupo escolar completo (a última fase de construção, com doze salas de aula, incluindo três salas especiais, biblioteca, sala de professores, administração, clubes escolares, jardim de infância, ginásio, auditório-teatro e área coberta para o recreio).

Sobre a expansão das construções escolares na Bahia, Anísio Teixeira declarou em seu relatório de 1949 que durante os anos de 1946 a 1948, foram construídas 528 escolas. Como mostra a tabela a seguir, o estado da Bahia optou pela execução de edificações mais simples.

**Tabela 02** - Construção de escolas elementares na Bahia – 1946 a 1949

<b>CONSTRUÇÕES</b>	<b>NÚMEROS</b>
Construções novas em estabelecimentos já existentes	07
Construções de obras de exercícios anteriores	18
Obras em curso de exercícios anteriores	22
Novas construções	33
Escolas rurais e em cooperação com o governo federal 1946/1947	258
Escolas rurais em cooperação com o governo federal 1949	180
Grupos escolares	10
<b>TOTAL</b>	<b>528</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados no Relatório do Secretário da Educação e Saúde da Bahia, Anísio Teixeira, no ano de 1949.

De acordo com a tabela 02 podemos perceber que houve uma continuidade na construção de quarenta (40) prédios escolares das administrações anteriores, e um investimento significativo na construção de novas escolas que corresponderam a trinta e três (33) novas construções, dez grupos escolares (10) e quatrocentos e trinta e oito escolas rurais (438), de apenas um teto e terreno de até um hectare para contemplar o trabalho agrícola, fruto da cooperação com o governo federal.

Sobre o déficit de escolas no estado, Anísio Teixeira (1949) afirma que, ao iniciar o atual período do governo, havia na capital 4 prédios dignos de serem chamados de escola. Nesses quatro prédios totalizava trinta e cinco salas de aula. Portanto, para os turnos matutino e vespertino havia instalações para 70 classes, ou seja, 2.800 alunos, na base da classe com 40. Em todo o interior, havia 64 prédios escolares, com 240 salas. Portanto, instaladas, tínhamos escolas para 22.000 crianças. A população escolar da capital, nesse período, era de, no mínimo, 32.000 alunos e, no interior, de 430.000.

Seguindo os cálculos de Anísio Teixeira, “faltavam prédios que pudessem ser chamadas escolas para 440.000 alunos” (Bahia, 1949, p.18). Certamente, o Secretário da Educação estava mencionando os prédios escolares construídos pelo estado da Bahia e não levou em consideração as escolas que funcionavam em locais improvisados, no entanto, essas construções escolares foram erguidas no final da década de 1940 e foram efetivamente utilizadas tanto para as classes regulares de ensino primário quanto para as classes da CEAA.

Com relação ao funcionamento das classes de ensino supletivo, a Portaria nº 27, 02 de maio de 1947, expedida pela DEAA baixou instruções para orientar os professores de suas atribuições perante a CEAA. São elas:

**Quadro 05 - Instruções para os professores das classes supletivas**

01	Admitir apenas analfabetos;
02	Frequência média de 25 alunos;
03	Aula quatro dias da semana;
04	Três horas de aula diária;
05	Os professores faltosos serão substituídos;
06	Classes reunidas – separar, sempre que possível adolescentes e os sexos;
07	Registro dos alunos egressos após a primeira remessa, bem como os eliminados e evadidos;

08	Quinze de julho encerra a matrícula;
09	Os delegados verificarão os boletins;
10	Avisar qualquer irregularidade ao superior à que o professor esteja subordinado;
11	O professor deverá preencher o boletim no SEA ou na diretoria da escola;
12	O professor fará jus à percepção de seus honorários. Seu trabalho será verificado por autoridades;
13	Quinzenalmente aos sábados, o professor recebe sua gratificação pela autoridade receptora dos boletins (apenas para a capital e o subúrbio);
14	No interior, o pagamento será feito por agências bancárias, ou no SEA, na falta dos dois pela autoridade receptora dos boletins;
15	Qualquer modificação será publicada posteriormente.

Fonte: EGBA – Diário da Assembleia Legislativa

A Portaria de nº 27, listada no quadro 05, apresenta 15 comandos que deveriam ser seguidos pelos professores da CEAA. De acordo com as primeiras instruções, apenas alunos analfabetos poderiam frequentar as classes de ensino supletivo que obrigatoriamente teriam uma frequência média de 25 alunos por classe, dessa forma, as turmas com evasão eram encerradas por falta de aluno. As aulas seriam ministradas em quatro dias da semana, de segunda a quinta, com três horas de duração diária, no entanto, em algumas localidades era respeitado os dias de feira local e de colheita. A Campanha não admitia professores faltosos e a recomendação para os desidiosos era a substituição.

O documento faz referência a existência das classes reunidas, comuns nesse período histórico para o ensino das séries iniciais. Conforme mencionado anteriormente, a Bahia possuía, final da década de 1940, três modelos de escolas regulamentadas no Decreto nº4.218/25 que regimentou a Lei 1.846/25, são elas: as escolas isoladas, as escolas reunidas e os grupos escolares, e essa reestruturação e a conseqüente construção de novos espaços escolares provocou uma modificação na cultura escolar para todo o país. De acordo com Faria Filho (1998, p. 148) “um dos limites que se impunha à consolidação de uma nova forma e cultura escolares era,

sem dúvida, a falta de um espaço adequado para o "acontecer" da educação escolarizada". Apesar de optar por construções "acanhadas" houve uma expansão de escolas no interior do estado e as escolas isoladas apareciam em maior número, possuíam apenas um cômodo e eram encontradas nas comunidades distantes das sedes, vilas e centros urbanos. No que se refere as escolas reunidas, mencionadas na Portaria nº 27 da DEAA, esse tipo de escola estava localizado nas vilas, ou cidades onde existiam duas ou mais escolas funcionando simultaneamente em um mesmo prédio sob a direção única de uma das professoras.

A portaria em questão recomenda a separação, sempre que possível, dos adolescentes e os sexos, mas durante a análise das portarias designando professores para as classes de ensino supletivo para adolescentes e adultos há apenas um registro de turma do sexo masculino para a cidade de Mata de São João. Ainda que tenhamos encontrado apenas uma classe de ensino supletivo com separação de sexo, na Bahia, sabemos que essa recomendação da Campanha era nacional e reproduz um processo civilizador do Império que separava meninos e meninas, entendendo que o desenvolvimento de modos de conduta e comportamento deveriam ser diferentes<sup>17</sup>. Apesar de considerarmos um retrocesso, essa tentativa de separação de sexo entre as classes de ensino supletivo, estava respaldada pela Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946), que não mencionava o afastamento de meninos e meninas nas escolas e adotou um programa curricular mínimo para todos, mas acrescentou noções de economia doméstica e puericultura para o sexo feminino. Isso significa que, mesmo com todas as tentativas de mudança em busca da modernidade do país, a mulher não era considerada como força de trabalho para além do domicílio, o que evidencia a manutenção de uma cultura civilizatória de discriminação de gênero no trabalho que limita a mulher aos trabalhos domésticos.

O ato normativo também ordenou aos professores o registro dos alunos egressos após a primeira remessa, bem como os eliminados e evadidos. Os boletins escolares deveriam ser preenchidos no SEA ou na diretoria da escola onde a classe

---

<sup>17</sup> Lei educacional de 1827 criada para separar o currículo escolar entre meninos e meninas. "No Senado, o Visconde de Cayru foi um dos defensores de que o currículo de matemática das garotas fosse o mais enxuto possível. Nas palavras dele, o "belo sexo" não tinha capacidade intelectual para ir muito longe". Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>.

estaria lotada. Esses boletins eram verificados pelo delegado responsável ao qual o docente estaria subordinado e aos professores cabia informar sobre qualquer tipo de irregularidade. A matrícula estava programada para encerrar no dia quinze de julho do mesmo ano de regulamentação da portaria.

A Portaria nº27 normatizava, além disso, os honorários dos professores que eram remunerados após a verificação do seu trabalho perante as autoridades competentes. A gratificação era fornecida quinzenalmente aos sábados, pela autoridade receptora dos boletins (apenas para a capital e o subúrbio). No interior, o pagamento era realizado por agências bancárias, ou no SEA, e na falta desses dois por uma autoridade receptora dos boletins designada pela DEAA. A Portaria de nº27, regulou as atribuições dos professores, e para os diretores ou autoridades receptoras dos boletins foi expedido outro ato normativo.

A Portaria nº 35, de 10 de maio de 1947, baixou instruções aos diretores de escolas ou outra autoridade nas quais venha atribuir o serviço de educação de adultos para as funções na capital e no interior. A principal atribuição dos diretores estava relacionada com os boletins dos professores, que seria uma espécie de relatório das atividades dos alunos. A portaria de nº 35 atribuía aos diretores a obrigação de receber os boletins dos professores, aprovar, dar um visto e preencher possíveis lacunas nos boletins fornecidos. Aos diretores cabia a atribuição de remeter seu próprio boletim e os boletins dos professores para o SEA até o dia dezoito de cada mês. Para o interior, os diretores deveriam providenciar o envio dos boletins para o SEA, no mais breve espaço de tempo. A aprovação do boletim, pelo diretor, garantia a efetivação, a continuidade e o pagamento da remuneração dos professores para o mês subsequente.

### **3.2A DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES SUPLETIVAS NA BAHIA**

No caso do funcionamento das classes de ensino supletivo da CEAA na Bahia, as primeiras três portarias que designaram professores para a execução do Plano de Educação de Adultos e Adolescentes no estado foram promulgadas em 15 de abril de 1947. As portarias indicavam professores para três áreas diferentes, capital, subúrbio e interior do estado. Isso significa que as classes eram subdivididas em três grupos:

as referidas portarias designavam vinte e dois regentes para classes na capital, onze para classes no subúrbio e cento e dezesseis para classes no interior do estado, conforme o quadro 06:

**Quadro 06 - Primeiras classes da CEEA no Estado da Bahia**

Quantidade de professores	Quantidade de classes		
22 regentes de classe na <b>Capital</b>	Escola Clemente Mariani – 01; Escola Antônio Moniz – 02; Escola Arão Ribeiro – 06; Escola em Pau Miúdo – 01; Escola Cupertino de Lacerda – 01; Escola Permínio Leite – 01; Escola Getúlio Vargas – 02; Escola do Alto do Abacaxi – 01; Escola Pax/Círculo Operário da Bahia – 05; Escola Santo Antônio na Massaranduba – 02.		
11 regentes de classe no <b>Subúrbio</b>	Fazenda Salgado, em Cotegipe – 01; Itapoan – 01; Pituba – 01; São Caetano – 01; São Tomé de Paripe – 02; Escola de Passagem, em Matoim – 01; Escola de Camorogipe – 01; Periperi – 01; Aratu – 01; Pernambuco, no Cabula – 01.		
116 regentes de classe no <b>Interior</b>	<b>Cidade</b>	<b>Sede</b>	<b>Vilas e Povoados</b>
	Alagoinhas	6	2
	Tucano	3	2
	Castro Alves	7	-
	Santo Amaro	3	2
	Santa Terezinha	2	1
	Jaguarari	1	-
	Catu	2	-
	Brumado	1	-
	Cachoeira	8	2
	Remanso	2	1
	Seabra	-	11
	Muritiba	3	2
	Maragogipe	2	-
	Guanambi	2	-
	Livramento	-	12
	Santa Maria da Vitória	2	-
	Casa Nova	2	-
	São Felix	2	1
	Condeúba	1	3
Coração de Maria	4	-	
Jaguaquara	3	-	

	Lençóis	2	-
	Itaquara	2	-
	Camaçari	1	1
	Itaparica	-	5
	Lage	1	-
	Santo Estevam	3	-
	Monte Santo	-	2
	Irara	1	-
	Ubaíra	1	-
	São Francisco do Conde	1	-
	<b>Total de classes no interior</b>	<b>68</b>	<b>48</b>
<b>Total Geral</b>	<b>149</b>		

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias 01, 02 e 03 de 15 de abril, designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia. Diário Oficial do Estado de abril de 1947, nº1302, p. 2107, 2702.

O quadro acima demonstra que as primeiras portarias estabeleceram um número significativo de admissão de professores regentes, principalmente para o interior do estado. A Campanha utilizou as instalações de escolas já construídas para montar as classes de ensino supletivo, que funcionava majoritariamente no turno noturno, para áreas na capital e subúrbio e nas sedes, vilas e povoados que não tinham prédio escolar as aulas eram ministradas nos mais diversos locais, como igrejas, associações, agremiações e na casa dos professores. Cada classe possuía um regente, em alguns locais foram instaladas mais de uma classe, no entanto, de acordo com o quadro 06, podemos afirmar que foram criadas cento e quarenta e nove classes de ensino supletivo.

As primeiras classes da capital foram estabelecidas em escolas que possuem nomes de grandes representantes políticos nacionais do período, por exemplo, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani e o ex-Presidente Getúlio Vargas. Personalidades locais também foram prestigiadas, como Cupertino de Lacerda, baiano de Santo Amaro, político, padre, escritor e fundador da Academia de Letras da Bahia, bem como, Antônio Moniz, jurista, político e ex-Governador na República Velha. Arapiraca (1988), em seu livro “Fisiologismo Político e Qualidade da Educação”, alerta que ao homenagear um “herói ou vulto” com nomes de escola: “é preciso não esquecer que a nomeação do patrimônio público – uma escola, um hospital, um

estádio, uma avenida etc., – é uma tentativa de perpetuar o beneficiário ou sua linhagem oligárquica sem que o contribuinte seja chamado a opinar” (1988, p.73). O autor complementa que fazer o nome de um político é o mesmo que fazer uma marca e o “marketing do nome é fundamental para a manutenção do poder” (1988, p.76). A partir da leitura e problematização do texto entendemos que essa prática de nomeação de escolas com nomes de personagens políticos se constitui em um exercício patrimonialista do poder com alguns efeitos, como, por exemplo, a manipulação da memória do aluno eleitor.

Partindo do pressuposto que a memória da política nacional está associada a ações intencionais e é comum denominar as escolas públicas com nomes de políticos, podemos afirmar que destinar classes de ensino supletivo para as escolas com nomes de “heróis ou vultos” estiveram em ascensão no Brasil e representou uma estratégia para construir, estimular e conservar a memória política-eleitoral e imortalizar o nome do beneficiário. Para Arapiraca (1988, p.77) “apropriar-se de um bem público para se promover da perspectiva democrática, é um ato execrável e de plena ilegitimidade”. Na Bahia, essa prática era frequente no período estudado e ainda é efetuada na atualidade.

Merece destaque a instituição das classes de ensino supletivo na Escola Santo Antônio e na Escola Pax que faziam parte do Círculo Operário da Bahia, um movimento circulista<sup>18</sup> de trabalhadores cristãos preocupado com as questões operárias. O Círculo Operário da Bahia foi constituído por dois grupos de pessoas: um sob a direção de um frade alemão e outro que realizava um trabalho de evangelização operária no bairro da Massaranduba, na península de Itapagipe, comandado por Irmã Dulce<sup>19</sup>. Em 1939, Irmã Dulce inaugurou o Colégio Santo Antônio, colégio público, situado no bairro da Massaranduba, destinado aos operários e seus filhos. O Círculo Operário da Bahia foi mantido com os rendimentos de três cinemas construídos com doações, o Cine Roma, o Cine Plataforma e o Cine São Caetano. No ano de 1940, o Círculo Operário da Bahia inaugurou o Edifício Pax, uma nova sede localizada na Rua

---

<sup>18</sup>De acordo com Souza (1996, p.11), “circulismo é entendido, como um movimento que desenvolve suas atividades numa zona de interferência entre o religioso e o político”.

<sup>19</sup> O primeiro contato de Irmã Dulce com a cidade baixa foi quando lecionou no Bairro da Massaranduba, com a intenção de ajudar aos mais necessitados, começou a dar assistência na comunidade e também aos operários quando fundou um posto médico na localidade. Em 1930, fundou a União Operária São Francisco, considerado o primeiro movimento cristão operário baiano, e em 1936, fundou, juntamente com o Frei Hildebrando Kruthanp a o Círculo Operário da Bahia. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral>.

J.J. Seabra, onde funcionava um cinema, um consultório médico e um consultório odontológico. A Escola Santo Antônio e a Escola Pax faziam parte de um movimento político operário de evangelização, podemos deduzir, pelos indícios localizados, que tão importante quanto essa agitação cultural foi identificar a relação daquele movimento com a recepção às escolas supletivas da CEAA.

As classes de ensino supletivo da CEAA do Interior, em maior número em relação às classes da Capital e do Subúrbio, foram distribuídas para as sedes, vilas e aos povoados. A distribuição foi diversificada, as cento e dezesseis classes foram instaladas no estado da Bahia nas Zonas Nordeste, Litoral Norte, Recôncavo, Chapada, Planalto Ocidental, dentre outras. As sedes dos municípios foram as localidades que agruparam a maior quantidade de moradores e acolheram maior número de classes. Para ser mais preciso, vinte e sete sedes dos trinta e um municípios contemplados admitiram classes de ensino supletivo. Quanto as vilas e povoados, quatorze delas ampararam classes de ensino supletivo, sendo que quatro deles acolheram classes apenas nas vilas e povoados, foi o caso de, Monte Santo, Seabra, Livramento e Itaparica.

Dentre as cidades do interior, Cachoeira foi a que mais abrigou classes de ensino supletivo, nesse momento inicial. Agraciada com oito classes, conquistou uma nota no 'Jornal a Tarde' de 16 de abril de 1947, que anunciava o município na "vanguarda", em pleno processo de movimento da Campanha. A notícia informava também que o número de matrículas se aproximava de setecentos e excedia o número previsto de quinhentos alunos, sendo que "cerca de quatrocentos eram operários da indústria local do fumo" (Jornal a Tarde, 1947, p.2). Essa foi a observação das três primeiras portarias fixadas pela DEAA na Bahia, mas é preciso salientar que do mês de abril até dezembro do ano de 1947 foram deliberados duzentas e trinta e duas (232), destinadas à designação, substituição, dispensa, transferência e permuta de professores para as classes supletivas da CEAA.

Diante da descoberta dessa vasta documentação disponível no Diário Oficial do Estado da Bahia, consideramos que essa análise não poderia passar despercebida, por isso, examinamos as duzentas e trinta e duas (232) portarias da Delegacia de Educação de Adultos da Bahia, no ano de 1947. Tais portarias possuem um padrão e contemplam a localidade da classe de ensino supletivo, a quantidade de

classes designada para o município, e o nome do professor (a) regente de cada classe. Após o inventário das portarias contabilizamos um total de mil e seiscentas (1600) classes de ensino supletivo para adultos e adolescentes na Bahia, com cento e sete (107) classes para a capital, trinta e cinco (35) para o subúrbio e mil quatrocentos e cinquenta e oito (1458) para o interior do estado, conforme consta na tabela 03.

**Tabela 03 - Total de Classes da CEAA na Bahia/1947**

MESES	CLASSES CAPITAL	CLASSES SUBÚRBIO	CLASSES INTERIOR
Abril	76	28	666
Maio	12	2	514
Junho	17	5	271
Julho	2	-	1
Agosto	-	-	2
Setembro	-	-	1
Outubro	-	-	1
Novembro	-	-	1
Dezembro	-	-	1
Total	107	35	1458

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia. Diário Oficial do Estado de abril a dezembro/1947.

A apreciação da documentação oficial permitiu apurar também quantas classes foram destinadas para cada um dos cento e cinquenta municípios do estado da Bahia<sup>20</sup>. De acordo com Lourenço Filho (RBEP, 1947), a distribuição das classes de ensino supletivo da CEAA deveria basear-se na distribuição demográfica apurada pelo recenseamento de 1940, o que nos levou a buscar também a quantidade de habitantes em cada município, e conforme o recenseamento, os cento e cinquenta municípios do estado subdivididos em 15 Zonas territoriais<sup>21</sup>, de acordo com a tabela 04.

<sup>20</sup> A tabela especificando a quantidade de classes por município e a quantidade de habitantes encontra-se no Apêndice E.

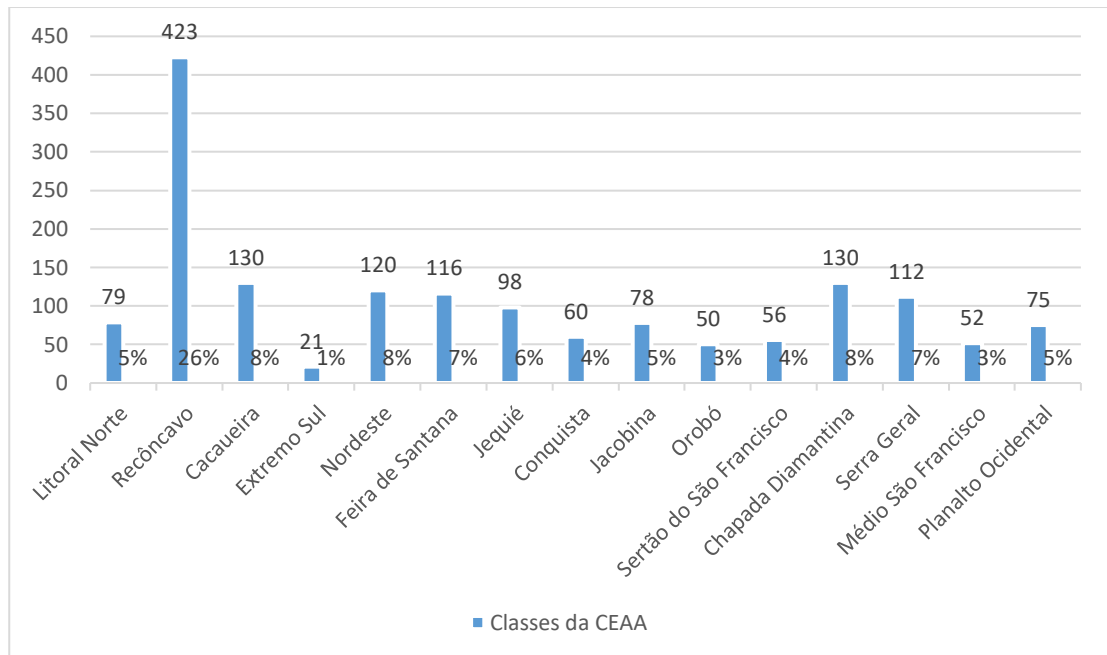
<sup>21</sup> As tabelas especificando cada zona com seus respectivos municípios e quantidade de classes para cada localidade encontram-se no Apêndice B.

**Tabela 04 - Zonas da Bahia X Quantidade de Classes CEAA**

	<b>Zona da Bahia</b>	<b>Quantidade de municípios</b>	<b>Quantidade de classes CEAA</b>
01	Zona do Litoral Norte	07	79
02	Zona do Recôncavo	22	423
03	Zona Cacaueira	15	130
04	Zona do Extremo Sul	06	21
05	Zona do Nordeste	16	120
06	Zona Feira de Santana	08	116
07	Zona Jequié	13	98
08	Zona Conquista	05	60
09	Zona Jacobina	06	78
10	Zona Orobó	06	50
11	Zona do Sertão do São Francisco	07	56
12	Zona da Chapada Diamantina	16	130
13	Zona Serra Geral	11	112
14	Zona do Médio São Francisco	05	52
15	Zona do Planalto Ocidental	07	75
	<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>1600</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia e no Recenseamento do IBGE 1950.

A tabela 04 foi construída a partir do cruzamento das informações das portarias da CEAA com dados do Recenseamento do IBGE. Verificamos quantas Zonas territoriais o estado da Bahia contemplava no momento de instalação da Campanha e a distribuição quantitativa das classes de ensino supletivo. De acordo com a tabela em questão, a Zona do Recôncavo é a maior em extensão, em número de habitantes e continha 22 municípios, inclusive Salvador, que esteve subdividido em duas partes intituladas de capital e subúrbio. O Extremo Sul, correspondia à zona de menor proporção com apenas seis municípios, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabralia. Ao realizar uma análise mais detalhada dos dados foi possível compreender quais e quantos municípios pertenciam em cada zona territorial, o somatório das classes para cada município e suas respectivas porcentagens em relação ao todo. Para visualizar tal declaração com maior clareza construímos o gráfico abaixo:

**Gráfico 01 - Zona territorial X Quantidade de classes da CEEA**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia e no Recenseamento do IBGE 1950.

Conforme o gráfico, a Zona do Recôncavo possui 26% das classes supletivas da Campanha, totalizando 423 salas de aula da CEEA, no entanto, o que elevou muito esse quantitativo foi a capital baiana que contemplou 142 salas de aula para adolescentes e adultos, um quantitativo superior qualquer outra zona territorial listada no gráfico 01. O Extremo Sul possuía o menor número de classes, com 21 salas de aula de ensino supletivo e 1% do total, entretanto, municípios de outras zonas territoriais contabilizaram uma quantidade reduzida de classes, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 07 - Municípios com menor quantidade de classes da CEEA na Bahia**

Município	Zona territorial	Quantidade de Classe	Número de Habitantes
Canavieiras	Cacaueira	01	53.830
Ubaitaba	Cacaueira	02	14.013
Alcobaça	Extremo Sul	02	34.358
Santa Cruz Cabralia	Extremo Sul	02	5.612
Itapicuru	Nordeste	02	32.060
Uauá	Nordeste	02	10.811
Itaquara	Jequié	02	8.415

Santo Inácio	Chapada Diamantina	02	15.440
--------------	-----------------------	----	--------

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia e no Recenseamento do IBGE 1950.

O município com o menor número de classes agregou apenas uma sala de aula, situada em Canavieiras, no litoral da Zona Cacaueira, responsável por 130 classes de ensino supletivo. Se levarmos em consideração o critério da densidade demográfica para justificar a instalação das classes, o município em questão, deveria dispor de mais classes se compararmos com Valença que é um município situado na mesma zona territorial e possui menor número de habitantes. Para esclarecer melhor, Canavieiras possuía 53.830 (cinquenta e três mil oitocentos e trinta) habitantes e foi contemplada com apenas uma classe de ensino supletivo, enquanto Valença possuía 33.057 (trinta e três mil e cinquenta e sete) habitantes e foi beneficiada com dezoito classes da CEAA. Esses casos se repetem, por exemplo, em Aratuípe, na Zona do Recôncavo, que possuía 6.351 (seis mil trezentos e cinquenta e um) habitantes e recebeu quatro classes.

Além do critério da densidade demográfica para a instalação das classes supletivas, o idealizador da Campanha afirmou que “a localização teórica das dez mil classes, iriam funcionar nas cidades, vilas e povoados de maior importância, em todos os municípios do país” (RBEP, 1947). Entretanto, como podemos mensurar o que era considerado como “localidade de maior importância”? A economia do país dependia da produção agrícola e os municípios com maior número de classes também concentravam a maior atividade econômica, acrescido de uma migração de adolescentes e adultos para essas cidades em busca de trabalho. As cidades que possuíam uma grande concentração populacional, como Santo Amaro, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista, também acumulavam postos de trabalho e precisavam alfabetizar esse trabalhador. De acordo com Santos (2019, p.252), “O fumo e o cacau, que apresentavam um movimento de crescimento, também a partir do decênio 1911-1920, deram um salto no volume das exportações”. Nesse sentido, as principais fontes de recurso econômico do estado se concentravam nas Zonas do Recôncavo e Cacaueira com os plantios do fumo e do cacau, como visualizamos em algumas das cidades listadas abaixo e que concentravam o maior número de classes.

**Quadro 08** - Municípios com o maior número de classes na Bahia

<b>Município</b>	<b>Zona territorial</b>	<b>Quantidade de Classe</b>	<b>Número de Habitantes</b>
Salvador	Recôncavo	142	417.235
Santo Amaro	Recôncavo	49	85.739
Feira de Santana	Feira de Santana	36	107.205
Itabuna	Cacaueira	35	177.730
Ilhéus	Cacaueira	29	134.240
Alagoinhas	Litoral Norte	25	52.007
Jacobina	Jacobina	25	61.681
Vitória da Conquista	Conquista	24	96.664
Muritiba	Recôncavo	23	31.605

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias designando professores para o ensino supletivo no estado da Bahia e no Recenseamento do IBGE 1950.

Ao observar a listagem acima podemos perceber que Muritiba não pode ser considerada como um município de grande concentração populacional, mas congregou um polo fumageiro importante juntamente com Santo Amaro e acumularam muitas classes da CEAA. As cidades de Alagoinhas e Jacobina possuíam um número significativo de habitantes, entretanto o estado possui outros municípios com maior concentração populacional, porém Alagoinhas era um centro com grande fluxo de mercadorias e pessoas devido à Estação Ferroviária e o município de Jacobina, área de mineração agregava uma zona territorial com a sua denominação. Na Zona de Jacobina estavam inseridos os municípios de Campo Formoso, Jaguarari, Miguel Calmon, Saúde e Senhor do Bonfim.

O município de Ilhéus possuía um porto que escoava o cacau para o mercado internacional e não precisava de intermediação do porto de Salvador, enquanto Vitória da Conquista contava com uma estrada de ferro Ilhéus-Conquista e auxiliava no escoamento da produção. Esses municípios integravam um circuito de grande atividade econômica e essencialmente rural, interferiam nos rumos da política regional e nacional. Dessa forma, os critérios de demografia e do grau de importância econômica dos municípios eram utilizados para a distribuição das classes de ensino

supletivo da CEAA. A tabela 05 demonstra o fluxo das classes supletivas no estado da Bahia. As portarias instituídas pela DEAA foram além de designações de professores e realizou o movimento de substituição, dispensa, transferência e permuta entre os professores.

**Tabela 05 - Movimentação das classes na Bahia/ 1947**

Meses	Designação	Substituição	Dispensa	Transferência	Permuta
Abril	770	-	-	-	-
Maio	528	25	5	-	-
Junho	293	17	9	-	-
Julho	3	36	4	12	-
Agosto	2	37	16	14	-
Setembro	1	50	16	12	1
Outubro	1	13	14	17	-
Novembro	1	11	9	-	-
Dezembro	1	-	4	-	-
<b>Total</b>	1600	189	77	55	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias da DEAA para o ensino supletivo no estado da Bahia. Diário Oficial do Estado de abril a dezembro/1947.

Conforme mencionado anteriormente, durante o ano de 1947, foram designadas 1600 classes de ensino supletivo para adolescentes e adultos em todo o estado da Bahia, conjuntamente ocorreu cento e oitenta e nove (189) substituições; setenta e sete (77) dispensas; cinquenta e cinco (55) transferências; e uma (01) permuta de professores. Para a designação dos professores dessas classes podemos destacar a influência política que não foi mencionada nos documentos oficiais da CEAA, mas foi identificada a partir do cruzamento com as correspondências dos políticos locais com o ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, bem como, o cotejamento de informações extraídas do Diário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O município de Ribeira do Pombal com 23.763 (vinte e três mil e setecentos e sessenta e três) habitantes foi contemplado com 11 (onze) classes de ensino supletivo da CEAA no ano de 1947 e realizou 10 substituições de professores no mês de maio. As substituições foram decorrentes de uma reclamação pontual registrada em uma carta endereçada pelo Deputado Federal Dantas Junior, para o Ministro Clemente Mariani e datada de 21 de maio de 1947, relatando que:

[...] a indicação para preenchimento das escolas cabe aos prefeitos do respectivo município, sendo apresentados de preferência os professores diplomados. De referência a Ribeira do Pombal, o nosso parente e correligionário Paulo Cardoso de Oliveira, atual prefeito e chefe local da UDN, apresentou os nomes constantes na lista inclusa, os quais foram nomeados na portaria nº 11 de 19 de abril de 1947 (Dantas Junior, 1947).

Dantas Junior complementa informando que passados quase um mês os onze professores designados para Ribeira do Pombal na portaria de nº 11 de 22 de abril de 1947, não foram os nomes indicados pelo prefeito e pede para confrontar as duas listas a fim de perceber que na segunda lista foram “depresadas” as professoras que perante a lei tinham preferência, em favor de preferidos do escrivão de feitos cíveis e criminais e do contador da prefeitura. O Deputado pede que sejam tomadas as providências para nomeação dos onze professores indicados pelo prefeito. Essa discussão se avolumou e o Ministro Clemente Mariani enviou a carta para Lourenço Filho solicitando intervenção perante o Delegado Estadual de Educação de Adultos na Bahia. Em resposta, Lourenço Filho informou que não compete ao Delegado da CEAA a designação de professores e “a solução para o caso da carta em anexo seria, um pedido de informação particular ao Sr. Secretário da Educação na Bahia”, e assim a solicitação alcançou Anísio Teixeira. Para o desfecho desse caso, a Portaria nº37 de 10 de maio de 1947, estabeleceu a substituição de sete professores no município de Ribeira do Pombal e a Portaria nº38 de 13 de maio de 1947 determinou a substituição de mais três professores, totalizando dez substituições.

Na mesma correspondência o remetente se autointitula como parente, colega, amigo, e menciona para o Ministro que “ainda não fiz a nomeação do seu candidato a fiscal de rendas porque estou esperando a próximas promoções para abertura da vaga. Mas fique tranquilo que será nomeado”. Essa declaração mostra claramente

que existia uma forte relação de parentesco entre os correspondentes e as classes da CEAA eram instrumento de negociação política.

### **3.3 Política e Educação na Bahia: disputas e diálogos com a Assembleia Legislativa**

Clemente Mariani relatou que, na maioria dos estados, “a data de abertura das aulas das classes de ensino supletivo estava prevista para a mesma semana em que começava a campanha para as eleições estaduais” (RBEP, 1947, p.07). Tal proximidade não pode ser analisada como coincidência. Trata-se de um período pós-Estado Novo, que os brasileiros ficaram quinze anos impedidos de votar e essa campanha oportunizou formar eleitores, visto que, o analfabeto não estava autorizado a votar. Dessa forma, podemos considerar que inaugurar classes de ensino supletivo na semana de abertura do pleito eleitoral como uma estratégia política. Havia uma preocupação do Ministro da Educação e Saúde com a mudança dos quadros administrativos, a posse de novos governadores poderia acarretar uma reorganização com novos Secretários de Educação ou Diretores de Departamento de Educação e essas mudanças poderiam trazer alguns transtornos para o andamento do planejamento da CEAA. A inquietação de Clemente Mariani era pertinente com o contexto, mas examinando os discursos dos integrantes da Assembleia Legislativa da Bahia em 1947, ano de institucionalização da CEAA, percebemos um grande potencial para problematizar a educação de adultos a partir de disputas político-partidárias. Havia também, naquele ano, um processo de organização de uma nova Constituição para o estado da Bahia, o país estava recomeçando um processo de democratização com a garantia de eleições diretas e os analfabetos estavam proibidos de alistar-se eleitores.

Havia uma preocupação com a formação de eleitores e a CEAA podia tornar os alunos trabalhadores aptos a votar<sup>22</sup>. As estatísticas corroboram tal argumento, quando revelam que:

---

<sup>22</sup> A participação popular nas eleições, no Brasil foi vetada desde o Império. As eleições se concentravam nas mãos de quem dispunha do poder econômico e regras excludentes foram institucionalizadas para impedir as mulheres, os menores de 21 anos, os escravos e os analfabetos de votar. Após a proclamação da República, pouca coisa

Nas eleições de 1960 já se faziam sentir os efeitos da difusão do ensino elementar em geral e do programa de educação de adultos da CEAA: o eleitorado havia crescido em quase 50% e entre 1950 e 1960 – 7,9 milhões de eleitores em 1950 e 11,7 milhões em 1960 (PAIVA, 2003, p. 232).

A CEAA formou eleitores, no entanto, a escola pode aproximar o estudante trabalhador da participação política e deixar os dirigentes políticos desconfortáveis. De acordo com Limongi-França e Rodrigues (2012), a transição do regime ditatorial do Estado Novo para o regime democrático permitiu que as eleições transcorressem de forma competitiva. Especificamente para a Bahia, com relação à escolha dos candidatos nesse período estudado, Sampaio (1960, p.59) menciona que os eleitores menos instruídos do campo e da cidade foram se “emancipando do jogo dos chefes...bem ou mal, com argumentos satisfatórios ou não do ponto de vista lógico, a escolha do candidato passou a ser feita por eles e não pelo coronel”. Entendemos que mesmo com a permanência do vício, na prática da política eleitoral em que os coronéis influenciavam e negociavam o voto dos trabalhadores a oposição passou a contar com chances reais de ganhar o pleito eleitoral e a instalação das classes da CEAA na Bahia foi importante para movimentar essas tensões e oposições.

O pós-1945 inaugurou um novo momento na história eleitoral brasileira com o estabelecimento de partidos nacionais e de massa enquanto enfraqueceu o domínio da oligarquia no processo eleitoral. A formação de novos eleitores revelou duas situações, de um lado que a emergência da alfabetização esteve ligada o aumento do eleitorado e as possibilidades de conchavos e negociações política e, por outro ângulo, aumento das tensões e disputas políticas e as classes de ensino supletivo da CEAA se tornaram objeto de manobra política.

Conforme mencionado anteriormente, no dia 06 de maio de 1947, mesma data em que foi assinado o Termo de Acordo Especial para a execução do plano do ensino supletivo para adolescentes e adultos na Bahia, as partes se comprometeram com a assinatura de outro Termo de Cooperação para a Execução de Obras no Estado

---

mudou, mas as mulheres e os analfabetos continuaram sem o direito de votar e ser votado. As mulheres foram autorizadas a votar em 1934, e os analfabetos apenas em 1985, na primeira eleição depois do Golpe Militar. Fonte: (Martins, 2016).

destinadas à educação e saúde, o que incluía a construção de prédios escolares. Na cláusula segunda, alínea C, o termo autoriza ao estado a:

Executar os projetos, pela forma que parecer mais conveniente obedecidas ao caso de concorrência ou coletas de preço as normas em vigor e fornecendo ao Ministério da Educação e Saúde todos os informes sobre as marchas das construções (BRASIL, 1947, s/p).

A autorização para o estado utilizar o recurso “ao caso de conveniência” abriu brechas para a permutas, acordos, combinações e arranjos entre os parlamentares. O Deputado estadual do Partido Comunista Brasileiro – PCB, Giocondo Dias em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, sessão de 04 de julho de 1947, relatou que era desejo da bancada comunista não se manifestar a respeito da construção de escolas no estado, mas a discussão que se travou em torno dessa matéria obrigava os constituintes a participarem do debate. O deputado considera que “não há qualquer benemerência do Governo Federal em dotar o nosso estado de escolas”, ou seja, o estado da Bahia, não precisava de um merecimento para ser recompensado com prédios escolares, mas acreditava que já representava alguma coisa o fato de criarem escolas, pois grande parte da população era analfabeta. No entanto, solicitou que essa oportunidade que se apresentava para a Bahia fosse aproveitada em benefício do povo e continua: “apelo para que não se faça demagogia com o chapéu alheio”, e que essas escolas não nos sirvam de propaganda, nem para a União Democrática Nacional - UDN, nem do Partido Social Democrático, nas próximas eleições municipais. Ao finalizar seu pronunciamento o parlamentar informou que pelos discursos ouvidos na Assembleia Legislativa percebe-se que há uma insatisfação com a má distribuição na construção de escolas, pois existe pelo menos trinta municípios que não foram contemplados com escolas, enquanto outros foram beneficiados com três escolas.

Nesse sentido, percebemos que a distribuição de escolas no interior do estado era realizada para atender o interesse político dos parlamentares. A Assembleia Legislativa se movia a partir de seis partidos políticos, o Partido Comunista Brasileiro – PCB (extinto em 1947, mas com parlamentares eleitos em plena atividade apesar das solicitações de para invalidar os mandatos); o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (representava os trabalhadores); o Partido Republicano Progressista – PRP; o Partido Republicano – PR; a União Democrática Nacional – UDN; e o Partido Social

Democrata – PSD. Com exceção do PCB, os outros partidos foram constituídos ou reformulados, em 1945, com a regulamentação da criação de partidos políticos nacionais<sup>23</sup>.

O país experimentava um período de efervescência política com o fim do Estado Novo, o processo de redemocratização e a abertura para novas eleições. A UDN e o PSD, partidos que disputavam a hegemonia do poder, se uniram em uma Coligação Democrática Autonomista e conseguiram maioria absoluta no estado da Bahia. A luta pela autonomia política não era recente e havia um movimento autonomista de conservadorismo das forças oligárquicas em muitos estados, inclusive na Bahia. A Concentração Autonomista da Bahia foi fundada em 1933, desarticulada em 1937, e com a implantação do Estado Novo foi reforçada e ampliada em 1945. De acordo com Oliveira (2020, p.785), nas eleições de 1947 na Bahia, dos sessenta parlamentares eleitos vinte e sete foram da UDN, vinte do PSD, sete do PTB, e seis deputados eleitos para as agremiações PCB, PR e PRP.

A Coligação Democrática Autonomista UDN-PSD conseguiu também, em 1947, eleger o governador udenista Otávio Mangabeira e obteve importante apoio do Clemente Mariani, um dos fundadores do PSD na Bahia. Conforme Silva:

Não seria exagero tratar os autonomistas baianos em sua primeira formação, “como uma grande família. Eram pessoas ligadas entre si pelos mais variados laços: parentescos, longas amizades, formação escolar, credos políticos, filiações partidárias, empregos, casamentos e apadrinhamentos (Silva, 2011, p 88).

E essa afirmativa persistiu na coligação UDN-PSD e foi alvo de amplo debate na Assembleia Legislativa sobre mútua proteção. O deputado Giocondo Dias (PCB-BA), no discurso da Assembleia Legislativa de 15 de agosto de 1947, acusou os dois partidos mencionados acima de ser uma grande família, “o que vemos não são partidos, são grupos. Tanto a UDN, como o PSD, são dois bandos que se equivalem, estão em luta para ver quem serve melhor a ditadura. Isso é uma questão de família”. O parlamentar estava se referindo à aliança entre dois partidos constituídos em um momento de redemocratização em curso que continuavam a defender características conservadoras e anticomunistas do Estado Novo.

---

<sup>23</sup> Decreto-lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945. Regulamenta a criação dos partidos políticos nacionais.

Todavia é importante considerar que a coligação entre a UDN e o PSD não eximiu tensões e conflitos políticos partidários, uma leitura atenta para interpretação das fontes revela que a proteção recíproca entre os partidos UDN e PSD, não foi irrestrita. O mesmo Deputado Giocondo Dias afirma que existia “homens da UDN contra homens da UDN”, isso significava, que havia choque de interesses internos que reverberavam nas decisões do parlamento para o estado, incluindo-se tanto questões educacionais mais amplas, quanto deliberações relacionadas às classes de ensino supletivo da CEAA. Um bloco de correspondências disponíveis no CPDOC pode fundamentar e problematizar algumas das afirmativas anteriores.

O deputado federal Dantas Junior da UDN enviou uma correspondência para o ministro da Educação Clemente Mariani reclamando que as indicações para preenchimento das classes de adultos cabe aos prefeitos dos respectivos municípios, recrutados, de preferência, os professores diplomados, mas em Ribeira do Pombal, o “nosso parente” e correligionário Paulo Cardoso de Oliveira Brito, atual prefeito e chefe local da UDN apresentou uma lista de designação de professoras na Portaria nº 11, de 19 de abril de 1947, no entanto, foram nomeadas outras professoras que figuram em outras listas, por esse motivo, pede que tome providências. Essa denúncia evidencia um claro desentendimento interno da UDN.

De acordo com Debrun (1983) entre os partidos políticos há um modelo de ideologia primária materializada na cultura política do Brasil chamada de “estratégia da conciliação” colocada como um acordo harmonioso entre os sujeitos de forma grupal ou individual. Dessa forma, fica acordado que um não pode esmagar o outro. Para o autor, essa ideia de conciliação pressupõe instabilidade e permite que os mais influentes se aproveitem do restante do grupo, o que gera um desequilíbrio. Nesse caso em questão, não podemos afirmar qual sujeito da trama era considerado mais poderoso, mas entendemos que dentre os membros de um mesmo partido havia interesses individuais que sobrepujam aos coletivos.

Na mesma missiva, o Deputado Dantas Junior relata que ainda não fez a nomeação do candidato do ministro Clemente Mariani à fiscal de rendas, porque está esperando as próximas promoções para abertura de vagas, mas antecipou o resultado informando que o candidato será nomeado. Em resposta, Clemente Mariani esclarece que esse pedido deveria ter sido encaminhado para a conta particular ao Sr. Secretário

da Educação da Bahia, já que o Delegado Regional responsável pela Campanha não possui competência para designar professores. Para dar continuidade a reclamação e o pleito, por ordem do Ministro, foi solicitado que o secretário Anísio Teixeira preenchesse os cargos de professores das escolas de adultos de Ribeira do Pombal, no sentido de serem mantidas as indicações da Portaria nº 11 de 19 de abril de 1947, porém, o episódio não termina dessa forma.

O prefeito de Ribeira do Pombal, Oliveira Brito, escreveu para o Ministro informando ter conhecimento da determinação de substituição dos professores, bem como da nova localização das escolas supletivas e destaca que Dantas Junior nada tem a ver com a política, são coisas da terra, ele está buscando criar uma situação desagradável com a sua família no intuito de adquirir “um falso prestígio político”. É oportuno salientar que, de acordo com Sampaio (1960, p.88) “a estirpe dos Dantas começou a fazer política desde a época da Independência e vêm até hoje com representantes nas câmaras federal e legislativa, em uma ou outra prefeitura e na câmara de vereadores”. Isso significa que havia uma longa trajetória político-partidária na família Dantas. O prefeito comunicou que as classes estavam em pleno funcionamento, com boa frequência e deveriam continuar em andamento. Os pedidos de permanência das classes de Ribeira do Pombal não cessam por aí, o Deputado Federal José Mariani também interveio em defesa do Prefeito Oliveira Brito e enviou para o Ministro Clemente Mariani um telegrama integrando o seguinte conteúdo:

Oliveira Brito me procurou bastante chocado dizendo Anísio recebeu carta mandando substituir professoras supletivas escolas de Pombal em pleno funcionamento por outras de Dantinhas. Reconhecendo amizade nos une, apelo você conseguir uma fórmula conciliatória como transferência das escolas sem frequência para Pombal, porque Brito tem nos prestigiado de modo absoluto não tem negado até hoje uma só reivindicação nossa, nomeando tudo quanto pedimos. (Mariani, 1947, s.p).

Todos os envolvidos nesse episódio sobre a designação de professores para as classes supletivas no município de Ribeira do Pombal declaram nas correspondências que possuem relação de parentesco. Além disso, possuem também uma relação de proximidade, tanto que o Deputado José Mariani denomina o Deputado Dantas Junior de “Dantinhas” e nas finalizações das missivas há sempre uma cordialidade. Os personagens desse enredo pertencem ao mesmo grupo político, mantém uma relação amistosa e realizam trocas de favores. Essa estratégia pode

causar efeitos na construção da cidadania, pois de acordo com Arapiraca (1988, p.67), “o governante foi eleito para administrar, com probidade e competência, a coisa pública e não para locupletar-se politicamente dela, distribuindo bens como se de sua propriedade feudal fosse o destino da sociedade”. O fenômeno do fisiologismo político está diretamente relacionado ao modo como representantes eleitos negociam com agentes de governos para oferecer privilégios que favorecem correligionários com vantagens e benefícios extraídos de bens públicos que devem beneficiar a sociedade para servir como troca de favores pessoais e eleitorais. Essas atitudes vão na contramão do exercício da democracia e da civilidade da administração pública. No caso da CEAA, os governantes baianos deveriam seguir as regras de recrutamento de professores, mas na direção contrária realizaram um “loteamento de cargos” (Arapiraca, 1988, p.84) promovendo a distribuição de cargos públicos sem provar a competência exigida desses profissionais.

Quanto ao desfecho da trama, o Ministro Clemente Mariani responde a Oliveira Brito, citando, inclusive, o pedido do José Mariani e esclarecendo que a interferência no caso não tinha o objetivo de ferir os seus interesses, caso contrário, o Ministro acreditou que o pedido tinha sido solicitado pelo próprio prefeito e que a deliberação estava de acordo com um critério geral estabelecido para todo o país ao determinar que professores diplomados tinham a preferência para assumir as classes supletivas da CEAA. Entretanto, para demonstrar o empenho em desfazer a impressão desfavorável que lhe causou esse incidente, o Ministro abriu uma exceção no caso, determinando a manutenção das indicações do prefeito de Ribeira do Pombal e abertura de outras classes para abrigar os professores diplomados designados na Portaria nº 11 de abril de 1947. O plano estratégico da CEAA que distribuía as classes de ensino supletivo estabeleceu para Ribeira do Pombal sete classes, e após esses acordos o município acolheu treze classes e matrícula estimada em quatrocentos alunos.

Para Vanilda Paiva:

O ensino supletivo existente até então concentrava-se predominantemente nas capitais e a CEAA pretendia levá-lo ao interior, dando-lhe um sentido de ação pedagógico-social, ameaçando a estabilidade do poder político dos chefes locais, esteios das oligarquias estaduais representadas no Parlamento. (Paiva, 2003, p.208)

Após a problematização das fontes percebemos que a estabilidade do poder político dos chefes locais não foi ameaçada pela instalação da CEAA, no interior do estado da Bahia, pelo contrário, apesar de tensões e conflitos internos, as classes de ensino supletivo se estabeleciam através do poder local e garantia a manutenção desse poder porque era utilizada em função de objetivos político-partidários.

### **3.4 A CEAA e os intelectuais: tensões e confluências**

O objetivo dessa seção é analisar os intelectuais envolvidos na CEAA – o paulista Lourenço Filho e especialmente os baianos Anísio Teixeira e Clemente Mariani, tendo em vista compreender como articulações entre eles contribuíram para a concepção e orientação da CEAA. Os intelectuais em questão foram selecionados para o estudo porque estavam envolvidos com projeto da CEAA e com outras realizações que marcaram a cena pública na Bahia e de outros estados brasileiros, principalmente no que se refere à educação escolar. De acordo com Vieira (2015, p. 08), “se entendermos a educação como uma questão que detém uma ampla dimensão política somos obrigados a refletir sobre os agentes dessa política aqueles que ocupam posições de prestígio e de poder”.

Nesse sentido, as atuações de Anísio Teixeira, Clemente Mariani e Lourenço Filho na área da educação apresentam elementos que se aproximam de sugestões propostas por estudos básicos e complementares formuladas por Sirinelli (1998) para indicar atuações de professores, escritores e jornalistas que atuaram na França no período entre as grandes guerras. Estabelecendo diálogos com abordagens de Sirinelli (1998) busca-se compreender as contribuições que os referidos intelectuais da educação brasileira prestaram a formulação, ao planejamento e à execução da CEAA. De acordo com Alves (2019), existem dois entendimentos para qualificar os intelectuais: o primeiro é mais amplo, os intelectuais são considerados sujeitos que possuem envolvimento com a criação de escritos relacionados a mediação cultural e o segundo, mais restrito, está ligada ao engajamento na vida da cité<sup>24</sup>, seguida da

---

<sup>24</sup> Cité, de acordo com Sirinelli (1994, p. 9-10, *apud*, Alves, 2019, s.p.), “refere-se à participação na coletividade, de modo a interferir e buscar contribuir nas decisões de caráter conjunto, embora nem sempre de interesse comum, ou seja, na condução política, no seu sentido lato”.

participação coletiva nas decisões políticas que conduzem, tanto ao reconhecimento social, como influencia no cenário público.

Ancorada na categoria de análise redes de sociabilidade o estudo se entrelaça com outras categorias igualmente propostas por Sirinelli, como a de geração intelectual e a de itinerários de formação que serão mencionadas nessa seção. Entretanto, a escrita da história dos intelectuais aponta para a necessidade de uma investigação político-ideológica para compreender como essas categorias se relacionam entre si. Isso não significa que a narrativa a ser elaborada tenha um caráter linear ou desconsidere as tensões, os conflitos e as confluências que marcaram a vida pública desses sujeitos em determinados contextos históricos e sociais, principalmente no que se refere à elaboração, organização e desenvolvimento da CEAA. De acordo com Alves (2019, p.30) para pensar a contribuição das redes de sociabilidade na história dos intelectuais proposta por Jean-François Sirinelli é preciso, inicialmente, recorrer a uma das categorias que ele próprio privilegia em sua proposição teórico-metodológica, a de geração.

Para entender o debate geracional é preciso recuar e considerar o contexto que envolveu esses intelectuais. Anísio Teixeira e Clemente Mariani nasceram no ano de 1900 e possuíam a mesma idade. Lourenço Filho era três anos mais velho que os anteriores, e nasceu em 1897. No entanto, para examinar a pertinência do conceito de geração, o processo de investigação não deve se restringir à faixa etária, é necessário realizar o cruzamento de dados nacionais e internacionais do contexto no qual os sujeitos estavam envolvidos. Os intelectuais em questão cresceram no século XX <sup>25</sup>, segundo Hobsbawm (1995, p.32), “século mais assassino de que temos registro”, o autor reitera e menciona que “paz, significava, antes de 1914: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome” (1995, p.30), se referindo à desordem que envolveu as nações devido à Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Dessa forma, o século XX enfrentou profundas mudanças sociais e culturais atravessadas pelas tecnologias dos transportes e das comunicações que praticamente redimensionaram as noções de tempo e espaço e geraram impactos imensuráveis na vida da sociedade em proporção mundial.

---

<sup>25</sup> O Século XX consistiu no período entre 1901 e 2000.

Ainda de acordo com Hobsbawm (1995), o ‘breve século XX’ reuniu três mudanças globais: a primeira transformação corresponde ao desaparecimento do eurocentrismo; as grandes potências europeias do início da Primeira Guerra desapareceram, para dar espaço ao esforço de criar uma identidade global única; daí decorre a segunda mudança global, que consiste na intenção de construir uma aldeia nacional, uma economia mundial – transnacional. A terceira renovação consiste na “desintegração de novos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente (...) o individualismo social absoluto” (Hobsbawm, 1995, p.34). Entretanto, nem todos os países sofreram tais mudanças de forma homogênea.

No caso do Brasil, o país ainda enfrentava os impulsos precários no processo de escolarização da população, em relação aos países europeus e aos Estados Unidos da América. Poucos anos após a proclamada a República, em 1889, o país iniciou o século XX com um saldo devedor quanto ao que foi proposto como ideal para um país alfabetizado. A nação precisava atender a um ideal de nacionalidade que se expressava, também, pela reivindicação de uma educação formal em consonância com os ideais republicanos. No censo de 1920, o índice de brasileiros alfabetizados era de 31%, para a Bahia, passados quase duas décadas essa realidade não mudou, visto que, em 1939, o secretário da educação Isaias Alves (Bahia, 1939), em seu relatório anual, informou que 70% dos baianos não eram alfabetizados. O analfabetismo era considerado uma chaga nacional, a escolarização apontada como elemento de transformação do país e havia urgência para ampliar o acesso ao sistema de ensino tendo em vista orientar o país na direção de uma nação civilizada.

Anísio Teixeira, Clemente Mariani e Lourenço Filho são personalidades públicas que debutaram no cenário educacional na década de 1920 e, de acordo com Vieira (2015) são considerados “profissionais da educação” que ocuparam a cena pública. Teixeira foi nomeado para inspetor Geral do Ensino na Bahia, em 1924, e nesse mesmo ano, Clemente Mariani assumiu a cadeira de professor de direito comercial da Faculdade de Direito da Bahia. Clemente Mariani atuou como advogado, jornalista, político, empresário, banqueiro e assumiu a pasta da Educação e Saúde Pública do governo Dutra, em 1946. Enquanto Lourenço Filho lecionou como professor-substituto de pedagogia e educação cívica da Escola Normal da Praça, em

1920 (Monarcha, 2010) e assumiu o cargo de Diretor de Instrução pública do estado do Ceará em 1922.

Na década de 1920, o país possuía um sistema de ensino público precário que precisava ser organizado e ampliado para atender toda a população. A escola aparecia como um lugar importante para a constituição do indivíduo que ajudaria a formar uma nação desenvolvida e a criação de reformas educacionais era fundamental para auxiliar nesse processo. Diante disso, os diretores de instrução em vários estados brasileiros realizaram reformas educacionais que reorganizaram o ensino primário para alunos em idade regular na década de 1920, dentre eles, Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Lourenço Filho, no Ceará (1922); e Sampaio Dória, em São Paulo (1920). Para os renovadores da educação, o analfabetismo impedia o crescimento do país e o conjunto de reformas educacionais iria ajudar a implementar a República desejada. Segundo Bomeny (1993, p.24) o Brasil se tornou “um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados, em sua grande maioria, em modelos estrangeiros”. Os anos de 1920 serviram de alicerce para implementação de políticas públicas educacionais de caráter nacional, mas foi na década de 1930, no governo Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que as políticas de educação tomaram um impulso maior.

O ministério da Educação e Saúde, portanto, equilibrava-se em meio de disputas interministeriais, de projetos e ideologias conflitivas, de pressão por demanda crescente por educação para uma sociedade que se modernizava, e que tinha na educação forte indicador de mobilidade e ascensão social. (Bomeny, 2016, p.34).

As mudanças ocorridas tanto no campo da educação quanto em outras áreas da administração pública faziam parte de uma política burguesa do governo centralizador e autoritário de Getúlio Vargas que pretendia restaurar o Estado. É nessa conjuntura que um novo projeto de educação no Brasil, denominado de movimento escolanovista, defendia uma escola pública, universal e gratuita. No âmbito das redes de sociabilidade, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, ao lado de Fernando de Azevedo e outros intelectuais, lideraram o movimento da Escola Nova e foram considerados representantes de uma geração de “renovadores da educação”. Ao tratar dos diferentes sujeitos políticos mencionados, é necessário entender que apesar de inseridos nas relações de poder, havia distâncias e aproximações entre eles. De acordo com Monarcha:

Situar Lourenço Filho como um dos expoentes da “geração de 1920” requer cuidados, se as trajetórias dos demais contemporâneos, por mais que tenham corrido em paralelo, ainda assim não podem ser consideradas como pertencentes a uma congregação de intelectuais que aceitava o mesmo conjunto de ideias a respeito da realidade do país. (Monarcha, 2010, p. 16).

Anísio Teixeira e Lourenço Filho formulavam diferentes concepções escolanovistas para realizar seus projetos e reformas educacionais, mas as participações nas discussões iniciais do movimento da escola nova contribuíram para que participassem como intelectuais, reformadores da educação e políticos do cenário educacional. O contexto social e político autoritário da década de 1930, também influenciou o pensamento dos educadores. Segundo Rocha (2016, p.193), Anísio Teixeira e Lourenço Filho “foram afetados pelo processo de centralização do regime de Vargas, ainda que a partir de 1935 tenham seguido caminhos diferentes. Enquanto o primeiro se “exila” na Bahia, o segundo continua no Instituto de Educação, incorporado à UDF”. Anísio Teixeira, em 1935, pediu demissão e encerrou suas atividades no Instituto de Educação e no Distrito Federal<sup>26</sup> devido à acusação de disseminação de ideias comunistas e consequentes perseguições do governo Vargas. Teixeira afastou-se da educação, buscou refúgio no sertão da Bahia onde trabalhou com mineração, em 1946 retornou ao cenário educacional como secretário executivo da UNESCO, e assumiu posteriormente a Secretaria de Educação da Bahia.

Para Bomeny (2016), a acusação de comunismo foi controversa, visto que, Anísio Teixeira estava em sintonia com o projeto capitalista de sociedade desenhado para o Brasil. A proposta de Escola Nova do educador considerava que o crescimento individual e a competição deveriam integrar as regras do mercado e a reforma educacional teria um papel fundamental na formação desse indivíduo. Bomeny (2016, p.38), afirma que “o acesso formal igualitário passaria pela prova empírica da competência desigual”, o que significa que para acessar a educação formal o indivíduo precisaria passar por uma avaliação na qual a experiência e as vivências definiam o acesso e a permanência. Nesse sentido, segundo Bomeny (2016), Anísio Teixeira ao coadunar com as concepções da escola nova não deveria ser confundido como “subversivo”, “socialista”, “comunista”, apesar disso, a tentativa de disseminação da

---

<sup>26</sup> Anísio Teixeira fundou a Universidade do Distrito Federal em 1935.

escolarização para todos certamente incomodava uma parcela da sociedade que reivindicava o controle dos privilégios.

Em contrapartida, Lourenço Filho:

Na condição de diretor do INEP ele se tornou um ativo publicista da nova ordem, sendo convidado para pronunciar conferências em várias instâncias governamentais. Assim, em 1940, convidado pelo poderoso órgão censor do governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda, ele discorre sobre as “Tendências da Educação Brasileira”, fazendo um extenso apanhado da história da educação no país “condenando as velhas tendências” e detendo-se com vagar nos anos pós-30 quando “novas diretrizes tomam corpo”. Revelando estar em sintonia com o momento político, afirma que “A Nação toma consciência de si mesma e realiza um esforço de coesão. Compreende-se que a educação tenha de ser posta, antes de tudo, na direção de objetivos nacionais de ordem, de segurança, de disciplina (Kulesza, 2016, p. 13).

Durante o período de 1930 a 1945, sob o governo Vargas, o país ganhou ênfase na concepção de educação como “problema nacional”, que também se estendeu aos problemas relacionados a saúde, essa perspectiva de tratar educação e saúde como problema foi identificada por Lourenço Filho que estava em sintonia e constante colaboração com o Governo. Para sanar tal dificuldade, o Governo Vargas resolveu organizar um programa de reconstrução nacional mediante um sistema de estímulo e colaboração direta com os estados para a construção de um projeto centralizador, autoritário que assegurasse a transformação do capital humano. Nesse sentido, pode-se dizer que havia a expectativa de que a escolarização podia ser orientada para formar o indivíduo sintonizado com o projeto de nação do Estado Novo, direcionando-o para o trabalho, a ordem, a segurança e a disciplina.

A equivocada qualificação de Anísio Teixeira como “comunista” ficou enraizada na mentalidade dos seus pares a ponto de o educador ser rejeitado para ocupar determinados cargos públicos. Em correspondência, datada de 1950, Clemente Mariani, ao se referir sobre a contratação do professor Lourenço Filho como Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação e suas contribuições para a educação de adolescentes e adultos analfabetos, Mariani que ocupava o cargo de ministro da educação e saúde relatou que entre Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho, este último foi o que teve maior apoio do governo Vargas para assumir a direção geral do Departamento Nacional de Educação porque estaria em melhores condições

para realizar, sem choques a grande revolução educacional reclamada pelas elites brasileiras e cuja necessidade percebida, ainda que confusamente por todas as classes, consubstanciava um reclamo imperativo da consciência nacional<sup>27</sup>. Segundo Mariani, atitudes reacionárias do Estado Novo recaíram sobre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, tais suposições o deixava com receio de comprometer o projeto educacional vigente entre 1946 e 1950.

Com o acirramento da ditadura do Estado Novo, após acusações de comunismo e as decorrentes perseguições, em 1935 Anísio Teixeira pediu demissão do cargo de diretor de instrução do Distrito Federal, voltou para a Bahia e só depois de participar da campanha autonomista que elegeu Octávio Mangabeira governador do Estado, em 1946 assumiu outro cargo público, o de secretário de educação da Bahia. Neste mesmo período, Clemente Mariani, nomeado pelo presidente Eurico Dutra Ministro da Educação e Saúde, usou de sua condição para designar Lourenço Filho para assumir, em 1947, a direção Geral da CEEA.

Posteriormente ao governo de Vargas, percebe-se que havia o esforço para reconstrução da nação, a educação e a saúde ocuparam lugares importantes nesse processo. No caso da educação, rendeu sistema público de ensino mais organizado dentro de princípios definidos como: de higienização, controle de natalidade, definições do papel da mulher e do homem na sociedade e controle da segurança nacional. A partir de 1945, acontecimentos históricos moveram o mundo para nova direção econômica, política e social em busca de novos paradigmas para uma modernidade desenvolvimentista. No Brasil, o processo de redemocratização, industrialização, urbanização e a abertura de mercado, exigiu da nação um novo comportamento, principalmente para os que estavam aptos para o trabalho. A educação formal mais uma vez sofreu mudanças e a alfabetização continuou imperando como um elemento fundamental para a busca da civilidade.

Apesar dos esforços para eliminar a “chaga do analfabetismo”, na década de 1940, 56% dos brasileiros acima de 15 anos não eram alfabetizados, ou seja, pouco mais da metade da população. Na região nordeste esse índice era maior, 77% da população acima de 18 anos não tinha completado o ensino primário. O século XX

---

<sup>27</sup> Fonte: CPDOC. Classificação: CMa pi Mariani, C. 1950/1955.00.00. Série: pi - Produção intelectual  
Data de produção: Entre 1950 a 1955.

havia chegado à metade e o Brasil não conseguiu executar um dos mais importantes indicadores da nação moderna que era alfabetizar a população trabalhadora. Para suprir essa carência, o governo federal, recém-eleito, em colaboração com os estados e territórios, organizou, em 1947, o início da execução da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. Na condição de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação e idealizador da Campanha, Lourenço Filho relatou que:

Como movimento pedagógico, a atual Campanha de Educação de Adultos representa o mais amplo movimento educacional já tentado entre nós; representa, igualmente, pelo âmbito geográfico sobre que se exerce, a maior tentativa de educação de adultos, ensaiada de uma só vez, em qualquer parte do mundo (RBEP, 1947, p.09).

A Campanha iniciou suas atividades em 1947 com a proposta de instalar 1600 classes em quase todo o território da Bahia e outras 10.416 classes espalhadas pelo Brasil. De acordo com Lourenço Filho, a CEAA cumpriu com o “seu dever de cooperar para a recuperação da grande massa da população adulta analfabeta, e que vive, em várias regiões do país, como população “marginal” (RBEP, 1947, p.10). A declaração de Lourenço Filho indica que a Campanha apresentava nova proposta de educação, mas, com velhos propósitos de moralizar e civilizar o trabalhador que considerava “marginal”. Essa geração de intelectuais que nasceu juntamente com o século XX e contribuiu para a criação, planejamento e execução da CEAA percorreu por itinerários de formação que ora se aproximavam e ora se distanciavam.

Para compreender a importância e os significados das participações dos mencionados intelectuais na CEAA, resolvemos sondar os itinerários formativos nas redes de sociabilidade, tomando como parâmetro a formação escolar dos primeiros anos de vida escolar até os anos 1920, quando iniciaram as carreiras políticas e educacionais na vida adulta e começaram a adquirir projeção nacional. Os intelectuais baianos, que fazem parte desta pesquisa (Anísio Teixeira e Clemente Mariani), são oriundos de famílias tradicionais, conservadoras e exerceram poderosas interferências na política regional e estadual.

Anísio Spínola Teixeira, nasceu em Caetité, no Estado da Bahia, filho de Diocleciano Pires Teixeira e Ana Spínola Teixeira, é oriundo de família de latifundiários, senhores de terra que concentravam poder e influência política. Aluno que se destacava nas atividades escolares, começou os estudos no Colégio São Luiz

Gonzaga aos sete anos em Caetité. Migrou para a Salvador em 1914 e na capital continuou os estudos e concluiu o ensino médio no Colégio Antônio Vieira. Recebeu formação moral e cristã, em toda a sua educação básica sob influência de sacerdotes jesuítas. Ao concluir o ensino superior na Faculdade de Direito da Bahia foi nomeado Inspetor Geral de Ensino do estado em 1924, cargo que exerceu até 1929, quando desenvolveu uma importante reforma educacional na Bahia.

Clemente Mariani Bittencourt, filho do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt e de Ana Clemente Mariani Bittencourt, também baiano, era descendente de uma família que possuía título de nobreza, em sua árvore genealógica consta que sua bisavó era irmã do Barão de Cotegipe<sup>28</sup>. Mariani foi criado em um engenho da família no município de Catu, alfabetizado por sua avó paterna, concluiu o ensino primário no Ginásio Nossa Senhora da Vitória (dos irmãos Maristas) e o estudo secundário no Ginásio Ipiranga, em Salvador. Ingressou na Faculdade de Direito da Bahia em 1916 e durante a formação superior atuou concomitantemente como jornalista da Revista de Assistência Judiciária Acadêmica e como advogado. Seguiu ocupando-se do jornalismo, o que colaborou para expandir o interesse pela carreira política.

Tanto Anísio Teixeira, quanto Clemente Mariani são provenientes de famílias de grande envergadura baiana, com forte influência política, estudaram o curso primário e ginásial em escolas confessionais e concluíram o curso superior na Faculdade de Direito da Bahia. A formação intelectual dos herdeiros das famílias brasileiras tradicionais, patrimonialistas e conservadoras do século XX foi influenciada pela origem dos patriarcas. Os genitores desejavam que seus herdeiros seguissem uma espécie de “dom” que acreditavam descender nessas linhagens e os filhos deveriam acatar as sugestões da família, principalmente no que se referia à carreira profissional, uma tentativa de manter o *status quo* de uma sociedade hierarquizada. Anísio Teixeira e Clemente Mariani foram criados para seguir carreira política, o primeiro não atendeu ao desejo do pai e nunca concorreu a um pleito político partidário. O segundo agregou a atividade político partidária com outras ocupações e

---

<sup>28</sup> O Barão de Cotegipe foi um político influente e ocupou cargos importantes no segundo reinado. Foi ministro das relações exteriores, juiz, deputado, senador da província, chefe de polícia e presidente do Banco do Brasil. Político conservador, defensor do latifúndio e contrário ao abolicionismo. Fonte: CPDOC – Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clemente-mariani-bittencourt>

foi eleito deputado estadual em 1924, mas abandonou o mandato para assumir a cátedra de direito comercial na Faculdade de Direito da Bahia. Em 1928 foi eleito novamente e participou da reforma constituinte baiana com muitas emendas aprovadas, inclusive a de dissolução de partidos. Em 1930 retornou para as atividades da docência e da advocacia.

Os caminhos de escolarização individuais percorridos pelos intelectuais baianos Anísio Teixeira e Clemente Mariani se aproximavam, apesar de posicionamentos diferentes durante o processo de formação. Devemos levar em consideração o que Sirinelli denomina de “montante, no curso do rio” e não deixarmos de observar os diferentes percursos, as curvas e os obstáculos enfrentados de forma individual, que contribuem para a “compreensão de como os sujeitos se transformam em intelectuais” (Alves, 2019, p.34).

Os intelectuais em estudo tiveram um *boom* nas suas carreiras na década de 1920, de acordo com Bomeny (1993, p.25), “a década de 20 caracterizou-se no Brasil pela emergência de propostas e projetos liberais em distintas áreas de atuação político-social”. No caso da Bahia, Anísio Teixeira, enquanto Inspetor Geral do Ensino do governo Góes Calmon elaborou uma reforma do ensino, a Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, nos moldes americanos e a “preocupação tanto de Góes Calmon quanto de Anísio [foi] construir uma escola que preparasse as crianças para a vida e para o mundo do trabalho. Uma educação que ensinasse pela ação” (Luz, 2009, p.90). Anísio Teixeira reconheceu que o estado necessitava de uma expansão escolar e novos métodos de ensino para combater o analfabetismo. De acordo com Luz (2009, p.152), “a escola deveria ser construída para preparar para esse futuro imprevisível, de uma sociedade em constante transformação”. Tratava-se de uma escola nova, ativa e moderna.

O movimento escolanovista contribuiu para essa mudança que tendia para o liberalismo com a proposta de escola para todos como possibilidade de gerar igualdade de oportunidades, mas se mostrava conservador com a necessidade de centralização dos serviços educacionais nos estados. Os intelectuais, de forma individual e coletiva, apresentavam coerência com o pensamento da escola nova, entretanto percebemos ambiguidades em suas ações. Essa conduta pode ser explicada a partir das relações entre política e educação estão diretamente

associadas aos diversos grupos políticos que disputavam a prevalência de seus projetos a todo o momento. Não podemos analisar tais relações e disputas de forma banal e aligeirada. Conforme Alves (2019, p.35) simpatias e hostilidades, amizades e rancores, solidariedade e competição mesclam-se nas configurações e nos deslocamentos que marcam as redes de sociabilidade. As tensões se estendem para o nível da cultura política, “não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva” (Berstein, 1988, p.357), é a partir do aglomerado de diversas interferências que se forma o indivíduo político.

Na década de 1930 a Bahia experienciou uma efervescência política. De acordo com Silva (2011, p.23) “a ‘Revolução de 30’ desfez a perspectiva de acomodação e bem-estar” dos políticos baianos depois que Juracy Magalhães foi empossado interventor do estado. A chegada de Juracy Magalhães – jovem, militar e cearense – para a interventoria do estado da Bahia, significou a derrocada dos interesses políticos regionais. Para enfrentá-lo, os grupos de diferentes facções locais liderados por J.J. Seabra, Otávio Mangabeira, Simões Filho e Gois Calmon uniram-se na resistência ao novo interventor “forasteiro”. Apesar da oposição, Juracy Magalhães organizou o Partido Social Democrático – PSD, permaneceu no governo do estado até 1935 como interventor quando reassumiu o cargo, por eleição indireta, continuou no mandato até 1937. Nesse contexto, Clemente Mariani participou da formação do Partido Social Democrático – PSD, na Bahia, assumiu a posição de primeiro secretário do governador e foi eleito o deputado estadual mais votado do estado.

No período compreendido entre 1930 e 1945 a elite política baiana almejou recuperar a autonomia política reduzida com a Revolução de 1930 e o Estado Novo, a partir do movimento denominado “autonomista” que “transformou-se em uma bandeira de luta capaz de reunir diferentes facções, locais, colocando lado a lado antigos adversários, velhas e jovens lideranças” (Silva, 2011, p. 31). O movimento autonomista atuou em diversos estados e embora Clemente Mariani estivesse mais engajado em questões político partidárias, Anísio Teixeira também participou da ação e redigiu o programa do Partido Autonomista do Distrito Federal (Partido Revolucionário). Os principais líderes políticos da Bahia pós-revolução de 1930 foram Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, mas a luta autonomista não foi tarefa fácil, o centralismo político e administrativo de Vargas dificultava o combate ao governo.

Clemente Mariani não aceitava os postulados do Estado Novo, durante a ditadura afastou-se da política e voltou para as atividades de docência, advocacia e para as atividades comerciais. Anísio Teixeira foi mais afetado pelo processo de centralização do regime de Vargas, as atividades que desenvolveu tanto no Instituto de Educação quanto na Diretoria de Instrução do Distrito Federal foram encerradas em 1935 e “com o acirramento político do período, as acusações que faziam contra Anísio Teixeira, associando suas ideias ao comunismo, ganharam maior relevância com o levante da Aliança Nacional Libertadora - ANL” (Rocha, 2016, p.194). Em dezembro desse mesmo ano, o intelectual pediu demissão do cargo de Diretor de Instrução do Distrito Federal e se refugiou em Caetité, no interior da Bahia.

Ao perceber que o regime do Estado Novo entrou em decadência, Juracy Magalhães, interventor recém removido do cargo, aderiu ao movimento autonomista de enfrentamento ao governo Vargas. Nesse processo de disputas, Otávio Mangabeira foi eleito governador do estado da Bahia. Após a deposição de Vargas, no processo de “redemocratização”, novos partidos políticos foram criados e antigos partidos ganharam nova configuração. Clemente Mariani, que esteve filiado ao PSD, decidiu se candidatar a assembleia constituinte, em 1945, pela legenda UDN, partido de orientação conservadora e de oposição a Vargas. Após vencer as eleições pela UDN, em 1946, Mariani foi indicado para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Saúde no Governo Dutra – PSD.

Embora estivéssemos em processo de transição política para tendência democrática, os partidos políticos UDN e PSD possuíam traços autoritários, conservadores e Clemente Mariani, apesar de ser considerado um liberal, representou, em grande medida, a manutenção desse governo de orientação elitista. Para exemplificar essa afirmativa, pode-se destacar o episódio da cassação do registro do Partido Comunista, Mariani era um anticomunista radical e foi relator da proposta que proibiu o funcionamento de partidos políticos seguidores de doutrinas consideradas antidemocráticas. Outro evento autoritário aconteceu quando assumiu o Ministério da Educação e Saúde, fechou temporariamente a sede da União Nacional dos Estudantes – UNE, em virtude da promoção de um congresso da paz por

considerar que era de “inspiração comunista”<sup>29</sup>. Enquanto esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, Mariani manteve o modelo de comando centralizado que vigeu durante o período Vargas e continuou promovendo as políticas autoritárias de educação e saneamento, apesar da queda do Estado Novo.

De acordo Senra (2017, p. 211) “Clemente Mariani não se inclui entre os pensadores que marcaram a educação brasileira, a educação foi uma das frentes em que atuou na sua trajetória como político e empresário”. Ao observar informações sobre a vida pública desse intelectual podemos perceber que acumulou as atividades de professor, empresário, banqueiro, jornalista, mas sobretudo de grande articulador político. Embora a educação não tenha sido a principal atividade que exerceu, enquanto Ministro da Educação e Saúde, Mariani contribuiu para acolher e articular a implantação de um projeto de educação pública que foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, de grande relevância para o país naquele contexto.

No período que assumiu o Ministério, Mariani se aproximou de Lourenço Filho e convocou o intelectual escolanovista que gozava de prestígio e reconhecimento entre seus pares para contribuir na direção da referida Campanha. Por esse motivo, apesar das evidências não apontarem as mesmas interrelações, suas concepções e atitudes não podem ficar ausentes dos exercícios de interpretação que tentamos realizar. Lourenço Filho, foi o educador indicado pelo Presidente Dutra para ocupar o cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação e acolhido pelo Ministro Mariani. Na correspondência sobre a gestão de Lourenço Filho no Ministério da Educação e Saúde, Clemente Mariani relata que acolheu com agrado a sugestão da escolha de Eurico Dutra e as relações de colaboração que mantinham foram substituídas pelos laços de uma recíproca estima<sup>30</sup>.

Pode-se dizer que os intelectuais Anísio Teixeira, Clemente Mariani e Lourenço Filho consolidaram as carreiras profissionais na década de 1920. Lourenço Filho, foi pedagogo de grande envergadura, o intelectual ocupou muitos cargos importantes relacionados com a educação. Assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública do Ceará em 1922 e, simultaneamente, lecionou na Escola Normal de Fortaleza, após

---

<sup>29</sup> Fonte CPDOC - Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clemente-mariani-bittencourt>

<sup>30</sup> Fonte: CPDOC. Classificação: CMa pi Mariani, C. 1950/1955.00.00. Série: pi - Produção intelectual  
Data de produção: Entre 1950 a 1955.

dois anos no exercício das mencionadas atividades, voltou para São Paulo para ocupar a cátedra de Psicologia da Escola Normal de São Paulo, nessa instituição organizou a psicologia como campo científico para a pedagogia. Muito envolvido com a educação, Lourenço Filho esteve presente nas primeiras conferências Nacionais de Educação (1927 e 1928) e começou a ganhar maior notoriedade quando participou do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o educador colaborou nos ministérios de Francisco Campos e Gustavo Capanema, exercendo funções de chefe de gabinete, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, em 1937, e a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Lourenço Filho conseguiu participar ativamente no setor educacional durante todo o governo de Vargas e, ainda assim, cooperar com a nova proposta de governo na gestão de Eurico Gaspar Dutra, no pós-1945. Se o governo ditatorial deixou um legado autoritário e conservador, é importante esclarecer que o processo de redemocratização correu a passos lentos e permeado de conflitos, tensões e resistências. Lourenço Filho, de acordo com Mariani, foi a melhor opção para ocupar o cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação porque não foi perseguido durante o regime ditatorial, isso significa que houve mudança no regime de governo, entretanto, o planejamento para a educação permaneceu com concepções propostas no Estado Novo. Com esta perspectiva o Governo Federal reconhecia que precisava alfabetizar e instruir os trabalhadores para assumir outros papéis no processo de democratização e ocupar novos empregos, todavia, a nova campanha de alfabetização de adultos e jovens foi conduzida por velhos propósitos voltados para uma educação cívica e moralizadora.

Durante o ministério de Clemente Mariani, Lourenço Filho colaborou com dois eventos educacionais importantes para o governo: a construção do texto da Lei de Diretrizes e Bases, em 1948, e a contribuição mais importante para o Governo Dutra consiste na concepção, sistematização e direção geral da CEAA. Segundo Mariani, ao aceitar o convite para chefiar o Departamento Nacional de Educação, Lourenço Filho trazia no pensamento a campanha de ensino supletivo. Para o Ministro Mariani, uma das motivações para Lourenço Filho aceitar o cargo teria sido a oportunidade de realizar a Campanha aproveitando o aparelhamento do governo para montar uma campanha publicitária e de orientação do espírito cívico, bem como a utilização dos professores e das instalações escolares existentes. Atrelada ao Ministério da

Educação e Saúde, a CEAA foi concebida em uma conjuntura que previa um crescimento econômico do país e essa mudança exigia uma escolarização formal para o trabalhador.

## **4 CEEA: EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O TRABALHADOR**

O objetivo desta parte é compreender a relevância da Campanha para a formação do trabalhador a partir da seguinte pergunta de partida: quais as ações da instalação da CEEA para a formação de trabalhadores na Bahia? A análise é embasada nos seguintes documentos: nos cartazes didáticos; no Primeiro Guia de Leitura – LER, no manual de instruções aos professores de ensino supletivo, no texto “Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise” publicado por Lourenço Filho na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1965, que contém alguns resultados da CEEA. Entendendo que os documentos não são neutros, no processo de interpretação foi necessário cruzá-los com outras fontes para alicerçar a discussão com fundamentação teórica, pois é no “aprofundamento teórico, em diálogo com outros campos do conhecimento, que nos permite produzir, como historiadores, a visibilidade das diferenças das várias formas de manifestações humanas” (Veiga, 2008, p.16). Nessa parte pesquiso a CEEA, em três peculiaridades: inicialmente, analiso a tentativa da campanha em formar o aluno trabalhador; em seguida avalio os cartazes didáticos como uma nova proposta de apoio pedagógico e para finalizar busco compreender os resultados da Campanha.

### **4.1 Formação do trabalhador e aumento da produtividade**

A educação de adultos, de acordo com a historiografia, recebeu pouco investimento e visibilidade até o período pós-Segunda Guerra Mundial. Vanilda Paiva (2003) afirma que a educação popular no Brasil foi dividida em três fases: a primeira fase, do descobrimento até 1808, que consiste ao período colonial, a educação popular foi praticamente inexistente; a segunda fase, de 1808 a 1870, com a vinda da família real para o Brasil, a principal preocupação foi com as escolas superiores destinadas às elites, enquanto a educação popular foi negligenciada. Na última fase, estabelecida pela autora, que começou com a independência da nação, obtivemos uma mobilização maior em torno da educação popular, mas somente após a Segunda Guerra Mundial a educação para adolescentes e adultos começou a se destacar dentro dessa dimensão da educação popular relacionada justamente aos interesses de fortalecimento e expansão da economia.

O final da Segunda Guerra trouxe repercussões para todo o mundo. Os EUA, saíram do conflito como uma grande potência estava interessado em expandir sua influência ao redor do mundo, expandir o capitalismo. O expansionismo da intervenção norte-americana, exigiu de seus aliados uma nova configuração em todas as instâncias sociais, inclusive para a economia. O novo arranjo social que previa o crescimento econômico também reivindicava aumento da produtividade do trabalhador e aspirações para uma sociedade urbano-industrial e essa exigência deveria repercutir na educação formal de adolescentes e adultos aptos para o labor. Pouco investimento em educação significava escassez de mão de obra qualificada. Não era novidade para o Brasil a busca pelo crescimento econômico e, de acordo com Gomes (2013, p.25), “uma das maiores chaves do período pós-guerra, a do nacionalismo, aliado ao desenvolvimentismo, fazia o país acreditar que seria mais brasileiro, mais moderno e mais justo socialmente”. Essa afirmação se reforça quando entendemos desenvolvimentismo como:

Política econômica formulada e executada, de forma deliberada por governos (nacionais e subnacionais) para, através do crescimento e da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (Fonseca, 1990, p.40).

Compreendemos que, no final da década de 1940, a nação não possuía uma “liderança no setor industrial”, mas caminhava para o planejamento de uma política econômica intervencionista com fortalecimento do processo de industrialização. As avaliações sobre qual governo podem ser, de forma mais precisa, associadas ao desenvolvimentismo são diversas, para Fonseca (1990), a primeira experiência desenvolvimentista ocorreu com Vargas no governo do Rio Grande do Sul (1928 a 1930) e esse modelo de política econômica se esgotou na década de 1970, no entanto, persiste, embora por razões que não são mais as mesmas, sob condições historicamente diversas. Nesse sentido, podemos dizer que no período em que foi instalada a CEEA, o Brasil estava em um processo que priorizava políticas de desenvolvimento econômico e as mudanças educacionais se movimentam juntamente com as condições socioeconômicas e políticas daquele contexto.

O conceito de desenvolvimentismo não está citado diretamente na documentação, mas aparecem alguns indícios que podem ajudar a compreender que a CEAA estabeleceu objetivos e metas, tanto no planejamento, quanto na execução de ações direcionadas para uma educação preocupada com a formação do trabalhador e com o aumento da produtividade. O Governo estava atormentado com os índices elevados de analfabetismo da população adulta, o Ministro da Educação e Saúde professor Clemente Mariani, em entrevista coletiva à imprensa sobre o plano da Campanha, no dia 15 de janeiro de 1947, declarou que:

[...] o quadro geral é desolador. De toda a população produtiva do País, metade está impossibilitada de eficiente participação na vida de trabalho e na vida cívica, por lhe faltarem mesmo os mais rudimentares recursos de cultura. E isso explica muitos de nossos problemas sociais. Para que possamos organizar a vida do País, em base democráticas, será preciso dar ao povo saúde e educação, condições de vida que, aliás, só podem existir conjugadas. E não bastará o trabalho com as crianças em idade escolar, que só produzirá resultado no futuro. Será preciso tentar a recuperação da grande massa da população brasileira ainda desprovida de instrução (RBEP, 1947, p.65).

A citação acima apresenta elementos-chave para entendermos a conjuntura do momento e as intenções da Campanha como: “população ativa”, “eficiente participação na vida de trabalho” e “problemas sociais”. Para o Ministro, a falta de instrução da população em idade para o trabalho inviabilizava não somente a vida no trabalho, como a vida cívica e a saúde e por isso, seria necessário “recuperar” a “grande massa” carente de instrução. Outra questão que merece atenção é a preocupação com o tempo presente, quando o Ministro menciona que o trabalho com as crianças em idade escolar proporcionará resultados no futuro percebemos dimensão da urgência na formação da população em idade produtiva.

Nessa mesma entrevista, Mariani, informou que a taxa de analfabetismo do censo de 1940 revelou, na população de 18 anos e mais, a taxa geral de 55% de analfabetos, no entanto, considerou que mais da metade da população em idade produtiva encontrava-se incapacitada para participar o trabalho e para o civismo. Segundo o Ministro, para organizar o país com base na democracia era preciso recuperar a massa analfabeta conjugando educação e saúde. Complementando, ainda sobre a Campanha, o Ministro anunciou que:

O trabalho não visará apenas a alfabetização. Cada classe deverá ser um centro de propagação de informações úteis, no sentido da educação da saúde, da educação cívica, da vulgarização das modernas técnicas de produção agrícola e de pequenas indústrias (RBEP, 1947, p.65).

Na citação acima, mais uma vez, o Ministro reforça a necessidade de uma educação voltada para a saúde e educação cívica e deixa mais claro a preocupação com “modernas técnicas de produção agrícola e de pequenas indústrias”. O processo de construção da classe trabalhadora, em nosso país, de acordo com Gomes (2005) foi incorporado, basicamente, nos anos pós-30 e especialmente no Estado-Novo, em que o mercado de trabalho precisava criar um modelo novo de trabalhador educado para valorizar o trabalho “como atividade moralizadora e saneadora socialmente”. Percebemos, no entanto, que desde a década de 1930, estava sendo montada uma nova configuração para o trabalhador brasileiro, com o crescimento do ensino técnico para a juventude, pautado nas diversas dimensões da vida social, envolvendo a saúde, vida familiar, alimentação e civismo, ou seja, dentro do espírito centralizador do Governo Vargas.

Durante o Estado Novo foram tomadas medidas concretas favoráveis à educação popular, a exemplo da Comissão Nacional do Ensino Primário, criada em 1938, para “estudar e propor as bases da política a seguir em matéria do ensino primário e também estabelecer um plano de combate ao analfabetismo” (Paiva, 2003, p.148). Apesar do esforço, o censo de 1940 registrou altos índices de analfabetismo entre os adultos. O ensino da população adulta começou a ganhar maior importância com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP, em 1945, que destinou 25% das verbas para a educação de adolescentes e adultos e permitiu o lançamento da CEAA.

O desafio da CEAA foi ampliar o esforço em capacitar mão de obra potencializando uma formação pedagógica preocupada com o analfabetismo entre os adolescente e adultos, prosseguindo com as “atividades moralizadoras e saneadoras socialmente” apesar de estarmos em um momento histórico-político, de reabertura do processo político eleitoral e uma suposta vitória dos ideais democráticos. Para Paiva:

A educação para a democracia parece ter sido o principal fundamento da CEAA: um meio para assegurar a estabilidade das instituições através da integração das massas marginalizadas ao processo político

e um instrumento para a preservação da paz social (Paiva, 2003, p. 209).

Conforme a citação acima, Paiva (2003) presume que a CEAA concebeu a educação para a democracia como um fundamento, e que significava garantir segurança para as instituições por intermédio da inserção das massas marginalizadas ao processo político e um modo de preservar a paz social.

Maria Victória de M. Benevides (1996) menciona que a educação para a democracia deve formar “o ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade” (Benevides, 1996, p.225). Entendemos que as sentenças: ‘estabilidade das instituições’, ‘integração das massas marginalizadas ao processo político’, e ‘preservação da paz social’, citadas por Paiva (2003) estão em consonância com uma educação voltada para o civismo e para a dominação e possui uma perspectiva diferente dos princípios de educação para a democracia que Benevides (1996) apresenta. Nesse sentido, consideramos que a CEAA facilitou uma expansão do ensino para as massas marginalizadas para fortalecer o próprio estado e manter a paz social.

O Estado passava por um processo de redemocratização, o qual instigava intelectuais e políticos estabelecidos no poder do Estado a preocupação com o restabelecimento dos direitos civis que se materializava com a volta de eleições diretas, entretanto, havia as restrições para participação dos analfabetos nos pleitos eleitorais. O ensino formal, não estava organizado para promover a educação voltada para a democracia, é nesse contexto de tensão que surgem educadores de larga experiência e políticos que vislumbram possibilidades futuras que agregam esforços pedagógicos e de articulação política para pensar e planejar a elaboração de políticas públicas para a educação para formar adultos e jovens capacitados. Compreendemos que a CEAA esteve voltada para ampliar o acesso de estudantes jovens e adultos a uma instrução mínima, focada em orientar os deveres de trabalhadores e cidadãos orientados para a participação eleitoral e a manutenção das relações sociais que começavam a emergir no país.

Nesse sentido, e conforme mencionado anteriormente, havia uma preocupação com o analfabetismo entre os adultos, em termos das evidências documentais, para o idealizador da Campanha:

O analfabeto padeceria de “minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco, e é frequentemente explorado no seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares da cultura de nosso tempo (Lourenço Filho, s/d, p.05).

Lourenço Filho enfatiza a mediocridade do analfabeto e sua incapacidade de realizar atribuições do direito, como votar e ser votado. Isso significa que havia um interesse da CEAA em formar eleitores. O desconforto com o analfabetismo não era exclusivo das autoridades brasileiras, havia uma inquietação para atender compromissos educacionais assumidos no plano internacional, com interferência da UNESCO para toda a América Latina e em decorrência disso, foi realizado VI Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em (1949). O evento, patrocinado pelo governo brasileiro e impulsionado pela UNESCO e OEA, com a cooperação da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da Organização Mundial da Saúde - OMS, do Escritório Internacional de Educação de Genebra (coordenado por Jean Piaget, que participou do evento), do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Comissão Nacional da Unesco no Brasil). Sediado no Brasil, o evento durou cinco semanas e reuniu profissionais de educação de vários países, incluindo México, Guatemala, Argentina e Venezuela. No discurso proferido na cerimônia de abertura do Seminário, Lourenço Filho, destacou a experiência brasileira com a Campanha de Educação de Adultos e declarou como principal objetivo do encontro:

Examinar as condições históricas, sociais, geográficas, econômicas e administrativas, indicando conferir princípios e técnicas para fixação de esquemas comuns, que são a égide da UNESCO, possivelmente venham a alcançar formas concretas, em termos de franca cooperação entre técnicos e instituições técnicas de diferentes países (Lourenço Filho, 1949, p.2).

O Seminário abordou temas como: legislação, organização administrativa, publicidade e formação do espírito público, cooperação particular, cooperação de organizações universitárias e escolares em geral, financiamento e a sugestão de um planejamento mais extenso para o programa de educação de adultos que deveria

envolver divulgação científica, artística, profissional ou cultural, em geral<sup>31</sup>. Para os organizadores do evento, onde quer que se organizasse campanhas de educação, esses múltiplos aspectos deveriam ser previstos, pois a leitura não seria um fim em si mesmo, mas simples instrumento. Embora a CEAA não considerasse a leitura e escrita como únicas preocupações montou uma grande estrutura para auxiliar no processo de apropriação do sistema alfabético e contou a produção de cartilhas e com a confecção e divulgação de cartazes didáticos.

#### **4.2 Os cartazes didáticos: uma estética de apoio pedagógico**

O objetivo dessa seção é analisar a proposta pedagógica da Campanha a partir dos cartazes didáticos de divulgação da Campanha. Os cartazes didáticos foram produzidos a partir do Primeiro Guia de Leitura – Ler e correspondiam ao material de apoio pedagógico da Campanha apresentados em outro formato de visualização, no qual a lição, para além do guia de leitura impresso, ampliava a possibilidade de leitura visual do material didático. A linguagem visual dos cartazes, pode ser compreendida, tanto como recurso didático, quanto pode ser considerado como instrumento de divulgação, já que, ao serem afixados nas paredes das salas de aula, locais onde estudantes e outras pessoas poderiam ler os textos escritos e imagéticos dos cartazes. Os cartazes da CEAA eram peças gráficas simples, padronizadas, similares, no formato A3 (42cm X 29,7cm) bastante utilizado na impressão dessas peças. Podemos considerar o cartaz didático como uma mídia, um meio de comunicação de apoio destinado a um público-alvo que não estava habituado a essas referências imagéticas, portanto, as linguagens escrita e imagética precisavam ter amplo alcance visual para facilitar a leitura.

A figura 05 está em preto e branco<sup>32</sup>, mas apresentaremos posteriormente os cartazes que possuíam uma cor alaranjada vibrante. De acordo com a simbologia das

---

<sup>31</sup> Como produto desse seminário foi criado o Manual de Educação dos Adultos que orientou uma “ação de profundidade” para a zona rural, dando origem a CNER. O Manual de Educação dos Adultos não foi encontrado para apreciação.

<sup>32</sup> Na perspectiva da fotografia como fonte de pesquisa histórica o estudo da imagem requer uma série de normas e procedimentos de investigação considerando o período da publicação para problematização e interpretação. Conforme Kossoy (2002), a imagem fotográfica não é apenas uma ilustração, ela traduz um instante e devemos esgotar todo tipo de informação sobre o contexto. Um exercício de investigação posterior pode analisar a

cores, o laranja está associada à criatividade, alegria, vitalidade, prosperidade e sucesso. De acordo com Cardoso, a cor:

[...] é uma ferramenta poderosa na transmissão de ideias e pode captar a atenção do público de diversas formas. Há um universo de possibilidades ao trabalhar com a cor, por suas dimensões estéticas, psicológicas, simbólicas, representativas, culturais e físicas (Cardoso, 2010, p.09).

Nesse sentido, a cor alaranjada dos cartazes didáticos se constituiu em um elemento importante e não foi escolhida aleatoriamente, trata-se de uma cor intensa, cheia de sentidos que oferece um chamamento para a visualização da imagem do texto que compunha a mídia de apoio pedagógico.

**Figura 05 - Classe da CEAA na Bahia**



Fonte: CPDOC/FGV – Classificação: LF foto 141

Percebemos que os cartazes tinham a função de auxiliar na compreensão dos conteúdos por que permaneciam afixados na parede durante todo o período letivo, conforme apresentado e assinalado com um círculo, na figura 05. A mesma fotografia acima permite visualizar a existência de seis cartazes afixados na parede da sala, dos

---

fotografia de forma crítica e reflexiva, e deve se concentrar em situar os interesses que nortearam a produção, circulação e recepção destas imagens, e em compreender o significado que desponta da narrativa visual.

quais, dois deles são de difícil identificação e outros quatro cartazes didáticos produzidos para a Campanha, com base no Primeiro Guia de Leitura – LER. Os cartazes serão analisados posteriormente, porém, se faz necessário realizar alguns esclarecimentos sobre Primeiro Guia de Leitura – Ler.

O Guia de leitura que possui o formato de uma cartilha, apresenta três séries de lições: a primeiras lições, as lições centrais e as lições finais, em ordem crescente de dificuldade. A organização da Campanha recomendou aos professores a não utilização do termo “cartilha”, porque os impressos com esse formato no Brasil são identificados como suportes destinados à realização de atividades educativas de leitura e escrita orientada para a educação infantil. Nesse estudo vamos utilizar o conceito de cartilha em consonância com Mortatti (2019, p.78) que a considera como “um livro didático onde se encontra o método a ser seguido e a matéria a ser ensinada, de acordo com certo programa oficial estabelecido previamente”, ao que parece, foi dessa forma que o Guia de Leitura – LER da CEEA foi representado. Nesse sentido, foi organizado a partir do método do missionário estadunidense Frank Charles Laubach. O método Laubach foi empregado, inicialmente, nas Filipinas, em 1915, e depois disseminado em outros países da América Latina, inclusive no Brasil. O professor Lourenço Filho, que nutria uma preocupação com a alfabetização dos brasileiros, antes do estabelecimento da CEEA, foi o responsável por apresentar o missionário e revisitar o novo método de alfabetização. Em 1943, o missionário Laubach proferiu palestras em Recife para divulgar método e sua proposta didática foi adotada na campanha de educação de adultos no Brasil.

O sistema Laubach consistia na compreensão da psicologia do adulto, de textos adequados à sua leitura, na aprendizagem por silabação, mediante a análise de palavras-chaves, no uso de pequenos desenhos e pequenas frases. Estava, pois, baseado no método analítico ou de sentencição. Para Laubach, os objetivos do ensino da leitura para o adulto deveriam levá-lo a aprender sílabas de forma fácil e agradável (Costa, 1995, p.09).

O método Laubach tinha a preocupação com a leitura e a escrita a partir da divisão silábica, da oralidade e das imagens que correspondiam às palavras. De acordo com Lima (2013, p.41), no método em questão, “o ensino, teoricamente, neutro, não se apropriava da realidade do educando, não se relacionava ao contexto

familiar, social, econômico e/ou político de cada um, seu objetivo era, estritamente, inculcar habilidades de leitura e escrita”.

Além das lições que apresentam o código alfabético, o Guia contém textos curtos sobre a importância de ler, a saúde, o trabalho, a família e a pátria, e foram organizados por uma comissão do Ministério da Educação e Saúde composta pelas professoras Dulcie Kanite Vicente Viana, Helena Mandroni e Orminda Isabel Marques, juntamente com o auxílio do INEP. Observamos na figura 05 e constatamos na documentação consultada que foram confeccionados quatro cartazes intitulados de “Quadros I, II, III e IV”, que serão examinados a seguir a partir das instruções contidas no manual de “Instruções aos professores de ensino supletivo”, folheto de orientação didática distribuído para os professores e voluntários da Campanha.

O manual de instruções aos professores de ensino supletivo era o único recurso de orientação pedagógica disponível para o docente, pois não havia um treinamento para esses docentes. O manual está dividido em três partes: O professor e a Campanha de Educação de Adultos; Pontos gerais a atender no ensino de adolescentes e adultos; e Emprego do Primeiro Guia de Leitura “LER”.

**Figura 06 - Cartaz didático da Campanha: Quadro I**



Primeira Lição do Guia Ler

Primeiro cartaz didático

Ao analisar o manual compreendemos que o Quadro I (Figura 06) corresponde exatamente à primeira lição do Primeiro Guia de Leitura – LER, e utilizou apenas as vogais. Na primeira coluna do cartaz encontram-se os desenhos e as palavras, na segunda coluna as vogais e na terceira coluna as vogais se repetem em um formato decrescente de tamanho. Conforme o manual de instrução dos professores, as letras pequenas no final de cada linha são para identificar os alunos com baixa visão e precisam de óculos.

De acordo com o manual, a primeira iniciativa do professor devia ser encorajar o aluno para `ler` os desenhos e, sem seguida, pedir que um dos alunos realize a leitura, repetindo-a em voz alta, para acertar a percepção do leitor que as palavras formadas em dois movimentos, ou seja, em duas sílabas. A intenção era estimular o aluno a perceber o som dos fonemas que se realizam devido ao processo de silabação que era auxiliado pelo uso de palavras-chave que eram repetidas nas aulas seguintes, de acordo a orientação do método Laubach. As palavras-chave são apoiadas em desenhos claros e simples, em tamanho grande, sempre que aparecem pela primeira vez, no entanto, “a partir da imagem de uma determinada figura, demonstrava-se a divisão de suas sílabas, reforçando em cada uma delas o seu “som”, para a formação de novas palavras e pequenas frases” (Lima, 2013, p.41).

Na última linha da Figura 06, encontra-se a sentença, “eu ia à ilha”. Conforme a Campanha, na lição inicial os alunos eram induzidos a ler palavras e toda uma sentença. A orientação contida no manual de instrução dos professores para ler a sentença é a seguinte:

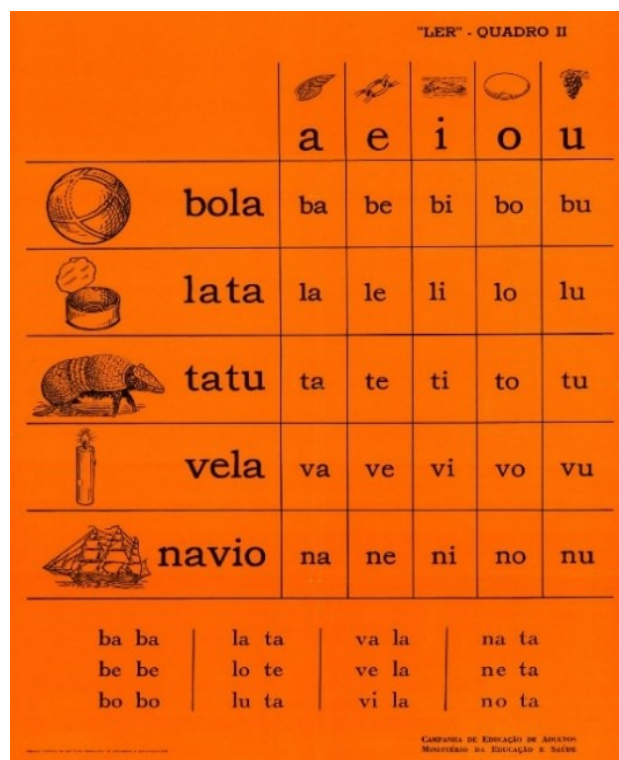
Aqui está um e, de elo, e um u, de uva.  
Vamos dizer os dois sons, um logo depois do outro: e - u, eu.  
E, adiante? Um i, de ilha e um a, de asa.  
Vamos dizer os dois, um depois do outro: í - a, ia.  
Aparece um outro a separado, eu, ia, a.  
Vem adiante uma palavra que todos já conhecemos: ilha.  
Agora vamos ler tudo: eu ia à ilha." (RBEP, 1947, p.xx).

A estratégia acima foi montada para auxiliar na leitura da última frase da lição que mostra uma sentença construída a com as vogais apresentadas na lição. Percebemos que a estratégia está em consonância com o método Laubach devido à preocupação com os fonemas quando apresenta os sons das vogais uma após a outra para formar a frase. Outra preocupação é com a silabação. De acordo com o manual de instruções, ao apresentar a sentença “eu ia à ilha” o professor deveria informar aos alunos que os sons das vogais se combinam em casais, dois a dois, três a três. Percebemos que essa é uma estratégia para apresentação das sílabas que serão exploradas nas lições subsequentes.

Seguindo as instruções da Campanha, ao professor é recomendado ter paciência, animar toda classe a ler e falar das vantagens da leitura. A motivação e a repetição eram os requisitos básicos do método. Outra recomendação do método é o emprego de sentenças relacionadas ao cotidiano dos alunos no material de apoio didático, o que não se aplica nessa lição. A maioria dos alunos da CEAA estavam situados nas zonas rurais do país e não tinham acesso às ilhas. A lição expressa no Quadro I, está claramente com um contexto camuflado. Não é uma lição totalmente descolada do contexto porque os alunos conhecem “asa”, “elo” e “ovo”, porém, as palavras “ilha” e “uva” estão em um contexto disfarçado e desconectado da realidade.

O segundo cartaz (figura 07 – Quadro II), representa as lições com as consoantes que, de acordo com o manual, possuem os mesmos valores (b, l, t, v, n) e está inserido no bloco das primeiras lições referente às vogais e as consoantes menos complexas. As vogais são repetidas nesse segundo cartaz, juntamente com as ilustrações da asa, do elo, da ilha, do ovo e da uva, mas com tamanho menor visando maior fixação do aluno. A recomendação da Campanha, descrita no manual de instrução, é que não fosse passada a lição sem verificar se todas as vogais estivessem bem denominadas pelos alunos. Ao professor era solicitado informar que os sons das vogais aparecem nas lições, às vezes sozinhos, às vezes com outras letras, que não soam em separado.

**Figura 07** - Cartaz didático da Campanha: Quadro II



Fonte: Acervo digital CPDOC/FGV – Identificação CMA foto 011

Cada palavra do cartaz (bola, lata, tatu, vela e navio) está representada por uma lição no Guia de Leitura – Ler, isso significa que esse cartaz apresentava cinco lições, e a recomendação era sempre repassar a lição anterior antes de começar uma nova. Apesar de visualizarmos uma preocupação em todos os cartazes, assim como no Guia de Leitura, com a apresentação de palavras representando as “famílias” silábicas em consonância com o método de silabação, o manual de instruções indicava que “o objetivo principal das primeiras lições não era o de fazer conhecer as sílabas, mas levar os alunos à compreensão da estrutura silábica regular da língua e da representação uniforme dos mesmos sons pelos mesmos sinais” (RBEP, 1947, p. 82). Isso significa que o método de ensino era baseado na repetição e na memorização da estrutura silábica regular utilizadas para demonstrar e representar o som que ajudaria a formar novas palavras e pequenas frases.

De acordo com o manual de instruções, o Quadro III (Figura 08) apresenta consoantes que alteram de modo diverso a vogal quando aparecem antes ou depois dela (s, r, l, m, n). O cartaz representa, segundo o bloco de atividades do Guia de Leitura, as lições centrais.

**Figura 08** - Cartaz didático da Campanha: Quadro III

"LER" - QUADRO III

	<b>dado</b>	da	de	di	do	du
	<b>sapo</b>	sa	se	si	so	su
	<b>pato</b>	pa	pe	pi	po	pu
	<b>mala</b>	ma	me	mi	mo	mu
	<b>rato</b>	ra	re	ri	ro	ru
	<b>faca</b>	fa	fe	fi	fo	fu

COMPANHIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Fonte: Acervo digital CPDOC/FGV – Identificação CMA foto 011










A respeito do método de silabação, a comissão organizadora da Campanha justificou que o método foi escolhido por quatro motivos: 1) na prática do ensino de adultos o método se revelou eficaz; 2) porque a compreensão do aluno a partir das primeiras lições, o auxílio das palavras-chave em cada lição e a repetição nas lições subsequentes faria com que o discente caminhasse sozinho na leitura; 3) o processo era conhecido por professores e voluntários; 4) a prática do método possibilitaria ao aluno ensinar outros analfabetos da família ou da vizinhança. O ponto de partida para as lições eram as palavras-chave apoiadas em desenhos claros, simples, de tamanho grande e que sempre reapareciam nas lições posteriores. Percebemos que a intenção era ler os desenhos e na sequência ler as palavras representadas nas figuras. Nesse sentido, ler as imagens antecede a leitura do texto escrito em prosa ou em verso, por esse motivo a fixação dos cartazes na sala de aula era de grande importância para relacionar as imagens com as famílias silábicas.

Conforme o manual, deveria ser evitado a apresentação das sílabas isoladas e da soletração do tipo (b-a ba). As consoantes deveriam ser apresentadas unidas com as vogais e representadas como “a letra da palavra dado” ou “a letra da palavra sapo”.

Após o domínio das sílabas, a tarefa era encorajar o aluno a ler as palavras da primeira coluna dos cartazes, descobrindo os pedacinhos que os alunos já conhecem. O Quadro IV (figura 09) oferece grupos consonantais (ch, lh, nh) com o som do “h” mudo, (j e g) com duplo som, a utilização do “ç”, as combinações com “qu”, e os sons de “x” e “z”. O cartaz apresenta as palavras correspondentes da segunda parte das lições centrais do Guia de Leitura.

O Quadro IV, anuncia novas palavras com combinações silábicas mais complexas e a recomendação é continuar com o ensino coletivo e avançando nas partes não estudadas. Outro elemento de fixação utilizado nas classes de ensino supletivo da CEEA era a cópia. O material de leitura era entregue ao aluno com seu nome na capa em letra cursiva, a professora da turma ficava encarregada de escrever o nome do aluno, em letra cursiva e bastante clara, a fim de que fosse copiado.

**Figura 09** - Cartaz didático da Campanha: Quadro IV

"LER" - QUADRO IV	
 <b>chave</b>	cha che chi cho chu
 <b>ilha</b>	lha lhe lhi lho lhu
 <b>ninho</b>	nha nhe nhi nho nhu
 <b>jacaré</b>	ja je ji jo ju
 <b>gato</b>	ga gue gui go gu ge gi
 <b>cabeça</b>	ça ce ci ço çu caco cubo
 <b>leque</b>	que qui qua quo
 <b>zebra</b>	za ze zi zo zu
 <b>xícara</b>	xa xe xi xo xu

Fonte: Acervo digital CPDOC/FGV – Identificação CMA foto 011

Durante o desenvolvimento das lições os alunos eram estimulados a escrever à mão os modelos do Guia, quanto as palavras que apareciam no contexto da aula e as professoras escreviam no quadro. Anteriormente informamos que o Guia de Leitura

- LER apresenta três séries de lições: a primeiras lições, as lições centrais e as lições finais. Os cartazes não representam a terceira seção das lições do Guia.

As lições finais iniciam retomando todo o alfabeto com a apresentação das letras maiúsculas e minúsculas seguidas de palavras diferentes das anteriormente apresentadas. Na sequência são disponibilizados oito textos para a leitura que o manual de instruções chama de “leitura corrente”, quando os alunos, possivelmente, teriam autonomia para ler as lições. Apesar de produzido e distribuído em 1947, a cartilha obedecia, em grande medida, aos critérios apresentados no Seminário Interamericano Alfabetização e Educação de Adultos, em 1949, para seleção ou preparação de material de leitura destinada a adultos que aprendem a ler. Foram estabelecidos quatro critérios: 1 – Ter feição prática e relacionar com a necessidade e interesse do leitor; 2 – Simples e de extensão limitada; 3 – Impresso de forma legível e clara; 4 – Variados e acessíveis.

**Quadro 09 - Títulos dos textos das Lições Finais**

01	Já sei ler
02	A saúde
03	O trabalho
04	A família
05	O cacho de uvas
06	Nossa pátria
07	O Brasil
08	Como é bom saber

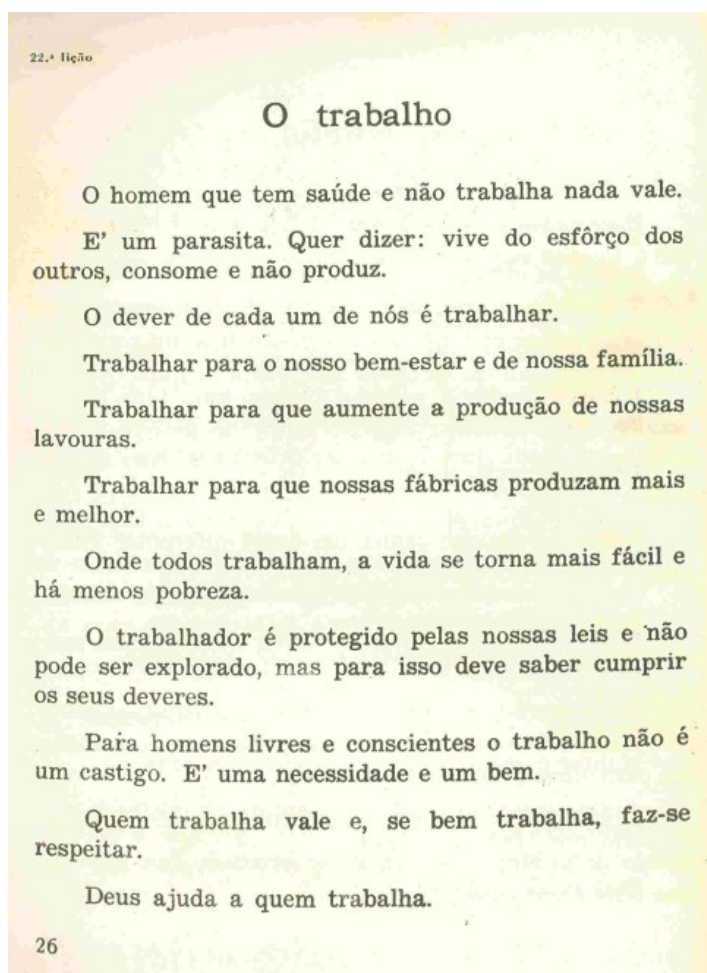
Fonte: Primeiro Guia de Leitura – LER

Ao visualizar o Quadro 09, podemos perceber a partir dos títulos que os textos podem ter feição prática e/ou estar relacionado com os interesses e necessidades do leitor. A lição sobre “O cacho de uvas” desarmoniza um pouco, pois a CEAA esteve presente em todos os estados do Brasil e em algumas localidades não eram comuns a plantação e a comercialização da uva. Os textos são simples, curtos, claros, legíveis, variados e acessíveis. Ao analisar abordagens com maior profundidade visualizamos

que, mesmo contendo textos com as denominações: “trabalho”; “saúde”; “família”, e “Nossa pátria” essas palavras parecem com muita frequência em todos os textos disponibilizados na terceira parte do Primeiro Guia de Leitura – LER. Ao contabilizar quantas vezes as palavras trabalho, saúde, família e pátria aparecem nos oito textos das lições finais da cartilha, detectamos, respectivamente, 15 vezes, 09 vezes, 10 vezes e 08 vezes. A palavra trabalho é a mais mencionada.

O texto intitulado “O trabalho”, lição de número 22 das lições finais, possui onze períodos. Conforme a figura 10, podemos perceber que em apenas no segundo período não aparece a palavra trabalho ou uma de suas variações, mas se trata de um complemento da primeira frase. A intenção do texto é afirmar que o homem que tem saúde e não trabalha é um parasita, e vive do esforço dos outros porque consome e não produz.

**Figura 10 - Texto “O trabalho”**



A cartilha utiliza uma linguagem simples, direta e prescreve um modelo de comportamento a ser seguido pelo aluno adulto, advindo de uma postura moral cristã mencionando Deus e a necessidade de aprender a ler para conhecer as “grandes verdades do evangelho”. Especificamente na lição 22, que se dedica ao trabalho, o texto aborda a importância do esforço do trabalho para o bem-estar, o aumento da produção na lavoura, nas fábricas e a diminuição da pobreza. O texto menciona a proteção do trabalhador pelas leis, “mas para isso deve saber cumprir os seus deveres”. A liberdade, a consciência e o respeito estão condicionados ao trabalho que não deve ser encarado como um castigo e sim como uma necessidade. As relações entre o trabalho e a educação continuarão sendo investigadas, a partir dos resultados da CEAA prevendo os processos marcados por valores culturais de racionalização e dissimulação da precariedade do trabalho.

#### **4.3 Os Resultados da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos**

O objetivo desta seção é examinar os resultados alcançados pela Campanha, tomando como referência o texto intitulado “Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise”, publicado por Lourenço Filho, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1965. Entendemos que a CEAA foi além das disputas político partidárias e instaurou novas práticas de intervenção do Estado no processo de escolarização formal para adolescentes e adultos. Trata-se de um projeto de grande envergadura. As classes de ensino supletivo foram financiadas com o auxílio federal com o montante de 25% do Fundo Nacional do Ensino Primário, Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, que destinou os recursos à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Esses recursos foram aplicados em forma de auxílio para cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades. As classes de ensino supletivo da CEAA foram instaladas em todo o Estado e distribuídas conforme a tabela 06:

**Tabela 06** - Quantidade de classes supletivas em 1947, no Brasil

<b>Estados da Federação</b>	<b>Classes em funcionamento</b>
Guaporé	24
Acre	30
Amazonas	100
Rio Branco	05
Pará	109
Amapá	20
Maranhão	458
Piauí	362
Ceará	700
Rio Grande do Norte	260
Paraíba	450
Pernambuco	938
Alagoas	380
Sergipe	150
<b>Bahia</b>	<b>1.635</b>
Minas Gerais	1500
Espírito Santo	170
Rio de Janeiro	370
Distrito Federal	200
São Paulo	1.006
Paraná	331
Santa Catarina	120
Rio Grande do Sul	420
Mato Grosso	100
Goiás	346
<b>Total</b>	<b>10.184</b>

Fonte: RBEP, vol. XI, nº 29, jul. / ago., 1947

O plano de ação da Campanha era instalar, no Brasil, dez mil classes de ensino destinadas a adolescentes e adultos e podemos perceber que os números foram além, totalizando 10.184 classes. Conforme os dados da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:

Quando se tenha em conta que todas as classes de ensino primário no Brasil pouco excedem de 40 mil, e que as classes de ensino supletivo até então existentes, não chegavam a mil, poder-se-á ter ideia do grande esforço que exigiu essa fase de implantação, a ser feita de modo a alcançar todos os municípios do país, sem exceção de um só (RBEP, 1947, p. 07).

De acordo com a citação acima, as classes de ensino supletivo, antes da Campanha, não chegavam a mil. A implantação da CEAA permitiu que as classes de ensino supletivo alcançassem todo o território nacional com um aumento exponencial de mais de 1000% (hum mil por cento). Conforme a tabela 06, a Bahia contabilizou

1635 (hum mil seiscentas e trinta e cinco) classes no ano de 1947. No entanto, conforme levantamento realizado nesta investigação, a partir das portarias de designação de professores para as classes de ensino supletivo instituídas pela Campanha, o estado baiano foi contemplado com 1600 classes. Conforme podemos observar, a Bahia, nesse primeiro momento de instalação da CEAA, foi o estado que mais recebeu classes de ensino supletivo. Tal prerrogativa pode ser explicada a partir do censo de 1950 que registrou 4.834,574 (quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) habitantes, o que representava 9,2% da população brasileira e apontava o estado como o terceiro maior do país<sup>33</sup>, em número de habitantes, com taxa de analfabetismo de 66,74%.

Dos cento e cinquenta municípios baianos identificados no censo de 1950, quatro deles tinham população superior a cem mil habitantes, são eles: Salvador com 417,265 (quatrocentos e dezessete mil e duzentos e sessenta e cinco) habitantes; Itabuna com 147 730 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e trinta) habitantes; Ilhéus com 134 240 (cento e trinta e quatro mil e duzentos e quarenta) habitantes; e Feira de Santana 107 205 (cento e sete mil e duzentos e cinco habitantes). Os quatro municípios juntos possuíam 806 410 habitantes (oitocentos e seis mil e quatrocentos e dez), o equivalente a 17% dos habitantes do estado da Bahia. Os referidos municípios foram contemplados com maior número de classes de ensino supletivo da CEAA, porque possuía uma movimentada atividade econômica, que na avaliação dos executores da CEAA necessitava realizar a alfabetização dos trabalhadores.

Quanto a distribuição populacional baiana, de acordo com o censo de 1950, 48,67% eram homens; 51,33% mulheres. Os alfabetizados representavam, 33,15% dos homens e 27,33% das mulheres com dez ao ou mais anos que sabiam ler e escrever. Para esses números de alfabetizados, 67,31% no quadro urbano, 39,27% no quadro suburbano e 20,29% no quadro rural, isso significa que mais de 80% da população rural não sabia ler e escrever. Esse número alarmante de analfabetos na zona rural não esteve restrito apenas à Bahia, por esse motivo, em março de 1951, o Ministério da Educação e Saúde realizou diversas reuniões para discutir o problema da educação das comunidades rurais do Brasil e verificar as realizações nesta esfera

---

<sup>33</sup> A Bahia na retaguarda dos estados de São Paulo e Minas Gerais, com 9.134,423 e 7.717,792, habitantes respectivamente. Fonte: Censo do IBGE 1950.

educacional. Dentre as várias conclusões geradas por esses encontros, os técnicos responsáveis entenderam que os processos administrativos realizados para reconhecer os problemas rurais produziam resultados imperfeitos, rígidos, abstratos, uniformes e que não reconhecia a diversidade social e cultural do campo.

No Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação, pelo professor Nelson Romero diretor-geral da DNE, os técnicos responsáveis interpretaram que na zona rural existia uma estrutura que gerava nomadismo, monocultura, analfabetismo, baixos padrões de vida e descuidado com a saúde. A solução, portanto, seria empreender uma solução profunda, de resultado permanente, unindo a educação fundamental às reformas de estrutura agrária, 'um trabalho de recuperação total do homem rural em seu habitat, através da educação'. Após traçar um plano geral, os trabalhos de sondagem foram iniciados em áreas escolhidas seguindo os critérios de: suficiente densidade demográfica; divisão da propriedade; importância econômica e problemas de recuperação.

Para isso, foram recrutados um primeiro núcleo de profissionais que trabalhavam conjuntamente, um sociólogo rural, um médico, um geógrafo, um agrônomo, um técnico agrícola, um operador de cinema e um técnico de rádio. Em dezembro de 1951, o chefe dos trabalhos apresentou um relatório ao DNE com a seguinte conclusão: "Já não se trata mais de alfabetizar em massa, construir escolas, espalhar postos de saúde e sim substituir uma cultura por outra mais adequada às condições atuais do mundo" (Nóbrega, 1954, p.185). Notemos que começamos nosso estudo estabelecendo um recorte temporal datado de 1947 a 1963. Um período que teve início no pós-Segunda Guerra, pós-Estado Novo, no qual o país passava por um processo de redemocratização, focado tanto no desenvolvimento econômico do país, como no artifício eleitoral com a realização de quatro eleições diretas. Esse processo foi conduzido sob forte interferência norte-americanas (principalmente na educação), novas demandas para a formação do adulto trabalhador e a instituição de uma Campanha direcionada para educar a mão de obra do país, buscando orientá-la para se movimentar na direção de atender às exigências sociais, políticas e econômicas do mercado. Todavia, é interessante pensar que os processos históricos não são estáticos.

A propósito, de acordo com Lourenço Filho (1945) o adulto deveria se educar para a melhoria das condições de saúde, de vida cívica, religiosa, tornando os elementos ativos e prestantes para a vida social, e a Campanha de Educação de Adolescente e Adultos seguiu com esse objetivo. A partir das investigações realizadas na zona rural, em 1951, a União montou um plano de educação estendeu suas atividades para a zona rural com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), cujo objetivo era realizar uma reforma cultural no meio rural assentado na organização das comunidades, serviço social em grupo, educação agrícola, educação sanitária, desempenhando um papel central nas formas de funcionamento da zona rural (Ramos, 2017).

A CNER, instituída em 1952, atuou nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul, funcionando em paralelo com a CEEA. Segundo Lourenço Filho (1965, p.263) “nada menos que 63% das classes estavam localizadas em áreas rurais”. O quadro 10 reforça a afirmação ao revelar que 44% dos alunos exerciam atividade agrícola.

**Quadro 10 - Atividades Profissionais dos Alunos**

<b>Atividade Profissional</b>	<b>Porcentagem</b>
Atividades Agrícolas	44%
Serviços Domésticos (maior parte mulheres da cidade e do campo)	33%
Encargos do comércio; serviços industriais e nas forças armadas	14%
Representava adolescentes e pessoas inativas (em idade avançada)	9%

Fonte: Lourenço Filho. RBEP – v.44, n 100, out/dez 1965, p. 250-272

Percebemos também que o índice de alunos matriculados se concentrava nas atividades laborais relacionadas com a agricultura e com os serviços domésticos, consideradas de menor valor comercial, as duas juntas somavam 77% dos alunos da Campanha. Notemos que dentre os alunos que atuavam no serviço doméstico a maioria era mulher da cidade e do campo, isso significa que tínhamos discentes da zona rural dentro dessa amostra, o que amplia o número de trabalhadores rurais nessa estatística. Os trabalhadores do comércio, dos serviços, da indústria e das forças armadas somavam 14% dos alunos da Campanha, enquanto 9% representava os

alunos adolescentes e as pessoas consideradas inativas e com idade avançada para trabalhar.

Na Bahia, de acordo com o recenseamento de 1950, 70,97% dos moradores que moravam na zona rural trabalhavam na agricultura. No quadro geral, a Bahia possuía 3.584,068 (três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e sessenta e oito) habitantes na zona rural, o que significava 74% da população. Nos outros estados não era muito diferente, pois a população rural, nesse período estudado, prevalecia sobre a população urbana e suburbana. Esses dados reforçam a instalação de um desdobramento da Campanha específica para a zona rural, vista como um local de atraso.

No entanto, a CNER não foi a primeira iniciativa projetada para a educação do trabalhador rural. Na década de 1920, Sud Mennucci idealizou o Ruralismo Pedagógico, um movimento de ruralização cujo objetivo era fixar o homem na zona rural e relacionava o ensino com a formação para o trabalho e as práticas de saúde. O Ruralismo pedagógico caminhava na direção de uma concepção mais ampla de ruralismo brasileiro que consistia em um “movimento político e ideológico, institucionalizado, com demandas específicas, previamente organizado e de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil” (Mendonça, 1997, p.10). Desse modo, podemos afirmar que havia uma reafirmação da vocação agrícola na produção intelectual brasileira preocupada com formação e expansão do mercado de trabalho no meio rural. O movimento entendia que o grande mal da nação era o atraso na agricultura e caminhava na direção da modernização própria do meio rural, em oposição ao mundo urbano.

Sud Mennucci (1944, p. 28) é o autor da célebre citação “impossível, portanto, separar a educação da produção”. O educador foi, por três vezes, Diretor-geral do Ensino do estado de São Paulo e diplomou-se na Escola Normal de Pirassununga, mesma instituição de formação de Lourenço Filho, com quem manteve posições hostis. Apesar de sofrer influência da Escola Nova, Mennucci criticava a reprodução de modelos estrangeiros defendidas por Lourenço Filho, Anísio Teixeira, e Fernando de Azevedo (Cardoso e Holf, 2019). O empenho do educador em identificar e resolver os problemas e do meio agrícola através da educação foi relevante para o meio rural.

A CNER adentrou à zona rural com a anuência do Estado e desfrutava de condições financeiras para realização de Missões Rurais que se destinavam à formação de Centros Sociais em Comunidade, construção de Centros de Educação Audiovisual, treinamento de professores rurais, técnicos e educadores de base. Na Bahia, as Missões aconteceram nos municípios de Cruz das Almas, Feira de Santana, São Gonçalo, Senhor do Bonfim e Ipiaú. Como justificativa para a instalação das Missões, acreditava-se que apenas a instrução escolar seria insuficiente para resolver o atraso das comunidades rurais em relação às cidades e para modernizar a zona rural era necessária uma mudança de comportamento utilizando técnicas educacionais com foco na instrução escolar, educação sanitária e educação agrícola (Ramos, 2017). No decorrer de todo o texto, entendemos que Lourenço Filho estava preocupado com o aproveitamento da leitura na vida profissional e social ao afirmar que em localidades com economia de mercado ascendente “[...] a leitura passa a ter preço, são sentidos como úteis e benéficas...” (Lourenço Filho, 1965, p.266).

Outro dado pertinente para a defesa da instalação da campanha como formadora de mão de obra encontra-se no Quadro 11, quando mostra que 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino supletivo estavam na faixa dos quatorze aos vinte anos e 22% (vinte e dois por cento) dos alunos se encontravam na faixa de idade de entre vinte e um e trinta anos. Notemos que, o indivíduo com idade de quatorze a trinta anos está em plena atividade de trabalho e ao contabilizar as duas faixas etárias em questão, encontramos 92% (noventa e dois por cento) dos alunos do ensino supletivo aptos para o labor. De acordo com o relatório do II Congresso de Educação de Adultos em 1951, foram criados os Centros de Iniciação Profissional, que caminhava lado a lado com os Cursos de Ensino Primário Supletivo, com uma representatividade menor, em 1956 possuía 8.965 alunos. No cotejamento das fontes encontramos evidências dos cursos de iniciação profissional nas áreas de: corte e costura, bordado, metal, aproveitamento de fibras, trabalhos em couro, trabalhos em madeira e noções de tapeçaria.

**Quadro 11 - Faixa de Idade do Alunos do Ensino Supletivo**

<b>Faixa de Idade</b>	<b>Porcentagem</b>
14 a 20 anos	70%
21 a 30 anos	22%
31 a 40 anos	6%
41 anos ou mais	2%

Fonte: Lourenço Filho. RBEP – v.44, n 100, out/dez 1965, p. 250-272

Ao regressar para os resultados apresentados no texto em questão, “Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise”, Lourenço Filho indaga “como se explica tão forte redução das taxas (de analfabetismo) no grupo típico, e assim em todos os demais, no prazo entre 1950 e 1960?”. Embora repetitivo, é necessário enfatizar nesse momento que o Lourenço Filho idealizou, instaurou e acompanhou a Campanha até o final da sua duração. Nesse sentido, não podemos estranhar que seu questionamento evidencia a redução das taxas de analfabetismo.

A tabela 07 expõe as taxas de analfabetismo e a estimativa populacional brasileira entre os censos de 1900 a 1960. Os dados evidenciam que mesmo com o crescimento de quase 300% da população, as taxas de analfabetismo dos indivíduos com quinze anos ou mais, em 60 anos, diminuiu praticamente pela metade.

**Tabela 07 - Taxas de Analfabetismo 1900 a 1960**

<b>Ano</b>	<b>Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais</b>	<b>População estimada</b>
1900	65,34%	18,7 milhões
1920	64,94%	30,6 milhões
1940	56,22%	41, 2 milhões
1950	50,69%	-----
1960	39,48%	70,1 milhões

Fonte: Lourenço Filho. RBEP – v.44, n 100, out/dez 1965, p. 250-272

De acordo com Lourenço Filho (1965, p.260) “a partir de 1947, em todos os municípios brasileiros estabeleceram-se classes de ensino supletivo”, o educador

utiliza esse argumento para justificar que a CEAA contribuiu para a diminuição das taxas de analfabetismo nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

A taxa de analfabetismo reduziu, enquanto a matrícula do ensino supletivo aumentou. A tabela 08 mostra que o número de matriculados aumentou significativamente a partir do ano 1947, com um maior crescimento em 1951. No caso da Bahia, em 1956, tínhamos cerca de 280 mil matriculados nas classes de ensino supletivo, com 11.196 cursos em 1600 unidades de ensino (Lourenço Filho, 1957, p.53).

**Tabela 08 - Matrícula no Ensino Supletivo – 1945 a 1959**

<b>Ano</b>	<b>Matrícula do Ensino Supletivo</b>
1945	138.562
1946	164.988
1947	659.606
1948	731.795
1949	667.720
1950	707.934
1951	737.891
1952	684.551
1953	662.327
1954	633.329
1955	520.169
1956	580.650
1957	456.497
1958	560.594
1959	484.498

Fonte: Lourenço Filho. RBEP – v.44, n 100, out/dez 1965, p. 250-272

O número de alunos cursando o ensino supletivo aumentou exponencialmente e essa era uma meta do idealizador da CEAA. Para Lourenço Filho o analfabetismo não significava apenas uma vergonha nacional, significava a incapacidade de organização, deficiência de previsão. Conforme o idealizador da Campanha, após apenas três anos de atuação, 1947, 1948 e 1949, do governo e do povo (com a atuação da igreja, de associações de classe, de voluntários individuais); “concorreram decisivamente para que essa quota reduzisse a 50%, como pode ser verificado no censo de 1950” (Lourenço Filho, 1958, p.38).

Contudo, Lourenço Filho segue na direção do entendimento da CEAA como um plano educacional que “reafirma os seus ideais baseados na educação extensa do

povo para a produtividade, sem, no entanto, o esquecimento dos valores morais e espirituais que a devem sempre inspirar” (Lourenço Filho, 1957, p.35). Dentro dessa concepção, na sessão de encerramento do II Congresso Nacional de Educação de Adultos o intelectual menciona que:

1. A educação de adultos surge como um imperativo de mudança social;
2. A mudança se caracteriza por uma ruptura dos grupos tradicionais, políticos, religiosos, estéticos, econômicos e jurídicos, decorrente da aceleração do processo de mobilidade social, com crescente participação de maiores grupos de pessoas nas decisões da vida coletiva;
3. No caso particular do Brasil, há a considerar, no momento, um grande e grave aspecto: a do despreparo de metade dos grupos da população adulta, os quais nas idades devidas, não recebem a educação elementar ou “educação de base” no sentido que está na expressão da UNESCO.

Importa atentar que a perspectiva de uma educação para a adultos institucionalizada, vinculada à lógica do mercado de trabalho e para construção de um indivíduo civilizado não está restrita ao período de formação e funcionamento da Campanha, todavia, não encerrou com o seu desmantelamento. As políticas públicas educacionais acompanham o movimento histórico e suas mudanças econômicas, sociais, culturais e disputas políticas, da mesma forma que cumpre uma função de conservação social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, foi implementada em 1947, tratou-se de um plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde em convênio com os estados e territórios, para distribuir classes de ensino supletivo em todas as regiões e territórios do país. A pesquisa está ancorada na seguinte pergunta: Como as concepções educacionais para a formação de trabalhadores provocaram disputas políticas na Bahia pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947 a 1963? Para responder esse problema de pesquisa formulamos os seguintes objetivos específicos: compreender o contexto político, social, educacional e cultural no qual a CEAA estava inserida; identificar os interesses político-partidários do estado da Bahia na proposição da Campanha de Educação de Adultos no contexto de 1947 a 1963; compreender a relevância da CEAA para a formação do trabalhador a partir dos Cartazes Didáticos da Campanha e do Guia de Leitura Ler.

Iniciamos o exercício da pesquisa realizando um balanço das produções sobre a CEAA no catálogo de teses e dissertações da Capes. Foram selecionadas seis produções, três ao nível de mestrado e três ao nível de doutorado. As produções, de modo geral, identificaram a CEAA como uma ação idealizada pelo Estado para eliminar o analfabetismo entre adolescentes e adultos. Os trabalhos analisados apontaram o analfabetismo como agente responsável pelo atraso do progresso no Brasil. A partir desse levantamento analisamos os caminhos de pesquisa percorridos pelos autores, quais abordagens metodológicas foram utilizadas e quais resultados alcançaram. Esse estudo minucioso das pesquisas elaboradas a respeito da temática possibilitou formular novas questões e realizar uma sintonia fina no problema dessa investigação sobre a CEAA.

Como podemos observar, trata-se de uma Campanha de grande envergadura que previa o estabelecimento de dez mil classes de ensino supletivo em todo país, no prazo de três meses. Essa urgência pode parecer impetuosa, mas encontramos, em documentos não oficiais, evidências de que Lourenço Filho não elaborou o Plano da Campanha de forma aligeirada. Há evidências de que o plano foi orientado por um

termo de acordo especial que descreveu as atribuições do Ministério da Educação e Saúde e dos estados para o funcionamento da Campanha. Para tanto, foram instituídas Delegacias Estaduais de Educação de Adultos – DEEA em todos os estados para fiscalizar, controlar e normatizar através portarias orientações para os trabalhos das classes de ensino supletivo. Para dar conta desta empreitada, analisamos duzentas e trinta e duas portarias expedidas pela DEEA, entre os meses de abril e dezembro do ano de 1947, que designava, transferia, dispensava e substituía os professores.

Detectamos a influência político partidária na instalação das classes a partir do cruzamento das portarias com as correspondências dos políticos locais com destinadas ao Ministro Clemente Mariani. As nomeações das professoras (es) foram instrumentos de negociação política. As disputas pelas classes de ensino supletivo são relatadas nos Diários da Assembleia Legislativa da Bahia. Nosso recorte temporal de 1947 a 1963 abrange um período recomposição da democracia do Estado Novo, com garantia de eleições diretas, em que os analfabetos eram impedidos de votar, por esse motivo a CEAA na Bahia tornou-se uma ferramenta importante para formar eleitores e angariar votos. Tensões e desentendimentos entre políticos locais diligenciavam as classes, mantinham a cordialidade e realizavam trocas de favores em defesa da manutenção do poder.

Os intelectuais Clemente Mariani, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, foram escolhidos pelo envolvimento direto com a criação, institucionalização e/ou desenvolvimento da CEAA e outras realizações que marcaram o cenário educacional no Brasil. Os profissionais da educação, em questão, despontaram para a cena pública na década de 1920 e ajudaram a organizar reformas educacionais importantes e com inspiração escolanovista. Estamos nos referindo a diferentes sujeitos políticos com aproximações e distanciamentos de concepções políticas e educacionais. De acordo com o Ministro Clemente Mariani, Lourenço Filho foi indicado pelo Presidente Dutra para assumir o Departamento Nacional de Educação, pois estava em melhores condições para realizar a revolução educacional sem maiores choques. O intelectual que percorreu o Governo Vargas durante o Estado Novo e apesar disso colaborou com a nova proposta do governo Dutra de forma amistosa.

A Campanha foi concebida em um contexto que exigia mudanças no processo de escolarização, tanto para o trabalhador em benefício do crescimento econômico, agropecuário e da indústria, quanto para assegurar o processo de democratização com a inserção dos estudantes da CEAA no processo eleitoral. A campanha foi relevante para a formação do trabalhador e a nação priorizou políticas de desenvolvimento econômico e transformações no processo de escolarização para se manter na direção da modernização e do progresso. Para os idealizadores da Campanha, a falta de instrução dos adultos inviabilizava a vida no trabalho, na vida cívica e na saúde. Todavia, a proposta da CEAA em alfabetizar e instruir grande percentual de analfabetos, conforme Lourenço Filho (1947), para “recuperar a massa” na tentativa de homogeneizar comportamentos, não levou em consideração as culturas locais.

O desafio era educar a mão de obra local e para viabilizar o processo de apropriação da leitura e da escrita a CEAA criou um amplo material didático para apoio pedagógico, incluindo cartazes que foram produzidos a partir do Primeiro Guia de Leitura – Ler. Os cartazes, em tamanho A3, eram afixados nas paredes das salas e reproduziam as lições de forma ampliada, o que possibilitava outra forma de visualização. O Primeiro Guia de Leitura, por sua vez, possuía três séries de lições: as primeiras lições, as lições centrais e as lições finais, em ordem crescente de dificuldade. As lições finais retomavam o alfabeto e disponibilizava oito textos de “leitura corrente”. Esses textos são simples, claros, curtos e a palavra trabalho é a mais mencionada seguida das palavras, saúde, família e pátria. A palavra trabalho não aparece de forma acidental, a relação entre trabalho e educação está profundamente articulada tanto no material didático quanto nos documentos oficiais e não oficiais utilizados para esse estudo.

Os resultados publicados pelo idealizador da Campanha, na RBEP, em 1965, são favoráveis. Conforme mencionado, Lourenço Filho idealizou, instalou e acompanhou a CEAA até o final de sua duração e apresentou um bom desfecho com a diminuição significativa da taxa de analfabetismo e o aumento exponencial das taxas de matriculados no ensino supletivo, entre as décadas de 1950 a 1960. O maior índice de alunos matriculados concentrava suas atividades laborais na zona rural e noventa e dois por cento estavam em idade de quatorze a trinta anos. Esse dado reforça a tese que a Campanha funcionou para formar o aluno trabalhador. No intuito de

responder ao nosso questionamento sobre como as concepções educacionais para a formação de trabalhadores provocaram disputas políticas na Bahia pelas classes de ensino da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947 a 1963, entendemos que a CEAA foi além das disputas político partidárias e instaurou novas formas de funcionamento com intervenção do Estado no processo de escolarização formal para adolescentes e adultos. A CEAA inaugurou uma ampliação da oferta do ensino supletivo tutelada pelo Estado para fortalecer a si próprio a partir da mudança de valores, costumes, crenças e práticas, na tentativa de formar trabalhadores.

Todo o material encontrado para a pesquisa, tanto no CPDOC/FGV, quanto nos Diários da Assembleia Legislativa e Diários Oficiais do Estado da Bahia receberam um tratamento de análise cuidadoso a partir da elaboração de quadros e tabelas produzidos com os dados cotejados, com o propósito facilitar a leitura do pesquisador e dos leitores. Os quadros e tabelas estão dispostos em apêndice e essas produções foram importantes porque permitiu a análise da CEAA para este estudo e ainda pode auxiliar em novas pesquisas. Acreditamos que todo texto produzido está sujeito a reformulações e reinterpretações a partir das possibilidades de construção de novos questionamentos e novas abordagens.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Revista de Filosofia**, v. 33 n. 67 (2019): v.33 n.67 jan./abr.2019

Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em 25 maio 2021.

ARAPIRACA, José. **Fisiologismo político e Qualidade da Educação**. Salvador: Ianamá, 1988.

BAHIA. Lei n. 1846, de 14 agosto de 1925. **Reforma a Instrução Publica do Estado**. Palácio do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134871>. Acesso em: 25 maio 2021.

BAHIA. **Portaria n. 27, de 02 de maio de 1947**. Baixando instruções para as professoras de classe de adultos e adolescentes analfabetos. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 3 de maio de 1947. p. 2911. [Biblioteca Pública do Estado da Bahia].

BAHIA. Portaria n.11, de 19 de abril de 1947. **Designa professores para as classes de ensino supletivo**. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 19 de abril de 1947, nº 1.306, p. 2.784/2.275. [Empresa Gráfica da Bahia].

BAHIA. Portaria n.35, de 10 de maio de 1947. **Baixa instruções para os diretores de escola do ensino supletivo**. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 10 de maio de 1947, nº.1.319, p. 3.029. [Empresa Gráfica da Bahia].

BAHIA. Portaria n.37, de 10 de maio de 1947. **Designa professores para as classes de ensino supletivo**. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 10 de maio de 1947, nº 1.319, p. 3.080. [Empresa Gráfica da Bahia].

BAHIA. Portaria n.38, de 13 de maio de 1947. **Designa professores para as classes de ensino supletivo**. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 13 de maio de 1947, nº 1.322, p. 3.101. [Empresa Gráfica da Bahia].

BAHIA. **Relatório do Secretário de Educação Isaias Alves no exercício de 1938-1939**. Salvador – Ba, 1939. [Arquivo Público da Bahia].

BAHIA. Secretaria de Educação e Saúde. **Relatório do Secretário da Educação Dr. Anísio S. Teixeira**, anexo à mensagem apresentada pelo Dr. Otávio Mangabeira, governador do Estado da Bahia, à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos de sua reunião ordinária, em 07 de abril de 1948. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948. 38 p. [Arquivo Público do Estado da Bahia].

BAHIA. Secretário de Educação e Saúde. **Relatório do secretário, Sr. Anísio Teixeira**, anexo à mensagem apresentada pelo Dr. Otávio Mangabeira, governador do estado da Bahia, à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos

de sua reunião extraordinária, em 07 de abril de 1949. Bahia, 1949. 42 p. [Arquivo Público do Estado da Bahia].

BAHIA: **Termo de acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado da Bahia** para execução do plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 24 maio, 1947. p. 3 236. [Biblioteca Pública do Estado da Bahia].

BEISIEGEL, C de R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BEISIEGEL, C de R. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974. Doutorado. Departamento de Ciências Sociais – Sociologia – da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com o título Educação de Adultos no Estado de São Paulo

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez 2005. 286p.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Educação para a Democracia: o individualismo e suas críticas. Lua Nova: **Revista de cultura e política**. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/>. Acesso em: 14 de dez. 2023.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean Francois (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349,963.

BICALHO, Delaine C. Habilidades Linguísticas. In: FRADE; COSTA VAL & BREGUNCI (org.). **Glossário Ceale**. Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/habilidades-linguisticas>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos** - Os anos 20, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, A. M e CATANI, A. (Org.). 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. **Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/11/1942, Página 16657. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/1/1946, Página 113. Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/116986/1946\\_Decreto-lei%20n.%208529%2C%20de%20%20de%20janeiro%20de%201946\\_Lei\\_Organica\\_Primary.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/116986/1946_Decreto-lei%20n.%208529%2C%20de%20%20de%20janeiro%20de%201946_Lei_Organica_Primary.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Serviço de Educação de Adultos. **Instruções aos professores de Ensino Supletivo**, em 02 de abril de 1947. Reproduzida da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v 11, n.29, p. 71-88, jul./ago. 1947.

BRITO, Gilmário Moreira. **Culturas e linguagens em folhetos religiosos do Nordeste: inter-relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade**. 2001. 293 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. O ensino rural e o desenvolvimento regional: propostas e atividades educacionais de Sud Mennucci – 1920 a 1948. **HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**. Acta Sci. Educ., v. 41, e41679, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v41/2178-5201-aseduc-41-e41679.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CARDOSO, Sidiney Teixeira. A fotografia e os elementos do design gráfico no cartaz comercial. **Revista UNIBH**, 2010. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/ecom/article/view/595>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Prefácio. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

CHERTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da educação**. ASPHE/ FaE/ UFPEL, Pelotas (11): 5-24, abr. 2002.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador**. 01/06/2012, 245 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFES.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAÚJO, Gilda Cardoso. **A Campanha de Adolescentes e Adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947 a 1950): a arte da guerra**, 2011. <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSTA, Gilda de Araújo. A campanha nacional de alfabetização de adolescentes e adultos de 1947. **Revista Pró-Discente**, v.1, n.1, p.05-14, Vitória, Programa de Pós-Graduação em Educação, 1995. Disponível em:

<https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

COTRIM, Miguel Antônio. **A Imagem do Poder: um olhar sobre os cartazes eleitorais brasileiros nas eleições presidenciais de 1989**. São Paulo, 2018.

Disponível em:

[http://anpap.org.br/anais/2018/content/PDF/27encontroCOTRIM\\_Miguel\\_Antonio.pdf](http://anpap.org.br/anais/2018/content/PDF/27encontroCOTRIM_Miguel_Antonio.pdf)

Acesso em: 29 jun. 2022.

CUBA, Rosana da Silva. Os discursos sobre moral e civismo em livros da coleção educar (1962), distribuídos a estudantes brasileiros da CEEA (1947 a 1963). **Revista de Estudos Semióticos**. Dez 2019, vol15, n 2, p.307-327. Disponível em:

[www.revista.usp.br/esse](http://www.revista.usp.br/esse). Acesso em: 05 jan. 2022.

DANTAS JUNIOR. **[Correspondência]**. Destinatário: Clemente Mariani. Rio de Janeiro. Correspondência com Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde, relativa à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no município de Ribeira do Pombal (BA), destacando-se correspondência de Dantas Júnior, deputado federal e de Oliveira Britto, secretário de Segurança Pública do estado da Bahia, sobre a nomeação e transferência de professores. CMA mes ce 1947.05.21/1. Acervo CPDOC. 21/05/1947 a 12/09/1947 (Data certa).

DEBRUN, M. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.

**História Oral**, [S. l.], v. 6, 2009. DOI: 10.51880/ho.v6i0.62. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 16 jan. 2022.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3. ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da História da Educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v2, n 1, p. 141-159, jan./jun., 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Processo de Escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FÁVERO, Osmar. **Memória das Campanhas e Movimentos de Educação de Jovens e Adultos (1947-1966)**, sd. UFF – PPG em Educação – Núcleo de Estudos e Doc. de Educação de Jovens e Adultos.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, agosto/2002.

FONSECA, Pedro C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. *In*: Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FORNACIARI, Gabriela Maria. **Da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos aos Grupos Escolares Noturnos: SÃO CARLOS, SP (1930 A 1950).** 21/08/2014 125 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESCOLAR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA, Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara.

FRENTE OPERÁRIA: **Boletim mensal para instrução do operariado baiano**. Salvador: Ano I, nº 07, novembro e dezembro de 1948. [Biblioteca Pública do Estado da Bahia].

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Analfabetismo, Práticas de Cura e População Negra: uma análise da produção discursiva da imprensa brasileira na década de 1850. **Revista Práxis Educacional**. 2022, v.18, n.49: e10768. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.10768>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes Batista. Manuais escolares e pesquisa em História. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GATTI JUNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. *In*: **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU. 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. As Marcas do Período. *In*: GOMES, Ângela de Castro (coord.). História do Brasil Nação. Volume 4: **Olhando para Dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado da Bahia: denso demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE - Conselho Nacional de Estatística: Serviço Nacional de Recenseamento. Volume: Série Regional. Volume XX, Tomo 1 – Bahia, 1950. Disponível em: <http://archive.org/details/censo1950vol20t1ba>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Título: **Recenseamento do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26463>. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Título: **Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico, censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 16 jan. 2023.

JACINTO DA SILVA, Carla Cristina; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História de Educação de Adolescentes e Adultos: campanhas de alfabetização, escolas noturnas e representações do analfabeto e de analfabetismo em Uberlândia – MG (1947 – 1963). **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.1, p. 103-124, jan. - abr. 2017.

JORNAL A TARDE. **Golpe de morte contra o analfabetismo: Instala-se, hoje, em todo país a Campanha de Educação de Adultos**. Salvador - Ba, 15 de abril de 1947. p.02. [Instituto Histórico e Geográfico da Bahia].

JORNAL A TARDE. **Instalada a Campanha de Educação de Adultos: vanguardeiro o município de Cachoeira – pleno sucesso do movimento**. Salvador - Ba, 16 de abril de 1947. p.02. [Instituto Histórico e Geográfico da Bahia].

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, jan./jun. 2001.

KLEIN, Rejane. **Os discursos da alfabetização de adultos e as representações do sujeito analfabeto**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78946>. Acesso em: 25 maio 2021.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Lourenço Filho e a Nacionalização do Ensino Primário (1917-1945). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35419>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

LIMA, Nathalia Rodrigues Faria de. O Método Paulo Freire: Conscientização e Organização Política nos anos de 1960. **Revista Contingência Crítica**. Dossiê: História Política, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/36470>. Acesso em: 29 jun. 2022.

LIMONGI-FRANÇA, A.C.; RODRIGUES, A.L. **Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática**. 4. ed. 5. impr. São Paulo: Atlas, 2012.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **A educação rural no México**. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Simões Filho. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, dez. 1951. [Biblioteca da FACED/UFBA].

LOURENÇO FILHO, M. B. O problema da educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 5 n. 14, ago. 1945. p.169 -185. [Biblioteca da FACED/UFBA].

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise". **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, out/dez 1965, p.250-272.

LOURENÇO FILHO, M.B. Introdução à Educação de Adultos. In: **Fundamentos e metodologia do ensino supletivo**. SEA/MÊS/DNE, agosto de 1950. [Biblioteca da FACED/UFBA].

LOURENÇO FILHO, M.B. **Revista do Ministério da Educação MEC** – Nº11, maio/junho – 1958. Setor de Divulgação/ Ano II, Rio de Janeiro, 1958, p.37-38. [Biblioteca da FACED/UFBA].

LOURENÇO FILHO, M.B. **Revista do Ministério da Educação MEC** – Nº4, março/abril – 1957. Setor de Divulgação/ Ano I, Rio de Janeiro, 1957, p.53. [Biblioteca da FACED/UFBA].

LOURENÇO FILHO M. B. **Revista do Ministério da Educação MEC** – Nº12, julho/agosto – 1958. Setor de Divulgação/ Ano II, Rio de Janeiro, 1957, p.35. [Biblioteca da FAGED/UFBA].

LUZ, José Augusto Ramos da. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)**. 173 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MAGALHÃES, Justino. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: GATTI JR. Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. **História da Educação em Perspectiva (org.)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

MAIOR. Luiz A. Souto. Brasil – Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Junho 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/8K3Py3Ccnwq7fJmxfNC4Hst/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MARIANI, Clemente. **[Correspondência]**. “O professor Lourenço Filho e a educação de adolescentes e adultos analfabetos”. Texto sobre a gestão de Lourenço Filho no ministério. Manuscrito. Fonte: CPDOC. Classificação: CMa pi Mariani, C. 1950/1955.00.00. Série: pi - Produção intelectual. Data de produção: Entre 1950 a 1955.

MARIANI, Clemente. **[Correspondência]**. Correspondência com Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde, relativa a CEAA em Ribeira do Pombal – Ba, destacando-se correspondência de Dantas Júnior, deputado federal e de Oliveira Britto, secretário de Segurança Pública do estado da Bahia, sobre a nomeação e transferência de professores. CMa mes ce 1947.05.21/1.1947, 13p.

MARTINS, Denilson. Educação Eleitoral – o ensino da história eleitoral do Brasil para a prática da cidadania. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. PDE, Artigos, Paraná, 2016.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MENNUCCI, Sud. **A ruralização**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 1944.

METRING, Roberte Araújo. **Pesquisas Científicas: planejamento para iniciantes**. Curitiba: Juruá, 2009.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Marília, SP: Unesp, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 52, novembro/2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Bt7RrtZ4TktqvRz9ZdbnMnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2020.

NÓBREGA, Vandick Londres. **Enciclopédia da Legislação de Ensino.**

Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1954, v.II, p. 184-193. In: Cremeja/ Acervo Digital/ Fundo Osmar Fávero/ Educação Popular I/ Exposição de motivos e regulamentos. Disponível em: [http://cremeja.org/a7/wpcontent/uploads/2019/08/Exposicao\\_de\\_motivos\\_e\\_Regulamento.pdf](http://cremeja.org/a7/wpcontent/uploads/2019/08/Exposicao_de_motivos_e_Regulamento.pdf). Acesso em: 15 set. 2023.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira. Novas abordagens de velhos objetos. **Revista Teoria & Educação.** Volume 06, 1992. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/historia.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 52, novembro/2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/4MxV99DvkWVqt5FTWXzPxbb/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, H. S. A trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia: primeiras leituras. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 37, 2020. v1i37.34196. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/34196>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PAULO, F. dos S. Legado de Celso de Rui Beisiegel: um dos pioneiros da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 233–244, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n12019-45718. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/45718>. Acesso em: 16 jan. 2022.

RAMOS, Eliene Rodrigues. **Campanha Nacional de Educação Rural - CNER: as Missões Rurais na Bahia e uma nova perspectiva de educação rural.** 2017, 141 p. Orientador: Gilmário Moreira Brito. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, 2017. Salvador, 2017.

RAMOS, Eliene Rodrigues; BRITO, Gilmário Moreira. A expansão da alfabetização de adultos na Bahia na administração de Anísio Teixeira (1946 a 1949). In: DICK, Sara Martha; CARRERA, Gilca Oliveira; VENAS; Ronaldo Figueiredo. **A Bahia na História da Educação.** Salvador: EDUFBA, 2018.

**Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).** Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Ministério da Educação e Saúde. Vol. XI, n.º 29, julho-agosto, 1947. [Biblioteca da FAGED/UFBA].

**Revista do Ministério da Educação MEC – N°11,** maio/junho – 1958. Setor de Divulgação/ Ano II, Rio de Janeiro, 1958, p.37-38. [Biblioteca da FAGED/UFBA].

**Revista do Ministério da Educação MEC** – Nº4, março/abril – 1957. Setor de Divulgação/ Ano I, Rio de Janeiro, 1957, p.53. [Biblioteca da FAGED/UFBA].

**Revista Quatro Séculos de História na Bahia.** Álbum de Comemoração do 4º Centenário. Salvador – Bahia: Revista Fiscal da Bahia, 1949. [Biblioteca Central do Estado da Bahia - Centro de Estudos Baianos 94(813.8) Qz].

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. **Experiências Norte-Americanas e Projetos de Educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935):** Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde: Rio de Janeiro, 2016.

SAMPAIO, Nelson de Souza. **O Diálogo Democrático na Bahia.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos/ Distribuidora: Livraria da Revista Forense, 1960.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Dois caminhos: porto e as opções de trabalho no sul da Bahia entre 1872 e 1940. **Almanack**, Guarulhos, n. 21, p. 239-272, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/LdGBsB4pgGrWzvvhvXyLfcJS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SENRA, Álvaro de Oliveira. Educação e Liberalismo no Pensamento de Clemente Mariani. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. 1, n. especial, p. 193-213, julho de 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.50847>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, Carla Cristina Jacinto da. **História da Educação de Adolescentes e Adultos: as campanhas e as instituições de ensino noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)**' 06/02/2015 141 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição:** luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (dirs.). **Para uma história cultural.** Traduzido por Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas.** 1995. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Magda B. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento.** Brasília: Rede Latino-americana de informação e documentação em Educação – Reduc, 1989.

SOARES, Magda B. Pesquisa em Educação no Brasil – continuidades e mudanças. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2006.

SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de. **Alfabetização de jovens e adultos em Mato Grosso: uma leitura das campanhas oficiais de 1947 a 1990.** 01/07/2007 162 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CUIABÁ Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial do IE/UFMT.

SOUZA, Camille Cristina Witsmizyn de; DANIEL, Leziany Silveira. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos na década de 1950:** análise em artigos em *Jornal Diário. Educere*. ISSN 2176-1396.

[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23308\\_12852.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23308_12852.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

SOUZA, George Evergton Sales. **Entre o Religioso e o Político:** uma história do Círculo Operário da Bahia. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Cândido da Costa e Silva. Universidade Federal da Bahia, 1996.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890.** 2006. 400 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação, saúde e assistência no Estado da Bahia em 1948.** Salvador, 1949. 80 p. Disponível em:

<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/educacao10.html>. Acesso em: 07 fev. 2022.

TERRA, Neuza Salles. **Concepções de alfabetização de adultos no Brasil no período de 1946 a 1964.** Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado) – UERJ.

VEIGA, Cynthia Greive. **História Política e História da Educação.** In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais e Educação. Pensar a Educação em Revista.** Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr. - jun./2015. Disponível em: [http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/vol\\_1\\_n\\_o\\_1\\_Carlos\\_Eduardo\\_Vieira.pdf](http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_n_o_1_Carlos_Eduardo_Vieira.pdf). Acesso em: 13 ago. 2023.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e Historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.19, e068, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 19 mar. 2021.

## APÊNDICE A

CENSO DEMOGRÁFICO – 01 de julho de 1950  
 IBGE – Conselho Nacional de Estatística  
 Serviço Nacional de Recenseamento  
 VI – Recenseamento Geral do Brasil  
 Estado da Bahia – Seleção dos principais dados  
 Rio de Janeiro – 1952 – Serviço Gráfico do IBGE

O Estado da Bahia possuía 150 municípios, de acordo com o censo em questão.

	MUNICÍPIO DA BAHIA	QUANTIDADE CLASSES	QUANTIDADE HABITANTES
01	Alagoinhas	25	52.007
02	Alcobaça	2	34.358
03	Amargosa	7	27.382
04	Andaraí	11	19.457
05	Angical	14	27.956
06	Aratuípe	4	6.351
07	Baixa Grande	3	12.714
08	Barra	17	31.781
09	Barra da Estiva	8	23.288
10	Barreiras	16	35.199
11	Belmonte	5	33.115
12	Boa Nova	6	54.102
13	Bom Jesus da Lapa	10	17.432
14	Brejões	5	13.327
15	Brotas de Macaúbas	11	25.342
16	Brumado	6	36.631
17	Cachoeira	18	26.979
18	Caculé	11	26.310
19	Caetité	18	40.642
20	Cairú	4	5.121
21	Camamu	3	25.834
22	Camaçari	13	13.800
23	Campo Formoso	14	48.092
24	Canavieiras	1	53.830
25	Caravelas	4	20.820
26	Carinhanha	10	2.979
27	Casa Nova	7	29.073
28	Castro Alves	18	38.912
29	Catu	8	16.437
30	Cicero Dantas	11	34.448
31	Cipó	9	19.867
32	Conceição de Feira	8	10.532
33	Conceição do Almeida	13	25.407
34	Conceição do Coité	9	38.864
35	Conde	8	14.431
36	Condeúba	18	70.823
37	Coração de Maria	8	20.256
38	Correntina	8	20.174

39	Cotegipe	13	20.190
40	Cruz das Almas	14	32.276
41	Curaça	4	27.103
42	Entre Rios	14	19.356
43	Esplanada	12	20.649
44	Euclides da Cunha	5	25.548
45	Feira de Santana	36	107.205
46	Glória	6	27.254
47	Guanambi	13	18.857
48	Ibipetuba	11	17.980
49	Ibitiara	9	22.799
50	Ilhéus	29	134.240
51	Inhambupe	11	41.481
52	Ipiaú	4	48.056
53	Ipira	11	53.291
54	Irará	12	46.711
55	Irecê	6	21.514
56	Itaberaba	7	56.990
57	Itabuna	35	177.730
58	Itacaré	6	23.117
59	Itambé	11	46.030
60	Itaparica	17	21.433
61	Itapicuru	2	32.060
62	Itaquara	2	8.415
63	Itirussu	4	6.951
64	Itiuba	5	19.477
65	Ituaçu	11	30.037
66	Ituberá	3	27.090
67	Jacaraci	7	26.129
68	Jacobina	25	61.681
69	Jaguaquara	9	19.116
70	Jaguarari	4	14.635
71	Jaguaripe	3	10.403
72	Jandaira	5	5.306
73	Jequié	21	90.155
74	Jeremoabo	10	27.937
75	Jiquiriçá	8	7.762
76	Juazeiro	15	34.416
77	Laje	5	11.646
78	Lençóis	6	9.896
79	Livramento de Brumado	12	26.898
80	Macajuba	3	6.993
81	Macarani	8	56.294
82	Macaubas	16	37.481
83	Mairi	9	25.737
84	Maracas	11	43.053
85	Maragogipe	18	36.868
86	Marau	6	8.307
87	Mata de São João	8	17.651
88	Miguel Calmon	8	30.544
89	Monte Santo	13	36.507
90	Morro do Chapéu	7	48.503
91	Mucugê	7	13.994

92	Mucuri	2	10.318
93	Mundo Novo	16	44.428
94	Muritiba	23	31.605
95	Mutuípe	4	11.806
96	Nazaré	14	24.045
97	Nilo Peçanha	4	18.108
98	Nova Soure	5	12.244
99	Oliveira dos Brejinhos	3	17.729
100	Palmas de Monte Alto	6	11.120
101	Palmeiras	6	7.839
102	Paramirim	6	26.073
103	Paratinga	5	21.050
104	Paripiranga	7	26.076
105	Piatã	13	30.725
106	Pilão Arcado	8	17.153
107	Djalma Dutra/Poções	11	99.270
108	Pojuca	5	6.191
109	Porto Seguro	6	25.826
110	Prado	5	33.104
111	Queimadas	4	12.999
112	Remanso	9	23.540
113	Riachão do Jacuípe	8	41.391
114	Riacho de Santana	6	21.301
115	Ribeira do Pombal	13	23.763
116	Rio de Contas	7	15.906
117	Rio Real	4	12.858
118	Rui Barbosa	12	97.317
119	Salvador Capital	107	389.422
	Subúrbio	35	27.813
120	Santa Cruz Cabrália	2	5.612
121	Santa Inês	8	25.162
122	Santa Luz	4	9.831
123	Santa Maria da Vitória	7	28.077
124	Santana	6	27.831
125	Santa Terezinha	12	36.168
126	Santo Amaro	49	85.739
127	Santo Antônio de Jesus	9	29.668
128	Santo Estevão	11	31.665
129	Santo Inácio	2	15.440
130	São Felix	7	14.801
131	São Felipe	10	25.343
132	São Francisco do Conde	12	11.077
133	São Gonçalo dos Campos	10	30.830
134	São Miguel das Matas	4	9.905
135	São Sebastião do Passé	18	21.135
136	Saúde	8	24.834
137	Seabra	11	37.216
138	Senhor do Bonfim	19	31.652
139	Sento Sé	7	14.750
140	Serrinha	10	68.413
141	Taperoá	5	9.580
142	Tucano	11	28.596

143	Uauá	2	10.811
144	Ubaíra	9	19.767
145	Ubaitaba	2	14.013
146	Una	5	11.352
147	Urandi	5	24.132
148	Valença	18	33.057
149	Vitória da Conquista	24	96.664
150	Xique-Xique	10	33.004
	<b>TOTAL</b>	<b>1600</b>	

## APÊNDICE B

### ZONAS TERRITORIAIS DA BAHIA - 1947

	Zona da Bahia	Quantidade de municípios	Quantidade de classes CEEA
01	Zona do Litoral Norte	07	79
02	Zona do Recôncavo	22	423
03	Zona Cacaueira	15	130
04	Zona do Extremo Sul	06	21
05	Zona do Nordeste	16	120
06	Zona Feira de Santana	08	116
07	Zona Jequié	13	98
08	Zona Conquista	05	60
09	Zona Jacobina	06	78
10	Zona Orobó	06	50
11	Zona do Sertão do São Francisco	07	56
12	Zona da Chapada Diamantina	16	130
13	Zona Serra Geral	11	112
14	Zona do Médio São Francisco	05	52
15	Zona do Planalto Ocidental	07	75
	<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>1600</b>

### ZONAS TERRITORIAIS E CLASSES DA CEEA (por município)

#### ZONA DO LITORAL NORTE

MUNICÍPIOS	CLASSES CEEA
Alagoinhas	25
Conde	8
Entre Rios	14
Esplanada	12
Inhambupe	11
Jandaira	5
Rio Real	4
	<b>79</b>

#### ZONA DO RECÔNCAVO

MUNICÍPIOS	CLASSES CEEA
Aratuípe	4
Cachoeira	18
Camaçari	13
Catu	8
Conceição de Feira	8
Conceição de Almeida	13
Cruz das Almas	14
Itaparica	17
Jaguaripe	3

Maragogipe	18
Mata de São João	8
Muritiba	23
Nazaré	14
Pojuca	5
Salvador	142
Santo Antônio de Jesus	9
São Félix	7
São Felipe	10
São Francisco do Conde	12
São Gonçalo dos Campos	10
São Sebastião do Passé	18
Santo Amaro	49
	<b>423</b>

### ZONA CACAUEIRA

MUNICÍPIOS	CLASSES CEEA
Belmonte	5
Cairu	4
Camamu	3
Canavieiras	1
Ilhéus	29
Ipiaú	4
Itabuna	35
Itacaré	6
Ituberá	3
Maraú	6
Nilo Peçanha	4
Taperoá	5
Ubatuba	2
Una	5
Valença	18
	<b>130</b>

### ZONA EXTREMO SUL

MUNICÍPIOS	CLASSES CEEA
Alcobaça	2
Caravelas	4
Mucuri	2
Porto Seguro	6
Prado	5
Santa Cruz Cabrália	2
	<b>21</b>

**ZONA NORDESTE**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Cicero Dantas	11
Cipó	9
Conceição de Coité	9
Euclides da Cunha	5
Itapicuru	2
Itiuba	5
Jeremoabo	10
Monte Santo	13
Nova Soure	5
Paripiranga	7
Queimadas	4
Ribeira do Pombal	13
Santa Luz	4
Serrinha	10
Tucano	11
Uauá	2
	<b>120</b>

**ZONA FEIRA DE SANTANA**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Castro Alves	18
Coração de Maria	8
Feira de Santana	36
Ipirá	11
Irará	12
Riachão do Jacuípe	8
Santa Teresinha	12
Santo Estevão	11
	<b>116</b>

**ZONA JEQUIÉ**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Amargosa	7
Brejões	5
Itaquara	2
Itirussu	4
Jaguaquara	9
Jequié	21
Jiquiriçá	8
Laje	5
Maraçás	11
Mutuipe	4
Santa Inês	9
São Miguel das Matas	4
Ubaíra	9
	<b>98</b>

**ZONA CONQUISTA**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Boa Nova	6
Itambé	11
Macarani	8
Poções	11
Vitória da Conquista	24
	<b>60</b>

**ZONA JACOBINA**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Campo Formoso	14
Jacobina	25
Jaguarari	4
Miguel Calmon	8
Saúde	8
Senhor do Bonfim	19
	<b>78</b>

**ZONA MATA DO OROBÓ**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Baixa Grande	3
Itaberaba	7
Macaúba	3
Mairi	9
Mundo Novo	16
Rui Barbosa	12
	<b>50</b>

**ZONA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Casa Nova	7
Curaçá	4
Glória	6
Juazeiro	15
Pilão Arcado	8
Remanso	9
Sento Sé	7
	<b>56</b>

**ZONA DA CHAPADA DIAMANTINA**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Andaraí	11
Barra da Estiva	8
Brotas de Macaúbas	11
Ibitiara	9
Irecê	6

Ituaçu	11
Lençóis	6
Livramento de Brumado	12
Morro do Chapéu	7
Mucugê	7
Oliveira de Brejinhos	3
Palmeiras	6
Piatã	13
Rio de Contas	7
Santo Inácio	2
Seabra	11
	<b>130</b>

**ZONA SERRA GERAL**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Brumado	6
Caculé	11
Caetité	18
Condeúba	18
Guanambi	13
Jacaraçã	7
Macaubas	16
Palmas do Monte Alto	6
Paramirim	6
Riacho de Santana	6
Urandi	5
	<b>112</b>

**ZONA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Barra	17
Bom Jesus da Lapa	10
Carinhanha	10
Paratinga	5
Xique-xique	10
	<b>52</b>

**ZONA DO PLANALTO OCIDENTAL**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CLASSES CEEA</b>
Angical	14
Barreiras	16
Correntina	8
Cotegipe	13
Ibipetuba	11
Santa Maria da Vitória	7
Santana	6
	<b>75</b>

## APÊNDICE C

Tabela de identificação dos documentos encontrados no CPDOC

	Descrição do documento	Referência	Observações
	<b>Documentos da Campanha de Educação de Adultos</b>		
	Campanha de Educação de Adultos	LF 89 F	Livro/Folheto 1949 29p
	Cartazes Didáticos e de divulgação da Campanha	CMA foto 011	1946 e 1950 05 documentos Audiovisual
	Aspectos da Campanha Nacional de Educação de Adultos na Bahia	LF foto 141	Audiovisual
	Requerimento ao Ministério da Educação solicitando Informações sobre a Campanha <b>Resumo:</b> requerimento do Café Filho. Questiona se o Governo tornou efetiva a CNAA; Quais providencias e os resultados obtidos; usou recursos da iniciativa particular; tem noção da escola Ida Lage, São Lourenço, que experimenta um novo método pedagógico para primeiras letras – tele desenho;	CF p. Café Filho, J 1949.02.03	1p <b>Disponível</b>
	Introduções aos professores do ensino supletivo	GC – 165 2f	1947 16p
	Reunião dos delegados	I	1947
	Reunião dos delegados II	LF – 86f	1948 27p
	Fundamentos e metodologia do ensino supletivo	374.7 (81)/F 981	Curso de orientação pedagógica 263p
	Instruções aos professores de ensino supletivo	LF 83f	1952 16p
	La Educación fundamental del adulto americano	061.3:374.7 (7/8)/S471e	1951 232p
	Relações com o público e voluntariado	LF – 07	1948 10p
	Documentário Estatístico	374.7 (083.4)/C186f	1958 76p
	Documentos iniciais da Campanha	LF – 40 f	1947 16p
	Movimento do ensino supletivo nos anos de 1947 e 1948	LF – 14f	1950 9p
	Planejamento geral da Campanha	LF – 84f	1947 30f – exemplar faltando páginas 4,5,6,7 e 8
	Cartazes referentes à campanha de profilaxia promovidas pelo Serviço especial de saúde pública	GC foto 826	Copiadas no celular
	Documentos referentes a Campanha de Alfabetização de Adultos Organização do SEA Hino do Alfabetizado Artigos e relatórios estatísticos	LF t ALF. ADULTOS	323 f

	Material de Seminário Cartazes Formulários		
	Relatório as atividades do Ministério de Educação e Saúde destacando o estímulo ao ensino superior, a campanha pela construção de prédios escolares, o lançamento da CEA, organização da comissão responsável pela elaboração do anteprojeto da LDB, Campanha de combate a mortalidade infantil e malária, dinamização do intercâmbio e das atividades culturais e o projeto de reestruturação do DNE	CMa pi Mariani, C. 1947.12.00	12/1947 18p <b>Disponível</b>
	Relatório como diretor geral do DNE sobre as atividades do Serviço de Educação de Adultos	CMa pi Lourenço Filho, M.B 1951.01.00	1951 133p <b>Disponível</b>
	"O Cinema na Educação de Adultos" – Palestra pronunciada em reunião do conselho diretor da ABE	LF pi KELLY, c 00.00.00	Sem data 8f
	<b>Documentos da Campanha de Educação Rural</b>		
	Missão Rural de Educação de Adultos: um ensaio de educação integral	LF 103 f	1950 20p
	Campanha Nacional de Educação Rural	GC – 273f	1952 12p Livro
	"Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais no Brasil". Relatório acerca das atividades educacionais nas áreas rurais no Brasil.	LF pi LOURENÇO FILHO 1952.12.00/1	1959 39f
	"A escola rural e o desenvolvimento socioeconômico". Estudo sobre os objetivos do ensino primário rural e os requisitos estruturais para sua consecução. Rio Preto - SP	AT pi – rs Lenhard, R 0000.00.00	Sem data 349f <b>Disponível</b>
	Educação rural nos Estados Unidos – Embree, Edwin R.	GC – 57f	1937 13p
	Problemas de Educação Rural: curso promovido pelo INEP em 1949 Proferido por King Hall	37 (81-22)/B823p	1950 50p
	Ao povo e aos educadores brasileiros: contribuição para solucionar o problema da educação rural – Miguel Sansigalo	377:631/S229	1944 59p
	Teorias e escolas cooperativistas (Democracia e educação) - Secretaria da Agricultura	AT – 133f	1944 37p
	Como realizar a educação sanitária na escola primária? - Ernani, Agrícola	GC – 430f	1945 9p
	Documentos referente a educação sanitária da saúde. Inclui a ação do Instituto de propaganda e educação sanitária; a organização e atualização do serviço de propaganda e educação sanitária.	GC h 1936.00.00	Produção 1936 a 17/10/1944 15 documentos 196p <b>Disponível</b>
	Aspectos internos de escolas rurais construídas durante as décadas	CMa foto 098	55 fotos

	"Educação Rural" – trabalho para a IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural. RJ	LF pi LOURENÇO FILHO 1962.12.00	1962 109f 1 documento
	Centros Sociais Rurais – Artigos sobre objetivos e aspectos de tais centros	LF pi LOURENÇO FILHO 1946/ 1953.00.00/2	4f
	Texto sobre o trabalho da educadora Maria Emília Amaral Fontoura a frente das escolas rurais		05/10/1953 4f <b>Disponível</b>
	<b>Correspondências</b>		
	Correspondência com Clemente Mariani, sobre a criação de escolas do ensino Supletivo no município de Catu (BA) <b>Resumo:</b> Telegrama pedindo a instalação de três escolas em Panelas, Arararis e Macacos. Obtém resposta informando que Catu instalou nove classes em 1947 e informando a possibilidade de criação de mais escolas.	CMA mes ce 1948 02.23	<b>Disponível</b>
	Carta de Maria Ribeiro de Almeida a Anísio Teixeira convidando-o a assistir uma demonstração prática de seu método de alfabetização que estaria alcançando excelentes resultados. <b>Resumo:</b> Anterior ao período estudado. Anísio era Diretor de Instrução no período. A requerente menciona que o método é inspirado na Escola Nova, mas não informa como é o método.	ATc 1935 01 25	1935 3 folhas <b>Disponível</b>
	Correspondência entre Clemente Mariani e Álvaro Augusto da Silva, diretor da Delegacia Estadual de Planos e instalações de novas escolas para adultos na Bahia. <b>Resumo:</b> Correspondência manuscrita pedindo liberação do Álvaro Augusto do Instituto Normal para assumir a Delegacia de Educação de Adultos	CMA mes ce 1946.11.19	14 documentos 38p <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani, sobre a campanha de combate ao tracoma nos municípios de Correntina e Santana dos Brejos, na Bahia <b>Resumo:</b> Correspondência agradecendo a criação do posto. Informa que foram atendidos setecentos e vinte e nove pessoas no mês de setembro.	CMA mes cs 1949.07.13	3 documentos 4p <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde, relativa a CEAA em Ribeira do Pombal – Ba, destacando-se correspondência de Dantas Júnior, deputado federal e de Oliveira Britto, secretário de Segurança Pública do estado da Bahia, sobre a	CMA mes ce 1947.05.21/1	1947 13p <b>Disponível</b>

<p>nomeação e transferência de professores. Dantas Junior e Oliveira Brito são irmãos (?)</p> <p><b>Resumo:</b> Treze páginas, contendo oito documentos. Dantas Junior, em julho, denuncia a Clemente Mariani a nomeação de uma segunda lista de professores para o ensino supletivo, negligenciando a nomeação de professores diplomados, critério estabelecido pela Campanha. Clemente Mariani solicita que Anísio reveja as indicações para os cargos de professores das escolas de adultos. Oliveira Brito, em setembro, escreve para Clemente Mariani justifica suas nomeações e esclarece que “estão todos lecionando há mais de dois meses, com frequência regular e bom aproveitamento escolar”. Oliveira Brito, relata que se surpreendeu com a notícia da substituição dos professores e remoção de escolas a pedido do Ministro para atender um pedido do Dantas Junior “que nada tem a ver com política e cousas da terra”, que está tentando adquirir “falso prestígio político” com esse pedido, e que nada fez quando representou a terra. Oliveira Brito apela para a manutenção das escolas e dos professores. Clemente Mariani, através de telegrama pede a Anísio que consiga uma “fórmula conciliatória”. Clemente Mariani escreve a Oliveira Brito “não tivera intuito de ferir seus interesses no município” que autorizou as mudanças por que a reivindicação satisfazia a as exigências do serviço de alfabetização e o requerente (Paulo Cardoso de Oliveira Brito) possuía o mesmo sobrenome do prezado amigo e que manterá suas indicações. Um último documento manuscrito informa que o plano era criar sete classes de ensino supletivo em Pombal, mas achou-se em funcionamento doze escolas, estimando 400 alunos.</p>		
<p>Correspondência com Clemente Mariani, relativa a CEAA em Japaguá – Ba</p> <p><b>Resumo:</b> Oito páginas. Francisco Mariani envia telegrama para o “parente” Clemente Mariani sobre a criação de escolas supletivas. Informa que enviou aos seus candidatos autorizando iniciar o curso, mas foi surpreendido com telegrama do Delegado Bahia suspendendo a turma de Olhos D’água. O correspondente admite decepção e aborrecimento que somete o “parente” poderá prestar esses favores que influenciará no próximo pleito.</p>	CMa mes ce 1947.07.25	1947 08p <b>Disponível</b>

	Eugênio Gomes, secretário particular do gabinete do Ministro, pede manutenção da referida escola e encaminha pedido para o Delegado Álvaro Silva. Possui também pedidos de transferência e nomeação de professores.		
	Correspondência com Clemente Mariani, relativa a CEAA em Cotegipe– Ba <b>Resumo:</b> Carta manuscrita pelo Deputado Francisco Mariani Passos, em 08 de junho de 1950, e enviada para Eugênio Gomes pedindo transferências e nomeações em vários distritos da região, inclusive pede atenção especial para transferência da escola de Taguá para Jardim, e não podendo transferir criar uma em Jardim, porém seria mais interessante a transferência por que é um golpe político.	CMa mes ce 1950.05.17	1950 18p <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani, relativa a CEAA em Barra – Ba <b>Resumo:</b> Pedidos de transferências e nomeações de professores.	CMa mes ce 1949.05.05	1949 7p <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani, relativa a CEAA em Morro do Chapéu – Ba <b>Resumo:</b> O prefeito Gelásio Félix Vieira apela para a criação de mais escolas supletivas no município e secretário do Gabinete do ministro determina o exame da possibilidade de criação de escolas.	CMa mes ce 1947.07.07	1947 2p <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani, relativa a CEAA em Xique-xique – Ba	CMa mes ce 1947. 05.19	1947 7p <b>Disponível</b>
	Carta de Anísio Teixeira a J.B. Bowers solicitando cópias do programa de Educação de Adultos de 63/64 para apresentação do Comitê Internacional de Educação	AT c 1961.08.30/1	1 f <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani sobre a educação de adultos destacando-se Edgard Fonseca, presidente da Associação de empregados do comércio da Bahia sobre a criação de curso ginásial noturno	CMa mes ce 1947.01.19	1947 / 3 documentos/ 45p <b>Disponível</b>
	Carta de Augusto de Azevedo Luz a Anísio Teixeira relatando a instalação de algumas escolas primárias na Bahia – Cachoeira	ATC 1928.03.29	1928 4F <b>Disponível</b>
	Correspondência com Clemente Mariani (Ministro da Educação) relativo ao funcionamento de classes supletivas Itirussú – Ba. <b>Resumo:</b> Bloco de correspondências manuscritas, datilografadas e telegramas. Correspondência 28 de setembro de 1947 Comadre de Clamante Mariani, Maria Cândida de Castilho Fontoura, escreve carta manuscrita e se denomina como sendo designada	CMa mes ce 1947 09 28	1947 19p <b>Disponível</b>

<p>como responsável pelo ensino supletivo no município. Pede interferência do compadre para intervir e manter uma classe em Lagêdo do Tabocal que fora extinta pelo prefeito.</p> <p>O próprio Ministro atende ao pedido e autoriza a manutenção da classe e da professora.</p> <p>25 de maio de 1948</p> <p>Maria Cândida escreve novamente para o Ministro relatando que o prefeito “pessebista” da Cidade vive controlando os serviços, visando interesse próprio a reclamação se refere, principalmente, sobre a construção da escola rural e de uma estrada de rodagem.</p> <p>26 de agosto</p> <p>A professora envia uma carta minuciosa relatando perseguições política e insubordinação de uma aluna que foi expulsa da classe, mas teve proteção do prefeito e foi readmitida por outra professora.</p> <p>Maria Cândida resolve fechar a classe e relata tensões entre o PSD e UDN.</p> <p>28 de setembro</p> <p>A professora informa ao Delegado Estadual de Educação de Adultos o fechamento de uma classe supletiva, através de um telegrama.</p> <p>28 de setembro</p> <p>O Ministro responde à professora que o assunto deve ser tratado com o Delegado local.</p> <p>Maria Cândida pede exoneração</p> <p>O Ministro informa à professora que aceitou o fechamento da classe de ensino supletivo, entregou a construção do prédio escolar rural para o secretário Leovigildo e que não pode tomar providências quanto as perseguições políticas por que não tem relações pessoais e políticas com os elementos da queixa. Propõe transferência da professora para outro município.</p> <p>Como desfecho: a professora foi nomeada para o cargo de diretora do Grupo escolar Francisco Mangabeira no mesmo município, em Itirussu.</p> <p>Observação: Atualmente, existe uma escola estadual com o nome de Maria Cândida na cidade de Itirussu.</p>		
--	--	--

	<p>“O professor Lourenço Filho e a educação de adolescentes e adultos analfabetos”. Texto sobre a gestão de Lourenço Filho no ministério. Manuscrito por Clemente Mariani.</p> <p><b>Resumo:</b> Clemente Mariani relata que entre Anísio, Fernando Azevedo e Lourenço Filho, esse último é menos visado e estaria em melhores condições para realizar, sem choques a grande revolução educacional. Segundo Mariani atitudes reacionárias do Estado Novo recaíram sobre os dois primeiros e ele tinha receio de comprometer o projeto. Descreve as ações de Lourenço Filho na Campanha, além de parabeniza-lo.</p>	CMa pi Clemente Mariani, C. 1950/1955.00 00	Entre 1950 a 1955 7p <b>Disponível</b>
	<b>Discursos, Entrevistas e Palestras</b>		
	<p>Discurso proferido por Clemente Mariani - Abertura do Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos – ONU/UNESCO/OEA – Experiência Brasileira com a Campanha</p> <p><b>Resumo:</b> Cita a Declaração dos Direitos do Homem e o direito aos benefícios da cultura; a cooperação técnica da UNESCO; a necessidade de alargar e aprofundar a “obra da educação do povo pela escola comum”, se referindo a escola primária nas idades próprias, do ensino supletivo a adolescentes e adultos analfabetos; Proporcionar uma verdadeira educação de base aliando o ensino da escrita e leitura a conhecimentos relativos a defesa da saúde, melhoria do trabalho, compreensão cívica e elevação moral; combate à miséria, a doença e o desentendimento social pela educação; Documento datilografado em três idiomas: português, inglês e espanhol.</p>	CMa pi Mariani, C. 1949.07.27	12p <b>Disponível</b>
	Discurso sobre a Campanha de alfabetização de adultos – Rio de Janeiro	LF pi LOURENÇO FILHO 1947 00 00/2	1947 50f
	Campanha de Educação política. Discurso proferido na sessão de 25 de junho de 1970 pelo deputado federal Francisco Montoro	AFM – 38f	1970 18p
	Discurso proferido, enquanto Ministro da Educação e Saúde, na cerimônia de lançamento da campanha nacional da criança	CMa pi Mariani, C. 1948.09.29	02 DOC. 4p <b>Disponível</b>
	Discurso proferido enquanto Ministro da educação e Saúde na 5ª conferência geral da UNESCO. Importância da realização de Seminário regional. Em anexo, programas da 5ª conferencia geral das nações unidas	CMa pi Mariani, C. 1950.05.25	1950 140p <b>Disponível</b>

Entrevista sobre a situação do ensino primário, secundário e superior do Brasil	LF pi LOURENÇO FILHO 1959.00 00/2	1959 9f
Educação – Problema da formação nacional – Texto escrito enquanto diretor do INEP, onde o autor afirma os objetivos dos três níveis de ensino: primário, secundário e superior – Revista de estudos pedagógicos	AT pi Teixeira, A 1956.00.00/1	1956 72f <b>Disponível</b>
Discurso de Café Filho à nação sobre as diretrizes de seu governo para a educação	CF pi Café Filho, J 1954.10.12	1954 13p <b>Disponível</b>
Palestra sobre o projeto de lei da LDB	LF pi LOURENÇO FILHO 1959.10.14	14.10.1959 <b>Disponível</b>
Discurso proferido, enquanto Ministro da Educação e Saúde, na cerimônia de lançamento da campanha nacional da criança	CMa pi Mariani, C. 1948.09.29	02 DOC. 4p <b>Disponível</b>
Documentário, palestra sobre problemas da educação secundária – Lourenço Filho	LF – 62f	1954 24p
Notas para discurso do Ministério da Educação apontando os principais problemas educacionais que o ministério tem que atacar	AT pi Teixeira, A. 1952/1964.00.00/10	2f <b>Disponível</b>
Apresentação na Comissão de Educação do Senado sobre sua gestão no MÊS Resumo: Não encontrado	CMa pi Mariani, C 1977 09 01	1977 50p <b>Disponível</b>
<b>Manual Didático</b>		
Livro Mandaruba: narrativas de histórias do Brasil	347.7 (075.2)/B277m	1951 – 52p 2ª edição
Deca, o pescador Vitorioso: guia de leitura	374.7 (075.2) / D291	1957 79p
Cartilha para o operário Adulto: bases para sua organização	374. 77/A 165c	1945 82p
Cuidemos das crianças	CMa – 10f	Livro/folheto 1947 28p
Duas História do Velho Deca	LF – 111f	1950 a 1959 Data provável – Livro 24p
Alfabeto da Saúde	LF – 79f	1956 30p
Caderno de Aritimética	LF – 112f	1959 31p
Ler: primeiro guia de leitura, 1948	LF – 81f	1948 31p (Livro – 2ª edição)
Ler: primeiro guia de leitura, 1948	CMa – 12/3 ed./f	1948 3ª edição
Ler: primeiro guia de leitura, 1950	LF – 107f	1950 4ª edição
Ler: primeiro guia de leitura, 1958	CM – 12/10 ed./f	1958 10ª edição
Guia de alimentação	CMa – 11f	1947 30p Livro
Saber: segundo guia de leitura	CMa – 13f	1947 47p
Livro de leitura para adultos: movimento de cultura popular	374. 7/ 658 li	1962
Viver: guia do bom cidadão	CMa – 09f	1946 a 1950 28p

	O alfabeto em face do direito	CMa 90f	1948 11p
	Lições de Coisas, 1886 Ministério da Educação e Saúde	372 (035)/B 238l	1950 573p <b>Disponível</b>
	Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente	CMa 79f	1947 48p São Paulo – Melhoramentos
	<b>Documentos de conferências e seminários</b>		
	Proposição apresentada ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos	LF – 74 f	1958 5p – Autoras: Nanci Palmeiro Marionte & Ruth Ivaty Torres da Silva
	Regimento do II Congresso Nacional de Educação de Adultos	GC – 115f	1958 18p
	Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos	MB – 3f	1949 32p
	América ante o analfabetismo: inquérito para o conselho cultural interamericano	LF – 36 f	Mimeografado 17f
	Estudos intitulados: Organização de Campanhas contra o analfabetismo – La escuela primaria y el analfabetismo - “ Analisis y conclusiones e alafabetizacion y educaci3n de adultos. <b>Resumo:</b> documentos apresentados no Seminário Interamericano de Educação de Adultos; Tema II: Organização de Campanhas contra o analfabetismo. Aborda temas como: legislação, organização administrativa, publicidade e formação do espírito público, cooperação particular, cooperação de organizações universitárias e escolares em geral, financiamento, relações com os planos do mais extenso programa de educação de adultos. Conceito da expressão Educação de Adultos “no seu sentido amplo, envolve programa ainda mais largo de divulgação científica, artística, profissional ou cultural, em geral. Onde quer que se organize campanhas de educação, esse aspecto deverá ser previsto, pois a leitura não é um fim em si mesmo, mas simples instrumento. Fazer ensinar a ler, sem facilitar oportunidade de maior desenvolvimento cultural às populações, pode ser simples desperdícios”. (p.05)	CMa pi SIAEA 1949 00 00	1949 /3 documentos/ 31p <b>Disponível</b>
	“Variações sobre um velho tema” – Palestra no II Congresso de educação de adultos. Rio de Janeiro	LF pi LOURENÇO FILHO 1958 07 15	1958 74f
	Cr1terios para seleç3o ou preparaç3o de material de leitura destinada a adultos que aprendem a ler: Texto apresentado no Seminário Interamericano alfabetizaç3o e educaç3o de adultos <b>Resumo:</b> Os textos devem obedecer a quatro critérios	CMa pi Clark, A N 1949 00 00	1949 4p <b>Disponível</b>

	1 – Ter feição prática e relacionar com a necessidade e interesse do leitor; 2 – Simples e de extensão limitada; 3 – Impresso de forma legível e clara; 4 – Variados e acessíveis.		
	Documento relativos ao método misto de ensino de leitura e a escrita: Minha Abelhinha. Período posterior ao estudo da CNER	AT t rs 1970 05 00	1970 134 f <b>Disponível</b>
	“A palavra escrita”: Tópicos sobre o processo de alfabetização Resumo: RELER, MANUSCRITO MUITO ILEGIVEL	AT pi Teixeira, A. 1963/1964.00.00/1	1963 e 1964 3f <b>Disponível</b>
	“Etapas do método misto de alfabetização – folheto explicativo, sem assinatura. Resumo: DESTINADO A CRIANÇAS. Planejamento em três etapas: Primeira etapa (duração de 08 a 15 dias), recursos a explorar, material, recursos indicados e cuidados essenciais. Segunda etapa (1 mês a 1 mês e meio), recursos a explorar, material, atividades indicadas – método da Abelhinha.	AT pi s. Ass. 1952/1968.00 00	Entre 1952 e 1968 6p <b>Disponível</b>
	Documentos sobre a participação de Anísio Teixeira na UNESCO contendo projetos e correspondência do comitê internacional pelo avanço da educação de adultos (1961) - Reunião dos especialistas em Alfabetização (1962) – Encontro de estudos práticos sobre a produção de material de adultos destinado aos novos alfabetizados (1962)	AT. T 1946.05.26	Data da produção: 26/05/1946 302 documentos 1.686p <b>Disponível</b>
	“A municipalização do ensino primário” – Tese ao Congresso Nacional de Municipalidade. Rio de Janeiro	AT pi Teixeira, A 1957.04.05	1957 29f <b>Disponível</b>
	Trabalho analisando a educação brasileira constituída pelos seguintes tópicos: 1 – Educação: problema do Estado; 2 – A nova política educacional brasileira; 3 – A educação primária ou fundamental	AT pi Teixeira, A 1952/1964.00.00/18	1952 a 1964 28f <b>Disponível</b>
	Documento sobre a 9ª Conferência geral da UNESCO, realizada em Nova Deli, 1956 – Discurso proferido por Gustavo Capanema	GC I 1956.05.23	23/05/1956 a 25/06/1957 266 doc. 518p <b>Disponível</b>
	<b>Relatórios</b>		
	Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação	061.1 (81) (047) DNE B823s	Lourenço Filho 1948
	Relatório das atividades do exercício de 1948, apresentado por Clemente Mariani	061.10(81) (047) DNE/B823s/1949	92p 1949

	Relatório – Exercício de 1947	061. 1 (81) (047)DNE/ L 892s/1948	Departamento Nacional de Educação
	Relatórios do Conselho do Desenvolvimento sobre a educação contendo: Estudo e estabelecimento de metas de educação para o desenvolvimento socioeconômico; Fundo Federal de Educação; Campanha de erradicação do analfabetismo...	RC e cd 1957.04.26	1957 11 documentos 511 p
	Relatório da campanha nacional da criança	CMa – 83f	1948 24p
	Relatório da viagem de estudos ao Uruguai e Argentina / Gustavo Capanema	GC – 680f	1945 32p
	Relatório das atividades do Ministério da Educação e Saúde no período de 1930 a 1945, elaborado por Capanema	GV c 1946.00.00/27	1946 40f <b>Disponível</b>
	<b>Artigos e Livros</b>		
	Histórico da Educação de Adultos no Brasil	LF – 85f	1949 19p
	O problema de educação de adultos	GC 1448f	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
	Fundamentos e metodologia do ensino supletivo	374.7 (81)/ F981	Introdução à Educação de Adultos Capítulo de Livro – 19p
	“A campanha de educação de adultos no Brasil”. Artigo sobre as diretrizes e resultados de tal campanha	LF pi – Lourenço Filho 1950 01 02	Manuscrito 6f
	A Campanha de educação de adultos. Artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	LF pi LOURENÇO FILHO 1947 07/08 00	Entre julho e agosto de 1947 12f manuscrito
	Alfabetizar em 30 dias Artigo sem assinatura Resumo: método fonético silábico, o aluno aprende as letras, mas o que se leva em consideração são os fonemas, no entanto, não importa a grafia correta as palavras precisam ter o mesmo som. Ex: jelo, xamar, xão...	AT pi S Ass 0000 00 00/28	1 f <b>Disponível</b>
	Alfabetismo, muro da vergonha – Artigo de Franco Montoro sobre a situação da educação básica do Brasil Resumo: Texto de 1964. Menciona a Constituição e a obrigatoriedade do ensino primário, dados estatísticos, déficit de matrícula, desafios, aumento do número de analfabetos adultos, Conferência de Genebra, financiamento da educação “ a democracia sem instrução será uma comédia, quando não chegar a ser uma tragédia”.	AFM pi Montoro, A.F 1964.11.06	1964 2p <b>Disponível</b>
	“Ataque direto ao problema dos quesitos raciais”. O Ministério da Educação e a Campanha Educativa da Nacionalização	CMa pi S Ass 1946/1950. 00.00/2	1946 1p <b>Disponível</b>
	Educação – Problema da formação nacional – Texto escrito enquanto diretor do INEP, onde o autor afirma os objetivos dos três níveis de	AT pi Teixeira, A 1956.00.00/1	1956 72f <b>Disponível</b>

	ensino: primário, secundário e superior – Revista de estudos pedagógicos		
	Subsídios para a história da educação brasileira	37. (81) (091)/ S 941	1947 INEP
	“Educação e seus problemas” texto sobre os problemas na relação entre Estado e educação	AT pi rs Azevedo, F 1958.03.03	1958 14f <b>Disponível</b>
	Educação e desenvolvimento nacional. SILVA, Geraldo B.	37.014 (81)/s586 e	1957 livro
	Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro: bases para a discussão	AT – 76f	1953 17p mimeografado
	Educação para uma civilização em mudança	37 (73)/K48e/ 2 ed	1952 livro 80p
	Tendências da Educação Brasileira / Autor: Lourenço Filho	37 (81)/ L892 T	1940 162p Livro
	Família, educação e cultura – Agamenon Magalhães	AGM – 5f	1946 2p folheto
	Sugestão e crítica ao projeto das diretrizes e bases da educação nacional – Brandão Filho	GC – 151f	1953 29p
	Alguns aspectos da educação primária – Lourenço Filho – IBGE	LF – 51f	1941 p.649 – 664
	Fragmento sobre a educação	LF – pi Lourenço Filho 0000.00/20	s/d 9 documentos 45f manuscrito
	Lourenço Filho: um educador brasileiro	92 LOURENÇO FILHO/ A 849	1958 231P Melhoramentos
	A orientação educacional e a escola: corpo docente – Rio de Janeiro	AT – 176f	1959 24p Livro/folheto
	Programa básico de Leitura – Departamento de Cooperação intelectual da União Panamericana	GC – 418f	1943 25p
	Panorama Educacional – Editora: Escola Superior de Guerra	AT – 182f	1957 50p Livro/folheto
	Financiamento do ensino primário - Artigo publicado no “O Estado de São Paulo”.	AT pi Mascaro, C.C 1961.03.12	12/03/1961 9f <b>Disponível</b>
	“Situação cultural e educacional: tópicos e textos comentando o sistema educacional brasileiro”; trabalhando trechos de outras obras suas; discurso de posse do INEP;	AT pi Teixeira, A. 1956/ 1964.00.00/1	Entre 1956 A 1954 109 f <b>Disponível</b>
	Escola primária no Brasil, artigo publicado na Revista Esso	AT pi Caldeira, E. 1960.00.00	1960 6f <b>Disponível</b>
	Os estudos e as pesquisas educacionais no Ministério da Educação e Cultura – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais / incompleto		1956 48f <b>Disponível</b>
	A escola e a transformação social. Capítulo do livro Educação progressiva: uma introdução à filosofia	AT pi Teixeira, 1944. 00.00	1944 5f <b>Disponível</b>
	Texto analisando a centralização do sistema educacional brasileiro e a burocratização do Ministério da Educação	AT pi Teixeira, A 1952/1964.00.00/42	5f <b>Disponível</b>
	Educação: estudo sobre a situação geral do ensino no Brasil	LF pi LOURENÇO FILHO 1946/1953 00.00/1	1946/1953 17f

	<b>Outros</b>		
	Cursos de Educação de Adultos	374.7(815.3)/R585c	1944 52p
	Educação de Base para adolescentes e adultos	CMa – 92f	Aulas do curso de orientação pedagógica de professores/ promovido pela FGV 1949 20p
	Reunião dos delegados dos estados, territórios e DF	CMa – 91f	1947 19p
	Instalação do Serviço Nacional de Educação Sanitária	GC foto 828	1934 a 1945 22 documentos
	Cartão do Serviço Nacional de Recenseamento a Oswaldo Aranha enviando informações sobre o problema da alfabetização no Brasil	AO cp 1946 06 17	1946 1f
	Ofício da Comissão executiva nacional do PTB (Rio Grande do Sul – Taquari) a Getúlio comunicando o início de uma Campanha de Alfabetização Popular. Apoiado pelos núcleos locais PSD e PRP Resumo: Comunicado sobre a organização de uma campanha, pedido de apoio.	GVC 1946.08.08/3	1946 1f <b>Disponível</b> – em anexo plano geral (Informa que anexa o plano, mas não contém o plano no documento)
	Análises dos resultados da operação do Censo demográfico efetuado pelo Serviço Nacional de recenseamento do IBGE. Contém dados estatísticos sobre fecundidade, composição por sexo, idade, nacionalidade, nível de instrução e alfabetização, imigração, concentração de estrangeiros em alguns estados. (Paraná, Mato Grosso, Bahia, etc)	AHF pi Mortara, G 1942.09.23	1942 494 pastas
	Documentos relativos à LDB, incluindo o anteprojeto da lei e a emendas, exposição de motivos e apresentação pela comissão das diretrizes	CMa mes d 1947.10.12	6 documentos 187 p <b>Disponível</b>
	Resposta a questionário sobre o Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação	AT pi Teixeira, A 1962.00.00	1962 8f <b>Disponível</b>
	Plano Nacional de Educação: um questionário para um inquérito	GC – 1323f	1936 42p
	Campanha de Libertação – Gomes, Eduardo	981.082/G633c/ CMa	1946 365p
	Documentos relatando a situação do analfabetismo no Brasil. Consta um plano de campanha em prol da educação popular, feito pela comissão nacional do ensino primário e atuação da Cruzada Nacional de Educação	GC g 1935.12.14	14/12/1935 a 30/08/1945 12 documentos 233p <b>Disponível</b>
	Construção de prédios escolares na Bahia entre 1947 e 1950	CMa – 99f	1952 23p
	Novos prédios escolares para o Brasil	CMa – 114f	1949 32p INEP
	Documentos sobre a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário. Decreto de instituição e os recursos e critérios para distribuição do auxílio aos estados – Rio de Janeiro	GC g 1942.11.12	35 documentos 170 p 12/11/1942 a 18/09/1945 <b>Disponível</b>

**APÊNDICE D**  
**Tabela de identificação das fontes EGBA**  
**Diários oficiais e Diários da Assembleia Legislativa, de abril a dezembro de 1947**

**Diários ABRIL/1947**

<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO</b>	<b>Nº DIÁRIO</b>	<b>PÁGINA</b>
18/04	Posse de Anísio Teixeira como Secretário da Educação e Saúde	1.302	2.698
	Departamento de Educação Delegacia Estadual de Educação de Adultos Portaria de 15 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portarias Nº 01, 02, 03	1.302	2.701, 2.702
19/04	Portaria de 18 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portarias 04, 05	1.303	2.714
	Diário da Assembleia Moção sobre a posse de Anísio Teixeira	11	54, 55
	Diário da Assembleia Discurso – Discussão sobre o Estado Leigo	11	55
20/04	Portaria de 19 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 06	1.304	2.737
	Diário da Assembleia Requerimento para inserir nos anais da assembleia o discurso proferido por Anísio Teixeira	12	57
	Diário da Assembleia Requerimento, que se telegrafe ao Ministro Mariani expressando aplausos e apoio incondicional pela instalação da Campanha Nacional de Educação de Adultos	12	58
24/04	Portaria de 19 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 07, 08, 09, 10, 11	1.306	2.784, 2.785
25/04	Portaria de 24 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 12, 13, 14	1.307	2.800
	Diário da Assembleia Requerimento pedindo o cumprimento da constituição que obriga empresas com mais de 100 funcionários manter curso primários para servidores e seus filhos. Requerimento para colocação de uma imagem de cristo crucificado na assembleia	15	85
26/04	Portaria de 25 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 15, 16, 17	1.308	2.815
27/04	Portaria de 26 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 18, 19, 20	1.309	2.825
	Diário da Assembleia Discurso de Antônio Balbino, pronunciado em 15/04/1947	17	97, 98, 102

29/04	Portaria de 28 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 21,22,23	1.310	2.651, 2.652
30/04	Portaria de 29 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 24	1.311	2.872

### Diários MAIO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
01/06	Portaria de 30 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 25	1.312	2.896
03/06	Portaria de 30 de abril, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 26	1.313	2.910, 2.911
	Portaria de 02 de maio, baixando instruções as classes de educação de adultos, com 15 itens. Portaria 27	1.313	2.910, 2.911
	Diário da Assembleia Clemente Mariani agradece aplausos da assembleia pela CEA	21	124
04/05	Diário da Assembleia Retomada da discussão da instalação da imagem de cristo crucificado	22	131, ... 137
06/05	Portaria sem data, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 28	1.315	2.953
07/05	Portaria de 06 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 29, 30, 31	1.316	2.975, 2.976
08/05	Portaria de 07 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 32	1.317	2.990
	Diário da Assembleia Discurso Joel Presídio (Enigma Baiano)	25	152, 153
09/05	Portaria de 08 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 33	1.318	3.006
10/05	Portaria de 09 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 34	1.319	3.029
	Portaria de 09 de maio, Instruções para diretores da escola. Portaria 35	1.319	3.029
11/05	Diário da Assembleia Discursos	1.320	179
13/05	Portaria de 10 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 36, 37	1.321	3.079, 3.080
	Diário da Assembleia Discurso de Mangabeira	29	181, 182
14/04	Portaria de 13 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 38	1.322	3.101
	Diário da Assembleia Substituto à moção Fechamento de uma das agremiações partidária – Partido Comunista	30	193,194, 195,196, ..., 199
15/05	Portaria de 14 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 39	1.323	3.119

	Requerimento do Inácio Souza Pedido de Escola	31	202
	Título – Educação	31	206
19/05	Diário da Assembleia – Rafael Correa de Oliveira “O governo e os boatos alarmistas”	33	227,228
21/05	Diário da Assembleia Ofício – Anísio Teixeira agradecendo a confiança da Assembleia quanto ao êxito com a Campanha	1.327	245
	Diário da Assembleia Manifesto do Partido Comunista ao povo Brasileiro Documento lido pelo Deputado Maurício Grabois	35	246,247
22/05	Diário da Assembleia Requerimento – pedido de resposta sobre o funcionamento de duas escolas em Aratuípe	36	256
23/05	Portaria de 22 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 40, (41 – não encontrada)	1.329	3.218, 3.219
24/05	Termo de Acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado da Bahia	1.330	3.236, a 3.238
25/05	Diário da Assembleia Relatório Apresentado a Assembleia sobre o projeto de constituição do estado da Bahia	39	282, 283 ..., 290
	Diário da Assembleia Projeto nº 02 de Constituição do Estado da Bahia	39	291,292 ..., 306
27/05	Portaria de 23 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 42	1.332	3.266
	Portaria de 26 de maio, dispensando professores para o ensino supletivo. Portaria 43	1.332	3.266
	Aviso – Não haverá férias de São João para as classes de ensino supletivo	1.332	3.266
31/05	Portaria de 27 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 44	1.336	3.339
	Portaria de 30 de maio, dispensando professores para o ensino supletivo. Portaria 45	1.336	3.339
	Convida professora a comparecer no Departamento	1.336	3.339
	Aviso – Solicita remessa de boletim de abril	1.336	3.339

### Diários JUNHO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
03/06	Portaria 30 de maio, designando professores para o ensino supletivo. Portaria 47	1.338	3.365
	Diário da Assembleia Sobre a caçar o partido comunista	45	358
05/06	Portaria 03 de junho, designando professores para o ensino supletivo. Portaria nº53	1.340	3.396

	Diário da Assembleia Basílio Catalá Emenda 82 da constituição – o problema da educação secundário, mas abrange a educação como um todo quando afirma que “o mal é moral, ético e religioso”.	47	386,387
07/06	Convite – aos regentes de classe para a entrega dos boletins dos alunos	1.341	3.420
	Aviso – aos regentes de classe para comparecer ao Edifício da Secretaria da Educação/Delegacia de Educação de Adultos para receber vencimentos	1.341	3.420
	Diário da Assembleia Requerimento – de informações ao Secretário da Educação, inclusive questiona o não funcionamento de classe de alfabetização de adultos em Ribeira do Pombal	48	394
	Discurso sobre Escolas Profissionais Osvaldo Dewey de Souza	48	408,409
10/06	Portaria 07 de junho, designando professores para o ensino supletivo. Portaria nº54 – Dispensa de professor Portaria nº55 – Torna sem efeito a Portaria 47 (substituição) Portaria nº56 – Dispensa de professor	1.343	3.455
11/06	Portaria 03 de junho, designando professores para o ensino supletivo. Portaria nº52	1.344	3.472
12/06	Portaria 10 de junho, dispensando professores para o ensino supletivo. Portaria nº58 Portaria nº59 Portaria nº60	1.345	3.495
	Diário da Assembleia Requerimento – necessidade de ouvir Anísio Teixeira sobre a organização do ensino apresentada no Projeto de Constituição	52	431
13/06	Diário da Assembleia Continuação do requerimento anterior	53	434, 435
14/06	Diário da Assembleia Requerimento – Vários assuntos: pedido de escola, professores normalistas que não comparecem para nomeação nos concursos, a utilização de professores leigos nas escolas	54	442
15/06	Portaria 10 de junho, designando professores para o ensino supletivo no interior do estado. Portaria nº57	1.348	3.546 3.547
	Portaria 10 de junho, designando professores para o ensino supletivo na capital do estado. Portaria nº61	1.348	3.546 3.547
	Portaria 10 de junho, designando professores para o ensino supletivo para o subúrbio do estado. Portaria nº62		
19/06	Diário da Assembleia Discussão sobre religião – Deus e a Constituição	58	663
	Diário da Assembleia		

	Discussão sobre costumes (Delegacia de Costumes), reclamação de algazarra, Campanha sanitária – profilaxia	58	672
	Convite – Delegado convida professores abaixo relacionados para prestar esclarecimentos e outros para receber remuneração	1.353	3636
26/06	Portaria 22 de junho, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº63	1.356	3.671
	Convite do delegado para determinada professora comparecer à delegacia de educação de adultos	1.356	3.671
27/06	Retificação da portaria 67	1.357	3.695

### Diários JULHO/1947 – Não foram encontrados

### Diários AGOSTO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
06/08	Portaria 05 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº98	1.390	4.463
	Portaria 05 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº99	1.390	4.463
	Portaria 05 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº100	1.390	4.463
	Portaria 05 de agosto, mudança do espaço da escola. Portaria nº101	1.390	4.463
	Portaria 05 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº103	1.390	4.463
08/08	Diário da Assembleia Discurso do Deputado Basílio Catala Sobre educação e ensino secundário	97	2.280, 2.281, 2.282
12/08	Portaria 06 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº104	1.395	4.584
	Diário da assembleia Discurso do deputado Rubem Nogueira Falta de escolas no interior	100	2.296
13/08	Portaria 01 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº97	1.396	4.609
	Portaria 11 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº107	1.396	4.609
	Portaria 11 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº108	1.396	4.609
	Portaria 11 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº109	1.396	4.609
	Portaria 11 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº110	1.396	4.609
	Portaria 11 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº111	1.396	4.609

	Portaria 11 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº112	1.396	4.609
15/08	Diário da Assembleia Discurso do deputado do Partido Giocondo Dias (Partido Comunista) sobre a divisão da Assembleia em dois grupos “uma questão de família” – UDN e PSD O Partido Comunista tinha sido cassado	103	2.324, 2.325
19/08	Aviso de pagamento dos professores e relação de professores que não enviaram o boletim	1.400	4.687
20/08	Portaria 18 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº115	1.401	4.712
	Portaria 18 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº116	1.401	4.712
	Portaria 18 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº117	1.401	4.712
	Portaria 18 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº118	1.401	4.712
	Retificação 13 de agosto, da portaria 111 (Erro no nome da professora). Portaria 113	1.401	4.712
22/08	Diário da Assembleia Discurso Deputado Amarílio Benjamim. Sobre Educação	103	2.372 2.373
23/08	Portaria 19 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº119	1404	4.766
	Portaria 19 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº120	1404	4.766
	Portaria 19 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº121	1404	4.766
	Portaria 19 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº122	1404	4.766
29/08	Portaria 26 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº123	1.409	4.856
	Portaria 26 de agosto, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº124	1.409	4.856
	Portaria 26 de agosto, mudança de local de funcionamento de escola. Portaria nº125	1.409	4.856
	Portaria 26 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº126	1.409	4.856
	Portaria 27 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº127	1.409	4.856
	Portaria 27 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº128	1.409	4.856
	Portaria 27 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado (por falta de frequência). Portaria nº129	1.409	4.856
	Portaria 27 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº130	1.409	4.856
30/08	Diário da Assembleia Discurso do Deputado Expedito Cruz sobre “Febre de criação de escolas públicas para a alfabetização de adultos...sem cuidar da saúde.	115	2.464 2.465
31/08	Portaria 30 de agosto, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº131	1.411	4.893
	Diário da Assembleia Discurso de Josafá Marinho sobre a inconstitucionalidade do capítulo de Educação e Cultura da Constituição baiana	116	2.474 2.475 2.476 2.477

## Diários SETEMBRO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
05/09	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº132	1.415	4972
	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº133	1.415	4972
	Portaria 01 de setembro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº134	1.415	4972
	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº135	1.415	4972
	Portaria 01 de setembro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº136	1.415	4973
	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº137	1.415	4973
	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado (por falta de aluno). Portaria nº138	1.415	4973
	Portaria 01 de setembro, concedendo permuta de professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº140	1.415	4973
	Diário da Assembleia Indicação – As comissões de viação e educação informam que o Ministério da Educação abriu um crédito para a Bahia construir cerca de duas centenas de prédios escolares nos distritos mais densos do Estado e indica construção de prédio entre Sapeaçu e Baixa de Palmeiras	119	2.509 2.510
11/09	Portaria 09 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº141	1.420	5.038
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria nº143	1.420	5.038
12/09	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 142	1.421	5.051
	Diário da Assembleia Reclamação sobre o não funcionamento de escolas supletivas em Ribeira do Pombal	124	2.611
13/09	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 144	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, torna sem efeito outra portaria para o ensino supletivo do estado. Portaria 145	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 146	1.422	5.065 5.066

	Portaria 10 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 147	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 148	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 149	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 150	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 151	1.422	5.065 5.066
	Portaria 10 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 152	1.422	5.065 5.066
	Diário da Assembleia Emenda – Antônio Balbino sobre a construção de escolas	125	2.632 2.633
16/09	Diário da Assembleia Discurso – Amarílio Benjamin sobre o trabalhador rural	126	2.648 2.649
17/09	Portaria 01 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 139	1.425	5.119
	Portaria 16 de setembro, torna sem efeito a portaria 137. Portaria 153	1.425	5.119
	Portaria 16 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 154	1.425	5.119
20/09	Portaria 09 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 142	1.427	5.151
	Portaria 17 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 155	1.427	5.151
	Portaria 17 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 157	1.427	5.151
	Portaria 19 de setembro, substituição professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 159	1.427	5.151
	Portaria 19 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 161	1.427	5.151
23/09	Portaria 17 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 158	1.429	5.179
	Diário da Assembleia Oração do Governador Octávio Mangabeira	131	2.779 2.781
24/09	Portaria 19 de setembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 160	1.430	5.196
25/09	Portaria 17 de setembro, transferindo professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 156	1.431	5.210
26/09	Portaria 24 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 162	1.432	5.229
	Portaria 24 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 163	1.432	5.229

	Portaria 24 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 164	1.432	5.229
	Portaria 24 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 165	1.432	5.229
	Portaria 24 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 166	1.432	5.229
	Portaria 24 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 167	1.432	5.229
	Portaria 24 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 168	1.432	5.229
27/09	Portaria 25 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 169	1.433	5.246
	Portaria 26 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 170	1.433	5.246
	Portaria 26 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 172	1.433	5.246
30/09	Portaria 26 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 171	1.435	5.271
	Portaria 29 de setembro, retificação da portaria 161. Portaria 173	1.435	5.271
	Portaria 29 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 174	1.435	5.271
	Portaria 29 de setembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 175	1.435	5.271
	Portaria 29 de setembro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 176	1.435	5.271

### Diários OUTUBRO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
02/10	Diário da Assembleia Indicação – Pedido de construção de escolas, são Félix, São Gonçalo, Muritiba, Feira de Santana e Conceição do Almeida, nos distritos desses municípios com a verba governo federal destinada a construção de escolas.	139	2.931
08/09	Portaria 07 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 178	1.442	5373
	Portaria 07 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 179	1.442	5373
	Portaria 07 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 180	1.442	5373
09/10	Portaria 07 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Por falta de frequência Portaria 183	1.443	5792
	Portaria 07 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 184	1.443	5792
	Diário da Assembleia Mais pedidos de construção de escolas – Muitos municípios...nos termos do acordo especial formado em 09 de ago. 1947.	142	3030
11/10	Portaria 08 de outubro, tornando sem efeito a portaria 69. Portaria 181	1.445	5417
	Portaria 08 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 182	1.445	5417
	Portaria 09 de outubro, transfere classe do supletivo. Portaria 185	1.445	5417
	Portaria 09 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 186	1.445	5417
	Portaria 09 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 187	1.445	5417
16/10	Portaria 15 de outubro, transfere professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 188	1.449	5474

	Portaria 15 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 189	1.449	5474
17/10	Portaria 16 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 194	1.450	5490
19/10	Portaria 15 de outubro, transferindo classe do ensino supletivo. Portaria 191	1.452	5423
	Portaria 15 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 195	1.452	5423
21/10	Portaria 15 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 190	1.453	5439
	Portaria 15 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 192	1.453	5439
	Portaria 20 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 196	1.453	5440
	Portaria 20 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 197	1.453	5440
	Portaria 20 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 198	1.453	5440
22/10	Aviso – Delegacia Estadual de Educação de Adultos Avisa aos professores que o pagamento do mês de outubro das classes do subúrbio da capital será realizado no dia 23 à tarde.	1.454	5459
23/10	Portaria 22 de outubro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 199	1.455	5486
	Portaria 22 de outubro, transferindo professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 200	1.455	5486
	Portaria 22 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 201	1.455	5486
	Portaria 22 de outubro, dispensa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 202	1.455	5486
	Portaria 22 de outubro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 203	1.455	5486
24/10	Diário da Assembleia Projeto da Lei Orgânica da Educação e Cultura Exposição de motivos e projeto	155	3199... 3204
26/10	Diário da Assembleia Exposição de motivos e Lei orgânica Reproduzido por ter saído incorreto	157	3267... 3272
29/10	Portaria 29 de outubro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 204	1.461	8
	Portaria 29 de outubro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 205	1.461	8
	Portaria 29 de outubro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 206	1.461	8
	Portaria 29 de outubro, transferindo professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 207	1.461	8
	Portaria 29 de outubro, transferindo professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 208	1.461	8

### Diários NOVEMBRO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
04/11	Portaria 03 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 209	1.462	21
09/11	Portaria 07 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 210	1.467	94

	Portaria 07 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 211	1.467	94
	Convite Convida os professores que não compareceram à sede para receber os vencimentos de Agosto que façam o quanto antes.	1.467	94
	Aviso Reclamação de vencimento dos professores Aviso de auxílio do Banco do Brasil, Instituto do Cacau e Coletorias estaduais da sede para transferência dos pagamentos em alguns municípios.	1.467	94
12/11	Relação dos municípios cujos regentes de classe de adultos receberão remuneração das coletorias estaduais da sede.	1.469	150, 151
13/11	Portaria 12 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 212	1.470	181
	Portaria 12 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 213	1.470	181
	Portaria 12 de novembro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 214	1.470	181
14/11	Diário da Assembleia Discurso do deputado Giocondo Dias questionando que o plano de construção de escolas do secretário Anísio obedece aos interesses dos chefes políticos e não as verdadeiras necessidades.	170	3320 3321
15/11	Nota de prosseguimento da Campanha de Adultos – 2ºano. As avaliações são pré-requisito para continuação com os estudos.	1.472	223
19/11	Portaria 18 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 216	1.474	228
	Diário da Assembleia Sobre a perseguição ao Partido Comunista. Existe uma tentativa de expulsar os candidatos eleitos pelo partido.	173	3504... 3506
20/11	Aviso aos professores sobre o pagamento dos vencimentos	1.475	287
	Diário da Assembleia Discussão do Carlos Prestes sobre a cassação do Partido Comunista	994	3511 3512
21/11	Portaria 20 de novembro, designa professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 217	1.476	305
	Portaria 20 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 218	1.476	305
22/11	Portaria 20 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 219	1.477	321
	Aviso de pagamento	1.477	321
23/11	Portaria 21 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 220	1.478	345

	Portaria 21 de novembro, designa a mesma professora por não encontrar outra regente. Portaria 221	1.478	345
25/11	Portaria 25 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 222	1.480	379
	Portaria 25 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 223	1.480	379
27/11	Portaria 26 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 224	1.481	394
28/11	Portaria 26 de novembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 225	1.482	410

### Diários DEZEMBRO/1947

DATA	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Nº DIÁRIO	PÁGINA
04/12	Portaria 29 de novembro, designando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 226	1.487	481
	Diário da Assembleia Secretaria de Educação e Saúde 02 de dezembro – Reclamação sobre o pagamento de professor/Justificativa da Delegacia Estadual de Educação de Adultos sobre o atraso nos pagamentos	185	3.695
11/12	Diário da Assembleia Requerimento Aloísio Short – Menciona a criação da UDN em Caetité e exoneração do Diretor da Escola Normal da Cidade – Clóvis Moreira da Cunha em troca de uma adesão política feita por um companheiro de bancada.	191	3.822
14/12	Aviso Delegacia Estadual de Educação de Adultos Aviso aos regentes do subúrbio sobre o pagamento e solicita as provas de exames submetidas aos alunos	1.496	623
20/12	Portaria 15 de dezembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 228	254	1501
	Portaria 19 de dezembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 229	254	1501
	Portaria 19 de dezembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 230	254	1501
21/12	Aviso Torna público que a Delegacia Estadual de Educação de Adultos funcionará apenas no turno da manhã (para o público externo)	773	1502

23/12	Portaria 20 de dezembro. Determinando que o expediente da Delegacia Estadual de Educação de Adultos funcionará no turno da manhã.	1503	793
	Diário da Assembleia Discussão sobre a localização da construção de prédios escolares.	196	s.p.
24/12	Organograma da Delegacia Estadual de Educação de Adultos	1504	825
	Diário da Assembleia Discurso pronunciado por Giocondo Dias sobre o projeto da Comissão Nacional de Segurança que cassa a autonomia do município.	193	s.p.
27/12	Discurso pronunciado pelo Deputado Giocondo Dias em sessão de 04-07-1947. Sobre a construção de escolas com a verba do governo federal. "Apelo para que não se faça demagogia com o chapéu alheio, e que essas escolas não nos sirvam de propaganda, nem para a UDN, nem do PSD, nas próximas eleições municipais.	199	942
28/12	Portaria 27 de dezembro, dispensando professores para o ensino supletivo do estado. Portaria 232	1507	916
31/12	Circular Delegacia Estadual de Educação de Adultos Encerando o curso do Ensino Supletivo do corrente ano	1509	1007